das cadeias do agronegócio e da indústria. A performance dos países da região no quesito inovação, especialmente nos "rankings" de patenteamento internacional, necessita melhorar e adequar-se ao peso econômico do MERCOSUL. A integração entre universidade e indústria é um objetivo a perseguir. A inovação relacionada às PMEs é crucial para assegurar a sobrevivência e o crescimento dos pequenos negócios.

Painel 4 – INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - Promoção da eficiência em logística, facilitação do comércio e o futuro da inserção internacional da indústria regional.

A eficiência em logística é, reconhecidamente, um dos requisitos para o sucesso de uma economia. Embora possa orgulhar-se de importantes progressos nas duas últimas décadas, o MERCOSUL ainda tem um longo caminho a percorrer nesta área. A conformação de um espaço econômico dinâmico e integrado requer uma moderna rede de ferrovias, rodovias, portos e aeroportos, além de melhorias em mobilidade urbana e conectividade. Só assim será possível garantir a eficiência e competitividade das empresas do bloco, promovendo a inserção internacional da região. As Parcerias Público-Privadas têm um mercado promissor na área, principalmente no que tange aos setores de transportes e serviços.

Cerimônia de Encerramento

Palavras do Senhor Presidente do Uruguai, José Alberto Mujica.

O I Fórum Empresarial do MERCOSUL, realizado no dia 7 de dezembro de 2012, em Brasília, foi iniciativa pioneira que visou a estimular o envolvimento mais direto das comunidades empresariais dos países do bloco nas discussões sobre a realidade, os desafios e os rumos do processo de integração.

O evento reuniu autoridades de Governo, líderes da indústria e formadores de opinião em torno de uma agenda positiva em comércio e investimentos, que congregou temas de interesse comum e iniciativas conjuntas concretas, relativos a Agronegócio, Energia, Inovação, Infraestrutura e Logística.

O Fórum foi promovido pela Presidência Pro-Tempore Brasileira do MERCOSUL, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores – Departamento de Promoção Comercial e Investimentos (DPR/MRE), com o apoio da Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, da Agência Brasileira de Promoção das Exportações – Apex-Brasil e da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

ISBN 978-85-7631-432-5

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Ministério das Relações Exteriores

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

CNI Confederação Nacional da Indústria
CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

ApexBrasil
A AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

640

Rubens Gama
Organizador

I Fórum Empresarial do MERCOSUL

I Fórum Empresarial do MERCOSUL

Organizador: Rubens Gama

PROGRAMA

Painel 1 – AGRONEGÓCIO - Integração produtiva e estratégias regionais de promoção conjunta.

A competitividade internacional na área agrícola é um traço comum da maioria dos países do MERCOSUL, detentores de posições de liderança entre os exportadores mundiais de grãos e carnes. O MERCOSUL enfrenta o desafio de desenvolver a agroindústria, em um processo de agregação de valor às exportações agrícolas, que seja concomitante à integração das cadeias produtivas e à conformação de um espaço agrícola regional. A incorporação da Venezuela reinsere, na ordem do dia, o tema da cooperação para o desenvolvimento do potencial agrícola do novo sócio.

Painel 2 – ENERGIA - Petróleo e gás - Integração energética no espaço regional.

O estabelecimento de uma matriz energética eficiente e moderna, capaz de responder às demandas do crescimento regional, corresponde a um dos principais desafios do MERCOSUL no século XXI. A ampliação da demanda e a busca por eficiência na transmissão de energia elétrica exigirão do MERCOSUL uma estratégia de cooperação baseada em planejamento e visão de longo prazo. A necessidade de integração de arranjos produtivos regionais desponta como novo desafio para o bloco, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de tecnologias para extração e refino de petróleo e gás.

Palestra do Presidente do SEBRAE, Luiz Eduardo Pereira Barretto Filho*:* "As pequenas e médias empresas na formação de cadeias produtivas regionais".

Paine 3 - INOVAÇÃO - O papel da inovação no fortalecimento da competitividade regional.

A geração de ciência, tecnologia e inovação é essencial para promover a competitividade

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

I Fórum Empresarial do MERCOSUL

Organizador: Rubens Gama

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

I Fórum Empresarial do Mercosul

Ministério das Relações Exteriores

Ministro de Estado Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Secretário-Geral Embaixador Eduardo dos Santos

Fundação Alexandre de Gusmão

Presidente Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Centro de História e Documentação Diplomática

Diretor Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br

I Fórum Empresarial do Mercosul

Organizador: Rubens Gama

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Brasília – 2013

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Equipe Técnica:
Eliane Miranda Paiva
Fernanda Antunes Siqueira
Guilherme Lucas Rodrigues Monteiro
Jessé Nóbrega Cardoso
Vanusa dos Santos Silva

Projeto Gráfico:
Daniela Barbosa

Programação Visual e Diagramação:
Gráfica e Editora Ideal

Impresso no Brasil 2013

Fórum empresarial do MERCOSUL (2012: Brasília, DF)
Fórum empresarial do MERCOSUL [degravação]: 7 de dezembro de 2012, Brasília-DF, Brasil. – 2013.

158 p.; 23 cm.

Publicação organizada por Rubens Gama.

ISBN: 978-85-7631-432-5

1. MERCOSUL. 2. Agronegócio. 3. Energia. 4. Inovação. 5. Infraestrutura e logística. I. Fundação Alexandre de Gusmão. II. Rubens Gama Filho.

CDU: 339.923(8)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Talita Daemon James – CRB-7/6078
Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Conselho Editorial da Fundação Alexandre de Gusmão

Presidente: Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão

Membros: Embaixador Jorio Dauster Magalhães

Embaixador José Humberto de Brito Cruz

Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg

Ministro Luís Felipe Silvério Fortuna

Professor Clodoaldo Bueno

Professor Francisco Fernando Monteoliva Doratioto

Professor José Flávio Sombra Saraiva

Apresentação

O I Fórum Empresarial do MERCOSUL, principal evento paralelo no âmbito da Cúpula dos Chefes de Estado dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados, precedida pela XLIV Reunião do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL (CMC), realizados no dia 7 de dezembro de 2012, foi promovido pela Presidência Pro Tempore Brasileira do MERCOSUL, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores – Departamento de Promoção Comercial e Investimentos (DPR/MRE), com o apoio da Agência Brasileira de Promoção das Exportações – Apex-Brasil e da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Cerca de 400 empresários do Brasil, Argentina, Uruguai e Venezuela, além de empresários e diplomatas de outros países, participaram da iniciativa.

O evento pretendeu estimular o envolvimento mais direto das comunidades empresariais dos países do bloco nas discussões sobre a realidade, os desafios e os rumos do processo de integração. Reuniu autoridades de Governo, líderes da indústria e formadores de opinião em torno de uma agenda positiva em comércio e investimentos, que congregou temas de interesse comum e iniciativas conjuntas concretas, e que conferiu renovado impulso aos

investimentos recíprocos e ao comércio, tanto entre os países da região, como destes com o restante do mundo.

As discussões do Fórum foram estruturadas ao longo de quatro eixos temáticos: (a) Agronegócio; (b) Energia; (c) Inovação; e (d) Infraestrutura e Logística. Os temas foram tratados em painéis separados; cada painel contando com um moderador e debatedores reconhecidos por sua influência e competência técnicas nas respectivas áreas. Por sua importância estratégica para o projeto de integração, os temas relativos à Pequena e Média Empresa (PME) e à Integração Produtiva foram tratados de maneira transversal, perpassando todos os quatro painéis.

Devido ao sucesso da iniciativa, como um dos resultados positivos da Cúpula do MERCOSUL, foi estabelecido que o Fórum Empresarial do MERCOSUL ocorrerá semestralmente, na ocasião da Reunião Ordinária do CMC e da Cúpula de Presidentes.

Julgo que a transcrição dos debates realizados durante o I Fórum Empresarial pode oferecer valiosa contribuição para o progresso das discussões sobre a integração dos países do bloco, em sua vertente empresarial.

Rubens Gama
Diretor do Departamento de
Promoção Comercial e Investimentos

Sumário

Abertura **11**

Painel 1
Agronegócio – Integração produtiva e estratégias regionais de promoção conjunta **27**

Painel 2
Energia – Petróleo e gás – Integração energética no espaço regional **61**

Palestra
As pequenas e médias empresas na formação de cadeias produtivas regionais **93**

Luiz Eduardo Pereira Barretto Filho, Presidente do SEBRAE

Painel 3
Inovação – O papel da inovação no fortalecimento da competitividade regional **107**

Painel 4
Infraestrutura e logística – Promoção da eficiência em logística, facilitação do comércio e o futuro da inserção internacional da indústria regional **131**

Senhor José Alberto Mujica,
Presidente da República Oriental do Uruguai

Abertura

- *Fernando Pimentel, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior*
- *Fernando Lorenzo, Ministro da Economia e Finanças do Uruguai*
- *Débora Giorgi, Ministra de Indústria da Argentina*
- *José Ignacio de Mendiguren, Presidente da União Industrial da Argentina*
- *Ivan Ramalho, Alto Representante-Geral do MERCOSUL*
- *Robson Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria*

Mestre de cerimônias: Senhoras e senhores, bom dia. Em poucos instantes, terá início a cerimônia de abertura do Fórum Empresarial do MERCOSUL. Solicita-se a todos que ocupem seus lugares e desliguem seus aparelhos de telefone celular.

O Senhor Fernando Pimentel, Ministro de Estado do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior do Brasil; o Senhor Fernando Lorenzo, Ministro da Economia e Finanças do Uruguai; a Senhora Débora Giorgi, Ministra da Indústria da Argentina; o Senhor José Ignacio de Mendiguren, Presidente da União Industrial da Argentina; o Senhor Robson Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria do Brasil; o Senhor Ivan Ramalho, Alto Representante-Geral do MERCOSUL.

Neste momento, o Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil dará as boas-vindas aos participantes do I Fórum Empresarial do MERCOSUL.

Senhor Ministro Fernando Pimentel: Bom dia a todos e a todas. Peço licença aos senhores e às senhoras para saudar meus companheiros, começando pelo Robson Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), nosso anfitrião, e, na pessoa do Robson, saudar todos os empresários e as empresárias aqui presentes. Registro o empenho que a CNI tem tido nessa parceria que estamos construindo e que agora envolve todo o MERCOSUL. Na semana passada, a CNI esteve conosco na Argentina num encontro importante, presidido pelo Mendiguren, da União Industrial Argentina. Cada vez mais estreitamos os laços

com os empresários do bloco do MERCOSUL. Queria, portanto, registrar nosso agradecimento ao Robson e à CNI pelo importante apoio a esta iniciativa.

Querido Presidente da União Industrial Argentina, José Ignacio Mendiguren, também é uma alegria tê-lo aqui. Minha amiga Débora Giorgi, Ministra da Indústria do Governo Argentino, querido amigo Fernando Lorenzo, Ministro da Economia e Finanças do Uruguai. Tanto com o Uruguai quanto com a Argentina, o Brasil tem estabelecido uma relação que vai muito além do interesse comercial e de negócios. Temos hoje um entendimento entre esses três países – e, com certeza, com os demais países do MERCOSUL –, mas menciono em especial a Argentina e o Uruguai, porque as relações históricas que temos com esses dois países nos tornam quase que um só povo. A presença da Débora e do Fernando neste evento – no Brasil se diz "xará", mas em espanhol se diz *tocayo* – é, para nós, motivo de muita alegria. Quero desejar aos dois que se sintam como se estivessem em casa.

Nosso companheiro Ivan Ramalho, Alto Representante-Geral do MERCOSUL, que durante muitos anos trabalhou no Ministério da Indústria e do Comércio e que muito nos orgulha no posto em que está agora. Todos os amigos aqui presentes.

Vou ser breve nesta abertura, apenas para registrar minha alegria e, também, um pouco de surpresa. Eu não sabia – confesso minha ignorância neste ponto –, mas eu não sabia que este é o primeiro encontro empresarial que fazemos em 21 anos de história do MERCOSUL. Então, de um lado, estou surpreso por não termos feito um encontro antes e, por outro, sinto uma alegria muito grande por saber que agora estamos dando os passos corretos na direção que temos que dar. O MERCOSUL não vai se consolidar como bloco enquanto não houver integração efetiva do setor produtivo da Argentina, do Uruguai, do Brasil, do Paraguai, da Venezuela, país com o qual passamos a contar, e da Bolívia, que

está vindo para o bloco, enfim, enquanto o setor empresarial de nossos países definitivamente não se integrar. Mas esse passo está sendo dado agora. Então, ainda que tardio, ele é correto e vamos apoiá-lo com toda a força.

O MERCOSUL, com a chegada da Venezuela, já tem 70% da população da América do Sul e mais de 70% do território da América do Sul. Temos, também, cerca de 20% das reservas de petróleo comprovadas do mundo. Se considerado como uma só economia, o bloco é a quinta economia do mundo. Tudo nos fortalece. A única coisa que pode nos fragilizar é se não nos integrarmos definitivamente. Então, àqueles que às vezes veem o MERCOSUL recalcitrantes, com certa suspeita, e acham que devíamos recuar do que fizemos, quero dizer que o Governo brasileiro tem uma posição clara: vamos avançar, queremos maior integração. O mundo competitivo atual exige que países amigos – irmãos, como os países que estão aqui – integrem suas economias para proporcionar prosperidade, bem-estar e dar exemplo de cooperação econômica e de paz para o resto do mundo. Isso nós podemos fazer e faremos. Que esse seja um encontro anunciador desse novo tempo do MERCOSUL. Muito obrigado.

Mestre de cerimônias: Com a palavra, o Ministro da Economia e Finanças do Uruguai, Senhor Fernando Lorenzo.

Senhor Ministro Fernando Lorenzo: Muy buenos días. Es un gusto participar de este primer encuentro empresarial del MERCOSUR. Yo quiero empezar saludando la iniciativa de presidenta Dilma, que fue ella quien, en la última Cumbre MERCOSUR, sugirió la posibilidad que se institucionalizara un encuentro empresarial de todos los países del MERCOSUR. Este es, por tanto, la concreción de esa convocatoria. Esa es, seguramente, la primera de muchas otras que tendremos en el futuro.

Desde el punto de vista de los gobiernos de nuestros países, qué significación tiene el realizar encuentros de este tipo, en los que participan quienes toman decisiones económicas en la realidad productiva, quienes realizan el comercio, quienes tienen que competir, quienes tienen que invertir, con los responsables de elaborar las políticas públicas. La significación es muy clara a nuestro entender: no hay alternativa, no hay posibilidad de éxito conjunto de nuestros países, ni posibilidad de éxito del proceso de integración en el que estamos involucrados, si el sector privado – si quienes toman decisiones en la base productiva – no están en sintonía y trabajando conjuntamente con quienes estamos en las tareas de diseño e implementación de políticas públicas.

Elegir los temas de un encuentro de este tipo importa. Yo creo que los cuatro temas que fueron seleccionados para esta instancia muestran, claramente, que cada uno de ellos –las decisiones que se tomen desde el gobierno, las decisiones que se tomen desde la cooperación entre nuestros países – van a marcar, de algún modo, el territorio y el escenario en el cual van a ocurrir las decisiones más trascendentes por parte de las empresas y de los empresarios. Por tanto, será la plataforma del futuro para los negocios en nuestro continente. Por tanto, elegir bien los temas, convocarnos a discutir y a entender los aumentos del sector privado y entender las limitaciones y los objetivos de las políticas públicas tiene que ser el contenido permanente de estos encuentros.

De parte de los gobernantes hay compromiso con el proceso de integración. Este proceso de integración es para el desarrollo de nuestras sociedades. Así que esta convocatoria quiere ser mucho más que un encuentro empresarial, de los muchos que existen en nuestros países. Quiere ser una instancia superadora y ampliatoria de lo que ha sido la base de encuentro y la plataforma sobre la que se toman las decisiones en nuestras economías.

El siguiente evento ocurrirá bajo presidencia uruguaya, en el próximo semestre. Así que, desde ya, todos los que nos acompañan

en esta oportunidad, invitarlos y recibirlos con gusto en nuestro país. Por supuesto que el próximo encuentro nos encuentra a todos que estamos aquí y a muchos otros. Muchas gracias.

Mestre de cerimônias: Com a palavra, a Ministra da Indústria da Argentina, Senhora Débora Giorgi.

Senhora Ministra Débora Giorgi: Buenos días a todas, a todos. Bueno, ante todo, el profundo agradecimiento a nuestro anfitrión, Robson Andrade, presidente de la CNI. Muchísimas gracias por este evento que replica lo que, hace prácticamente una semana, tuvimos en Buenos Aires con – en este momento – el presidente de la Unión Industrial Argentina, José Ignacio de Mendiguren. Pero, esta vez, más ampliado, porque incluye a nuestros hermanos de Uruguay. Entonces, estamos en el ámbito de un foro empresarial como debe ser, del MERCOSUR. Un abrazo fuerte a los dos 'Fernandos', a Fernando Lorenzo y a Fernando Pimentel. Y, realmente, a Ivan Ramalho con quien he tenido la suerte de trabajar – y muy bien – durante muchos años.

Unas pocas reflexiones que quiero hacer con ustedes, completando las que hicieron los que me precedieron en el uso de la palabra. Primeramente, creo que no cabe duda que estamos frente a un nuevo mundo, multipolar, donde, realmente, los países emergentes han ocupado el centro de la escena. Ocupado el centro de la escena en materia de contribución al crecimiento mundial. Hoy, el crecimiento del mundo se origina, en un 50%, en los países emergentes. Las proyecciones al 2016 son que el 70% se generará en estos nuestros países en desarrollo. La América Latina, obviamente, ocupa el segundo lugar en tasas de crecimiento ya en las últimas dos décadas. Como dice nuestra presidenta Cristina Kirchner: la década ganada para la América Latina.

Que no fue casualidad, porque de la misma forma que tenemos un nuevo mundo, hemos aprendido, por las décadas perdidas, que

esta América Latina tiene un nuevo consenso: no más el consenso de Washington, el consenso del Sur. Este consenso del Sur tiene que ver, básicamente, con las cuestiones que aseguran y preservan los equilibrios macroeconómicos. Puedo decir, nada más, una sola cifra, que apareció cuando calculaba el impacto: la deuda externa sobre el producto de toda Latinoamérica cayó en 50 puntos del 2003 al 2011. Es decir, el camino inverso que recorrieron los países desarrollados que hoy sufren las crisis que sufren. Esto también se complementa con un fuerte aumento de la inversión productiva: la inversión en caminos, rutas, en educación, en ciencia y tecnología. También, estamos en un ámbito latinoamericano donde hay bajas tasas de indigencia, de pobreza, donde hay inclusión, donde aumenta la productividad por cada trabajador industrial. Esta América Latina está creciendo, y va por toda la próxima década. Por otra década ganada.

Ahora, bien. En esta América Latina, el MERCOSUR, como bien se comentó antes, ocupa un lugar primordial: más del 70% de la población, el 80% de la riqueza. Realmente, una tasa o generación de comercio muy importante. Hay distintos riesgos que debemos de afrontar. Yo creo que este ámbito de empresarios y gobiernos es el ideal. El primero, la primarización de nuestras exportaciones. Estos buenos términos de intercambio tienen que ser el trampolín para agregar valor, para invertir en investigación, desarrollo, ciencia y tecnología. Eso se complementa y se potencia, realmente, con integración productiva y verdaderas cadenas de valor regionales. A este riesgo, que podemos neutralizar, mucho mejor si nos plantamos desde un enfoque regional.

Se le suma un segundo desafío: aumentar nuestro comercio intrazona. El MERCOSUR, que representa alrededor del 70% del comercio de Latinoamérica, el intrazona solamente comercia el 15%. Ese comercio intrazona del MERCOSUR, en un 70%, son manufacturas industriales: justamente el inverso de lo que

comerciamos con el resto del mundo. Esta es una segunda cuestión que, nuevamente, conduce a la misma solución: cadenas de valor, integración, investigación y desarrollo.

Señoras y señores empresarios, yo puedo dar fe, con mis compañeros de trabajo en el MERCOSUR, que nuestros gobiernos van a mantener un mercado interno pujante, nos vamos a defender de la competencia desleal, articularemos incentivos y beneficios fiscales en función de que esta integración más profunda nos aleje estos riesgos –primarización – y nos potencien a poder dejar de importar trabajo extrazona y para traducirlo en trabajo para nuestros hermanos del MERCOSUR.

Muchísimas gracias. Creo que este seminario va a ser de mucha utilidad. Esperaremos que, poco a poco, con ustedes y nosotros, sector público y privado, esto que ahora se plantea como una realidad empresarial se traduzca en hechos, negocios y muchos puestos de trabajo. Muchas gracias.

Mestre de cerimônias: Com a palavra, o Alto Representante-Geral do MERCOSUL, Senhor Ivan Ramalho.

Senhor Ivan Ramalho: Muito obrigado. Bom dia a todos. Queria cumprimentar os senhores ministros, Ministro Lorenzo, Fernando Pimentel, Ministra Débora Giorgi, muito obrigado pelas suas palavras, realmente é um prazer muito grande. Estive durante algum tempo fora do Governo. Vou voltar agora a me reunir, com alguma frequência, com companheiros da Argentina, do Uruguai, também com os da Venezuela e espero que, brevemente, com os do Paraguai. Quero cumprimentar também os presidentes da CNI e da União Industrial Argentina e dizer que uma das coisas que a Ministra Débora acabou de dizer – e que eu sempre repito – é que o MERCOSUL, em seu comércio internacional, é o ponto alto da indústria brasileira. O mesmo acontece – agora que eu conheci um

pouco mais dos outros países – com a Argentina e com o Uruguai, ou seja, é aqui que a indústria tem participação de fato mais expressiva. A qualidade da pauta no comércio do MERCOSUL, que começamos há vinte anos, com 5 bilhões de dólares, hoje é um comércio intrabloco de mais de 50 bilhões de dólares. É aqui que prevalece, de fato, o comércio de produtos industrializados, manufaturados, de produtos que geram empregos industriais tanto no Brasil como nos outros países. Quem examinar a pauta de comércio entre os países do MERCOSUL vai perceber isso. Para mim, isso sempre foi motivo de muito entusiasmo. Muitas vezes participei de missões nos vários países que integram o MERCOSUL, junto com muitos dos empresários que estão neste evento, brasileiros, argentinos e uruguaios. Naturalmente, um comércio com o crescimento e o volume tão grande como o que temos agora – que deverá aumentar ainda mais com o ingresso da Venezuela – continua e continuará crescendo. Certamente, vamos continuar a enfrentar dificuldades que surgem, mas estou entre os que acreditam que não existe nenhum problema que não possamos resolver sentados todos a uma mesa.

Queria também agradecer a forma como fui recebido no Uruguai. Nossa função é a de Representante-Geral do MERCOSUL. Ela está formalmente estabelecida na sede do MERCOSUL em Montevidéu. Queria dizer a todos os senhores empresários que, por favor, não hesitem em me procurar no que for necessário e no que eu puder colaborar. Atualmente estamos construindo uma agenda bastante expressiva, não só na área de comércio e indústria, mas também na de muitos pontos de interesse social e de cidadania no MERCOSUL, que são igualmente muito amplos e importantes. Estou trabalhando também, com muito entusiasmo, com representantes dos demais países – incluindo o Embaixador Hugo Vasr, presente neste evento – na integração produtiva do MERCOSUL. Este é um tema muito importante para nós: contar com o apoio e

o incentivo dos nossos ministros. Atualmente, temos condições de financiamento, como o Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do MERCOSUL (FOCEM) e o Seguro de Crédito, aprovado nesta semana, destinado especificamente a pequenas e a médias empresas. Em outras palavras, estamos construindo um ambiente bastante favorável e estamos muito otimistas com a possibilidade de, no próximo ano, avançar bastante na agenda de integração produtiva do MERCOSUL.

Eram essas as rápidas palavras que eu queria dizer aos senhores. Gostaria, também, de parabenizar a CNI e o Departamento de Promoção Comercial e Investimentos do Itamaraty pela iniciativa de fazerem este fórum. Gostaria, ainda, de sugerir – se o Ministro Fernando me permite, agora que passamos a presidência *pro tempore* para o Uruguai – que possamos repetir o fórum empresarial no próximo semestre, no Uruguai, e, quem sabe, no futuro, incluir este evento oficialmente na agenda do MERCOSUL.

Muito obrigado e um bom encontro a todos.

Mestre de cerimônias: Com a palavra, o Presidente da União Industrial Argentina (UIA), Senhor José Ignacio de Mendiguren, que apresentará relatos sobre a 18ª Conferência Anual da UIA, realizada no dia 28 de novembro de 2012 em Los Cardales.

Senhor José Ignacio de Mendiguren: Buenos días a todos. Señores ministros de Brasil, Argentina, Uruguay. Amigo Robson, presidente de la CNI. Primero, agradecer muchísimo al gobierno brasileño que haya instaurado, a partir de las próximas reuniones de la Cumbre de Presidentes del MERCOSUR, también un foro empresario para que acompañemos, muy de cerca, lo que son las decisiones acertadas en cuanto a la integración de nuestros sectores políticos, en los últimos tiempos.

Es cierto. La semana pasada hicimos, en Buenos Aires, respondiendo en realidad a una inquietud de las dos presidentas de Argentina y Brasil, hace un año y medio, a que los empresarios de los países – Argentina y Brasil – eleváramos propuestas concretas sobre nuestras visiones y aportes al proceso de integración. Lo primero que rescatamos fue una decisión política clara, de las dos presidentas, para que esto sea posible. Las conclusiones de allí fueron muy claras. Entre otras, primero un gran agradecimiento, por supuesto, de parte nuestra, al gobierno argentino, al gobierno brasileño, a la CNI – que tuvo una participación importantísima con la activa, no solamente participación de los empresarios, sino institucional, lo cual volvemos a agradecer.

Lo que allí surgió, en primero, que eso no se hace solamente para que Argentina y Brasil profundicen su integración. Este es el primer paso, en definitivo, hacia el objetivo que perseguimos, que es la integración regional. Para avanzar sobre el MERCOSUR, de forma más rápida y en otra aplicación también, que es UNASUR pueda participar de esta integración regional.

Lo segundo que establecimos: que hoy, la no integración no es una opción posible. Hoy es mucho que en el futuro soñábamos. Es una obligación nuestra profundizar este tema. Por supuesto, viendo la visión internacional, que fue muy bien explicada por las más altas autoridades, para nosotros en la región sobre el tema.

Hoy en el mundo se está debatiendo para tratar de sostener modelos fracasados. En nuestro parecer, un nuevo mundo que está surgiendo a través de las regiones. Estas regiones están claras – la ministra Débora acaba de explicar. El mundo se está integrando de esta forma. En Europa, casi un 75% de su comercio es intrarregional. Asia y América, casi el 50%. Sudamérica, en general, no llega al 25%. África, el 10%. Entonces, está claro que es una tendencia que, para nosotros, va a tender a fortificarse. O nosotros lo tenemos claro y avanzamos en esta integración, o podemos tener serios

riesgos de que quedemos descolocados de este nuevo escenario mundial. Además, como bien dijeron los ministros, es un escenario que significa crecimiento.

Ahora, también como vimos todas estas ventajas, vimos las amenazas que también fueron muy bien explicadas acá. Era a título de aquella conferencia. El riesgo de la primarización. Esto hay que tener claro cuando uno tiene precios de sus materias--primas importantes, tiende – o puede la tentación – a quedarse en ese escenario. La tentación es muy grande. Porque el otro implica desafíos. Nosotros marcamos muy bien la diferencia entre crecimiento y desarrollo. Crecimiento uno pude tener solamente por el hecho de que crezcan los precios de sus *commodities* o de sus insumos. Esto es espontáneo, viene solo por aumento de los precios. Un proyecto de desarrollo es totalmente distinto. Es plantar los objetivos para donde uno quiere ir. Hace falta decisión política, hace falta fijar ritmo, prioridades, integraciones. Pero, creo que también vemos con mucho agrado que es una decisión política de nuestros gobiernos ir a un proceso de desarrollo y alejarse del problema de la primarización.

También, establecimos, en esta jornada de trabajo, que la integración regional debe ser flexible, gradual, equilibrada, contemplando las características de cada uno de los países y que debe ser, por supuesto, en beneficio del desarrollo conjunto. Sabemos, también, que no hay integración más fuerte que la que cuente con todos sus miembros plenamente desarrollados. No hay mejor socio en una integración que el socio desarrollado. También, establecimos como norma, seguir reuniéndonos, seguir avanzando en esto. Tener, en forma conjunta, esta visión estratégica permanente, esa visión concreta de la concreción de los negocios. Porque ya es cierto que no estamos solamente soñando con proyectos, sino que estamos, a través de proyectos, que con sus riesgos mayores o menores, ya se están estableciendo.

Lo tercero, para finalizar. Creemos que los tiempos no son los de otros momentos. Los tiempos hay que acelerar y, también, incorporar algo que, hasta ahora, no lo veía tan claro, que es la innovación. Pero, innovación en sentido amplio. No es solamente innovación en concepto de ciencia y tecnología. Hoy en el mundo, uno ve que los acontecimientos vienen a una velocidad que superan a su dirigencia. Las intercomunicaciones, nadie hubiera imaginado, hace años, lo que sucedió en el mundo árabe, lo que hoy pasa en el mundo con las crisis de Europa, que se traslada a Estados Unidos.

Hoy, los tiempos son otros. Es muy difícil no ser creativo en las soluciones de futuro, de un criterio amplio. Esa innovación, ese concepto de innovación debe ampliarse a su sentido más amplio: innovarnos. Innovarnos nosotros también, en nuestras relaciones políticas entre los países, relaciones sindicales, empresarias. Es casi imposible pensar que para este futuro tan promisorio es posible buscar las soluciones en el pasado.

Además – para terminar – contamos con el activo más grande, que es la decisión política de nuestros presidentes de avanzar, con toda firmeza, en el proceso de integración. Muchas gracias.

Mestre de cerimônias: Com a palavra, o Presidente da CNI, Senhor Robson Andrade.

Senhor Robson Andrade: Caro Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, Fernando Pimentel; Ministra da Indústria da Argentina, Débora Giorgi; Ministro de Relações Exteriores do Uruguai, Luis Almagro; Ministro Fernando Lorenzo; Representante-Geral do MERCOSUL, Ivan Ramalho; Presidente da União Industrial da Argentina, meu amigo e companheiro José Ignacio de Mendiguren; demais autoridades aqui presentes; empresários da Argentina, do Brasil, do Uruguai, do Paraguai e da Venezuela que participam deste primeiro encontro da cúpula empresarial do MERCOSUL.

Tive o prazer de participar, na semana passada, de encontro realizado pela União Industrial Argentina, pelo Mendiguren, com a participação de autoridades argentinas, em Buenos Aires, durante o qual se discutiram diversos temas importantes da economia dos países do MERCOSUL, da Argentina e de nossas relações. O encontro foi muito proveitoso e igualmente produtivo. Ao final desse evento – que contou com a participação da Presidenta Dilma Rousseff e da Presidenta Cristina Kirchner –, ouvi a presidenta brasileira ressaltar, durante seu discurso, a importância do MERCOSUL, do fortalecimento do MERCOSUL e de nossas relações, bem como da integração de nossos países, para que possamos promover não apenas crescimento econômico com desenvolvimento, mas também ações políticas e sociais em nossos países, além de criar condições para que nossos países possam competir, da maneira mais adequada e com as políticas mais apropriadas, num mercado globalizado, em que a competitividade e a economia são sempre muito dinâmicas.

Como disse o Ministro Fernando Pimentel, pela primeira vez em 21 anos nos reunimos, como empresários, numa cúpula empresarial do MERCOSUL. Espero, realmente, que este seja o primeiro de uma série de eventos, que possamos institucionalizar essas reuniões e que elas ocorram com periodicidade e frequência que possibilite a nós empresários não discutir apenas questões pontuais, mas também os acordos entre nossas economias e as questões que nossas associações e entidades podem levar para os respectivos governos como propostas do setor privado de desenvolvimento, de crescimento e de maior integração de nossas economias.

Em nossos países, há muitas complementaridades. Mercados internos fortes, que estão se fortalecendo cada vez mais e que, certamente, nos darão força e condições de competir no exterior, com outras economias em condições muito melhores. Nós podemos,

caro Presidente Mendiguren, nos organizar com outras entidades dos demais países do MERCOSUL – Uruguai, Paraguai e Venezuela – para trabalhar uma agenda positiva, que apresente para nossos governos não apenas reivindicações, mas parcerias, de tal maneira que trabalhemos junto com os governos para alcançar os objetivos de uma maior integração do MERCOSUL.

No Brasil, temos trabalhado com o Governo da Presidenta Dilma, com seus ministros, de forma bastante integrada, em estreita parceira com todos os setores da economia brasileira, em busca de ações governamentais voltadas para o crescimento econômico, com benefícios para toda a sociedade brasileira. Acho que podemos fazer tudo isso de maneira integrada com os países do MERCOSUL, discutindo essas relações e nos fortalecendo cada vez mais.

É um prazer participar deste primeiro encontro. Certamente haverá discussões importantes, tendo em vista que este é o primeiro passo para levarmos aos nossos governos propostas de fortalecimento de nossas economias. Muito obrigado a todos. Que tenhamos um bom dia de trabalho.

Painel 1

Agronegócio – Integração produtiva e estratégias regionais de promoção conjunta

- *Jorge Mendes Ribeiro, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil*
- *Enzo Benech, Subsecretário do Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca do Uruguai*
- *Ivan Gil, Vice-Ministro do Poder Popular da Agricultura da Venezuela*
- *Norberto Yahuar, Ministro de Agricultura, Pecuária e Pesca da Argentina*
- *Renato Nobre, Superintendente da Organização das Cooperativas Brasileiras*

Mestre de cerimônias: Está encerrada esta cerimônia. Recorda-se aos participantes que, em instantes, terá início o primeiro painel do Fórum, cujo tema é "Agronegócio, integração produtiva e estratégias regionais de promoção conjunta."

Daremos início ao painel "Agronegócio, integração produtiva e estratégias regionais de promoção conjunta." Convidamos, para moderar as discussões, a jornalista Senhora Ana Paula Padrão. Para participar do painel, convidamos o Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, Jorge Mendes Ribeiro; o Senhor Subsecretário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca do Uruguai, Enzo Benech; o Senhor Vice-Ministro do Poder Popular da Agricultura da Venezuela, Ivan Gil; o Senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Pesca da Argentina, Norberto Yahuar; e o Senhor Superintendente da Organização das Cooperativas Brasileiras, Renato Nobre.

Senhora Ana Paula Padrão: Muito bom dia a todos. Muito obrigada pela presença. Sou Ana Paula Padrão, jornalista, e estou aqui para conduzir os dois primeiros painéis deste encontro, que é importantíssimo, um encontro riquíssimo. O primeiro painel, especificamente, vai abordar a competitividade internacional, que é muito importante na área agrícola do MERCOSUL e na integração produtiva que estamos tentando criar. Aliás, todos os senhores têm a incumbência de achar esse caminho, de serem criativos nessa direção, porque isso certamente nos trará agregação de valor, soluções para vários problemas sociais de todos os países e uma agenda bastante positiva no momento de crise mundial.

Vou conceder a palavra a cada um dos senhores para uma explanação inicial de cinco a sete minutos. Gostaria que os senhores se sentissem à vontade para comentar ou complementar as declarações de um colega. Vamos tornar esse painel o mais rico possível no sentido de encontrar soluções e de deixar claro para nossa plateia quais são os planos para os próximos anos na área do agronegócio.

Assim sendo, gostaria de pedir ao Ministro da Agricultura brasileiro, por favor, que ocupe o púlpito, para sua explanação inicial.

Senhor Ministro Jorge Mendes Ribeiro: Bom dia. Eu disse a Ana Paula que eu teria mais um parágrafo a acrescentar ao meu currículo: ser apresentado, para o painel, pela bela e talentosa jornalista Ana Paula Padrão. É uma honra estar aqui com os senhores, com os meus colegas do MERCOSUL, neste encontro em nossa casa. Estamos reunidos para tratar de nossas questões, olhar para fora e nos perguntarmos como vamos passar a sensação – a todos que nos observam – de que não vamos descansar nem por um minuto enquanto não vencermos nossos desafios, sejam de infraestrutura, sejam de sanidade, sejam de pesquisa, sejam de prepará-los para enfrentar o mundo atual.

Não é mais barato produzir alimento. Temos um produtor extraordinário com desafios extraordinários: o Brasil tem a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). E o mundo tem a Embrapa, e o mundo olha para a Embrapa.

A Embrapa vai fazer quarenta anos em 2012, e já estamos programando a Embrapa 40 + 20. Porque a Embrapa foi importante por chegar até aqui, e ela precisa ser importante nos próximos vinte anos.

Sou um parlamentar, todos sabem disso. Tenho vinte anos de mandato na Câmara dos Deputados, oito anos na assembleia

do meu Estado e quatro anos na da minha cidade. Fui Secretário de Estado várias vezes. Acho fundamental a discussão. Vencemos o Código do Meio Ambiente, com dificuldade, mas enfrentamos e vencemos. Não temos o código dos ambientalistas e não temos o código dos ruralistas. Temos uma legislação que nos dá segurança, mas precisamos tratar do Conselho de Segurança Alimentar. Temos de ter coragem de ultrapassar mais essa barreira.

Não consigo discutir alguma coisa sem a Argentina, sem o Uruguai, sem a Venezuela, sem as cooperativas e sem as federações. Quero discutir sanidade, sim. Por que não avançar no que diz respeito à erradicação da febre aftosa?

Se estamos tirando a barreira do Rio Grande do Norte e da Paraíba, se o gado pode começar a circular livremente naqueles Estados, por que não posso pensar em avançar e em tirar a vacinação de outros Estados que são livres de febre aftosa com vacinação? Isso não é uma discussão que eu possa fazer sem – por favor, entendam – ter a Argentina e o Uruguai do meu lado. Isso não é um problema de Governo, é um problema de produção. Como vou enfrentar a febre aftosa do Paraguai se eu não estiver de mãos dadas com a febre aftosa do Paraguai, não estiver ao lado do Governador do Mato Grosso do Sul e não tiver ao meu lado o contexto da sanidade?

A Presidenta Dilma quer que nossa agricultura conte com uma política nacional de armazenamento e com recursos que possam dar estrutura a nossos gargalos, eliminando as viagens intermináveis para transportar produtos de uma ponta a outra do Brasil e demonstrando o grande respeito que temos pelo produtor.

Esse encontro nos ensina, nos fortalece e, até mesmo, conduz as políticas monetária, fiscal e tributária em nossos países, incluindo nosso novo sócio, a Venezuela, possibilitando crescimento e desenvolvimento.

Temos problemas a resolver? Temos. Cada vez que sento para resolver um problema com um país vizinho, penso que, se tivermos

menos problemas entre nós, tenho certeza de que criaremos mais soluções para nossos povos. Nesse convívio de um ano, aprendi que isso é possível.

É incompreensível a fronteira fechada e a dificuldade de nossos governantes. Quero receber o "muito obrigado" que recebi dos senhores ministros perante todos os senhores, testemunhar esse "muito obrigado" a todos os senhores e a toda a população. Ana Paula, na condição de Ministro da Agricultura, só posso dizer da minha alegria, do meu orgulho de vê-la comandar este painel, e afirmar que estou aqui para ouvir, para aprender, para servir e para fazer aquilo que a Presidenta Dilma sempre recomendou: que o Brasil sempre estenda a mão ao progresso e ao desenvolvimento e fortaleça nossa agricultura e nosso produtor.

Muito obrigado e tenham um bom dia.

Senhora Ana Paula Padrão: Ministro, já o conhecia pela competência, mas agora sei que o senhor é um *gentleman*. Na sequência, vamos ouvir sobre a integração produtiva do agronegócio, com o Subsecretário do Ministério da Agricultura do Uruguai, Senhor Enzo Benech. Por gentileza, pode tomar a palavra. Obrigada.

Senhor Enzo Benech: Muy buenos días. Muchas gracias por compartir este momento. Autoridades hermanas, de países hermanos, ministros de la región, empresarios, autoridades. Demás está de decir la importancia que nosotros, como Uruguay, le asignamos a encuentros de este tipo. Los desafíos que estamos, en este momento, asumiendo como región.

Escuché varias veces, ya, decir que el mundo cambió, y que hoy es un mundo demandante de alimentos, de precios distintos a los que teníamos. Históricamente hemos venido hablando, años atrás, del deterioro de nuestras relaciones de intercambio. Eso cambió. Yo creo que cambió para siempre, porque la población

mundial necesita de alimentos. Los agronegocios son parte de este tema. En nuestro país, parte fundamental. La economía es fuertemente dependiente del agronegocio: el 70%, por lo menos, de nuestras exportaciones dependen, tienen su base, en los sectores agropecuarios.

Creo que eso, obviamente, nos condiciona, pero también nos da una excelente oportunidad. Nosotros, por supuesto, no vemos esto, de ninguna forma, aislada de nuestra región. Sino, la vemos conjuntamente con nuestros hermanos. Yo creo que la diferencia es que el mundo nos necesita. La historia, desde Malthus en adelante, que diagnosticaba la catástrofe por la producción de alimentos, se la han ingeniado para seguir produciendo alimentos. Pero, nuestra región, en eso, ha sido extremadamente privilegiada. Mucho depende de lo que nosotros hagamos. Por eso, creo que este evento, empresarios y autoridades de gobierno, es tremendamente importante.

Venimos bien. En Uruguay venimos bien, venimos con tasas de crecimiento interesantes, con valores altos. La ministra de industria argentina hacía referencia de cómo nos iba la región. Pero, eso es importante, no es suficiente. Creo que tenemos mucho más por hacer. Nosotros no concebimos los agronegocios de forma aislada de nuestros productores, de nuestra producción familiar. Muchas veces se las ven como cosas difíciles de integrar. Creo que desde el gobierno, pero también de las empresas, tenemos la necesidad y la obligación de hacer que estas actividades puedan ser complementarias. Todo esto no tiene sentido si no logramos que nuestra gente viva mejor. Este es el desafío final del agronegocio y de nuestro trabajo. Creo que para lograr eso, sin duda, no veo otra forma que trabajar conjuntamente, a nivel de la región.

Hemos hablado, históricamente, de la primarización de nuestras producciones. Pero que esto está lejos. Ya no es la agricultura, la ganadería extractiva. Hoy, es todo tecnología. Hoy,

es todo innovación. Creo que el desafío viene por ahí. Creo que podemos producir mucho más, que tenemos que producir alimentos y no colocar más caro, para gente que lo demanda y que tiene el poder adquisitivo. Pero, creo que aquí, en la región – y lo venimos haciendo, no estoy descubriendo nada. Mi amigo de Brasil, de EMBRAPA, seguramente el amigo de Argentina, con los cuales venimos trabajando hace bastante tiempo. Pero, debemos profundizar mucho más.

Los factores de crecimiento y de productividad. Todavía nos quedan, en la región, áreas posibles de explorar. Pero también nos quedan incrementos de productividad y de eficiencia; y eso es investigación e innovación, es tecnología. Creo que ahí es donde tenemos un gran campo para trabajar juntos. Todavía seguimos produciendo con tecnología que nos es nuestra, y creo que hoy tenemos condiciones para desarrollarnos como región. Creo, además, que hay que poner arriba de la mesa algunos otros factores, que solo nosotros los podemos poner.

¿Cuáles son? La sustentabilidad de nuestro proceso productivo. La bonanza de hoy tiene que ser sustentable en el tiempo. Para nosotros es fundamental el cuidado de nuestro suelo, de nuestra agua, de nuestra gente. Eso, si no lo logramos nosotros, la bonanza y la riqueza que hoy tenemos se nos pueden volver en contra para nuestros hijos o para nuestros nietos. Creo que eso es un requisito que debemos analizarlo. Por lo tanto, nosotros estamos convencidos que el desarrollo tecnológico conjunto, el desarrollo tecnológico generando sinergia y aprovechando infinitas capacidades que tenemos.

Uruguay ha generado instancias interesantes. Hoy tenemos toda nuestra ganadería, todas nuestras vacas – y tenemos unas cuantas, en relación a nuestra población– están identificadas. Hoy estamos con planes de uso de suelo obligatorio. En Uruguay los suelos van a tener que ser usados de acuerdo a su capacidad. Parece

que son desafíos muy fuertes, pero quisiéramos compartir con ustedes, porque creo que, además, aquí tenemos que desarrollar tecnologías que, seguramente, todavía no tenemos, o no nos dimos cuenta para hacer que eso sea posible y en el más largo plazo.

Por eso, remarco la importancia de estos encuentros, porque esto no se hace solo con la voluntad de los gobiernos, se hace trabajando junto con los empresarios, ya que estamos hablando de agronegocio. Los operadores en el mundo que hoy tenemos, trabajan para ganar dinero – eso no está mal. Debemos compartir, debemos ser solidarios. Nosotros trabajamos para tener una sociedad más justa y más equitativa. A eso apostamos. Este es nuestro compromiso. Esta es nuestra humilde propuesta desde Uruguay. Creemos que para eso, el MERCOSUR es una herramienta fantástica. Pero, depende de nosotros, que seamos nosotros capaces de construir, de mirar lejos y de que cada uno pueda aportar lo que tiene. Creo que este es el primer encuentro. Ojalá vengan muchos más. Pero, vaya nuestro compromiso como Uruguay, vaya nuestro compromiso como persona, de trabajar en este sentido. De trabajar para que el mundo se alimente, pero también trabajar para que no se alimenta a cuesta de que nuestra gente viva igual o peor. Nuestra gente tiene que vivir mejor. Muchas gracias.

Senhora Ana Paula Padrão: Muito obrigada, Senhor Benech. Gostaria de passar a palavra ao Vice-Ministro da Agricultura da Venezuela, Senhor Iván Gil.

Senhor Iván Gil: Muy buenos días. Gracias a las altas autoridades de Brasil, Uruguay y Argentina que nos acompañan. A todos los empresarios, que hoy se reúnen acá a escuchar este foro de agronegocio en el MERCOSUR.

Venezuela, como ustedes saben, debutando en el MERCOSUR, un proyecto impulsado por el presidente Hugo Chávez, desde que llegó a la presidencia de la República – ya se cumplen catorce años

de la primera elección. Desde este momento comenzó un trabajo inmediato. El primer viaje que hizo el presidente, hace catorce años de electo fue, precisamente, a Brasil, a reafirmar el compromiso de la integración.

En este contexto, la agricultura, para nosotros, también desde este periodo de tiempo, ha venido sufriendo una serie de políticas públicas, a lo interno y a lo externo, que van hacia desarrollar el máximo potencial que tiene el ecosistema, la oferta ambiental venezolana. A pesar de ser un país grande con respecto a Uruguay, pero pequeño con respecto a Brasil o a Argentina, y con una oferta ambiental muy diversa. Y que se enfrenta una realidad, que es la presencia del petróleo, la energía, que ha eclipsado, quizás, o eclipsó, durante mucho tiempo, la agricultura venezolana, creando relaciones bastante particulares en nuestro país. Sin embargo, quizás el país del MERCOSUR, en materia agrícola, donde vamos a encontrar, en materia de desarrollo empresarial agrícola, la mayor diversidad de organizaciones, de empresas.

Pero, que esa diversidad – en organizaciones, empresas, asociaciones, cooperativas, etc.– que hacen envidia en Venezuela se traduce, también – lo decía el ministro de Brasil, el compañero de Uruguay – en una brecha tecnológica entre este tipo de organizaciones empresariales. Nosotros hemos asumido el desafío, en Venezuela, de entrar al MERCOSUR con la firme convicción que, más allá de las relaciones comerciales que podamos establecer, que vamos a establecer. Porque, de hecho, hemos venido aplicando, de manera bilateral con cada uno de los países.

Vamos a entrar a una etapa donde nuestra agricultura, nuestro agronegocio, las estructuras empresariales venezolanas van a verse muy beneficiadas, sumamente beneficiadas de lo que puedan aprender de las organizaciones empresariales brasileras, argentinas, uruguayas y paraguayas. El desafío – decía – no es solamente lo comercial, es el aprendizaje, la ciencia y la tecnología.

El ministro de Brasil mencionaba la EMBRAPA. Nosotros hemos tenido, desde el 2007, en Venezuela, una oficina de EMBRAPA, que venido impulsando algunos proyectos de desarrollo bien particulares, bien descriptos en ámbitos geográficos específicos. Durante estos cuatro años, casi cinco años que hemos tenido de la presencia de EMBRAPA en Venezuela, se ha logrado, en primer lugar, la visualización de EMBRAPA como una entidad que ha acumulado el suficiente conocimiento, las suficientes tecnologías como para transferirla y desarrollarla en un país tropical, como es Venezuela, con unas potencialidades en la producción de cultivos tropicales muy importantes.

También hemos tenido relación con el INTA, de Argentina. Más de ochocientos técnicos venezolanos han sido capacitados en estos diez años en Argentina, gracias a un convenio de cooperación en el INTA. Con Uruguay también hemos tenido intercambios importantes. Nuestro INIA tiene convenios directos con el INIA de Uruguay. Es una potencialidad, lo decíamos. Una potencialidad que se abre desde la sanidad, creo que es un reto para nosotros. Estamos muy expectantes ante nuestro ingreso a MERCOSUR, por los avances que podamos tener en materia sanitaria, animal y vegetal; en materia de tecnología para mecanización, para el riego, para la producción de semillas.

EMBRAPA es, quizás, una de las entidades más importantes en el mundo en acervo genético vegetal. Ese acervo genético vegetal, nosotros lo vemos como una oportunidad no solo de negocios y de crecimiento de las organizaciones empresariales, sino de crecimiento de la región y de la capacidad de la región de producir cada vez más cuantidad de alimentos a cada vez menos costos de producción, generando mayor riqueza para nuestros pueblos. Nosotros hemos iniciado, en esta base, un plan que nos ha permitido – a pesar de que en Venezuela prácticamente la agricultura había llegado a ser una actividad marginal en términos

económicos – desde hace catorce años del gobierno del presidente Chávez.

Se ha insistido en la necesidad de crecimiento en la producción agropecuaria. Podemos exhibir algunas cifras importantes: hemos duplicado, en catorce años, la producción de maíz, hemos duplicado la producción de arroz. Aquí hay empresarios del sector de porcinos, de ganadería, del sector de aceites y oleaginosas. El cultivo de girasol había desaparecido. Gracias a la ayuda de Argentina nosotros hemos vuelto a los niveles que teníamos. La producción este año, hemos plantado alrededor de cien mil hectáreas que no estaban, no existían, porque habían desaparecido. Se había asumido Venezuela como un modelo, simplemente, suministrador de petróleo para el mundo.

Pero, todavía tenemos muchas oportunidades de desarrollo. Venezuela tiene una ubicación privilegiada. Ahora, con MERCOSUR, la salida al Caribe, la salida a grandes mercados. Es decir, tenemos una estructura disponible, tenemos una oferta de suelo y de crecimiento de frontera agrícola que, quizás, en porcentaje, sea la mayor que pueda poseer los países del MERCOSUR. Nosotros podemos, quizás, en este momento doblar, todavía más, la superficie cultivada sin mayores inversiones. Con inversión en ciencia y tecnología, quizás podemos llegar a más.

Con esto, lo que quiero es expresar que en Venezuela, y ahora Venezuela dentro del MERCOSUR. Esto no fuera posible si no estuviera Venezuela en el MERCOSUR, con unos socios que han desarrollado su agricultura a un nivel impresionante. A nivel mundial representa, en materia de agronegocio, una seria de oportunidades sumamente grandes. Hablemos, por ejemplo, la necesidad de crecer en esta frontera agrícola. Estamos hablando de crecer en los próximos seis años en una frontera agrícola de más de dos millones de hectáreas que están allí, con una tecnología que Brasil ha desarrollado. Toda la tecnología que desarrolló la

EMBRAPA para la producción en el cerrado brasileño es la misma tecnología que nosotros podemos llevar a Venezuela para la producción en nuestra sabana.

Esas dos millones de hectáreas que empezamos a desarrollar en los próximos seis años, de 2013 a 2019, van a requerir, en primer lugar, buena voluntad política, que ya ha empezado el gobierno del presidente Chávez de apoyar este desarrollo. Pero, va a requerir la inversión productiva en el sector de maquinaria, el sector de riego, el sector de semilla, el sector de producción de insumos. Toda la industria de servicios, de bienes, de capital etc. que se desarrolla a partir del desarrollo agrícola. No tenemos dudas, porque nuestro desarrollo agrícola, quizás, es el menor del desarrollo agrícola de la región – es el menor. Tenemos desarrollo en otras áreas industriales: petroquímica, petrolera.

El agronegocio, en Venezuela, se va a convertir, en los próximos años, quizás en una actividad muy importante, por los retos que nos hemos planteado. Las necesidades que tienen nuestro sector empresarial agrícola y agroindustrial se pierden de vista. Para nosotros, representa el MERCOSUR una oportunidad para suplir estas necesidades que tienen nuestro sector, pero, también, Venezuela se va a convertir, para nuestros socios de MERCOSUR, de la inversión productiva en este tipo. Brasil, Argentina han desarrollado una industria de la fabricación de máquinas agrícolas realmente impresionante. Nosotros tenemos la esperanza y la certeza que allí está nuestra fuente de desarrollo. Además de eso, nosotros no queremos dejar de lado la posibilidad de la creación de un modelo de desarrollo agrícola y empresarial incluyente.

Nuestra diversidad, la diversidad de nuestros países es enorme. La diversidad empresarial también la es, y tenemos empresas de todos los tamaños. Nosotros queremos aprovechar la experiencia, aprendizaje y conocimiento de nuestros socios de MERCOSUR para poder desarrollar un modelo tecnológico, un

modelo productivo, un modelo comercial, un modelo empresarial que pueda ser adaptado a distintas escalas de desarrollo, desde la grande empresa, pasando por empresas medianas, al pequeño productor, hasta la agricultura familiar. Todos ellos dentro de lo que queremos en el MERCOSUR, de lo que queremos en nuestros países.

Nosotros lanzamos esta propuesta: crecimiento acelerado en los próximos seis años de nuestra producción. Venimos con una línea base de crecimiento importante. Tenemos que hacer frente a desafíos en materia ambiental muy importante: manejo de suelo, manejo de la tecnología del riego, manejo de los agrotóxicos, manejo de los fertilizantes. Venezuela es productor natural de urea. Esto me refiero a las oportunidades, también, de negocios en materia industrial que representa el crecimiento agrícola de la región.

Senhora Ana Paula Padrão: Senhor Gil, não quero interrompê-lo, mas preciso dar a palavra a seus outros companheiros. Sei que o senhor aprendeu a falar com o Presidente Chávez, mas preciso dar a palavra, senão, não debateremos nada.

Senhor Iván Gil: Bueno, vamos a respetar el derecho.

Senhora Ana Paula Padrão: Obrigada. Dei cinco minutos para cada um deles. Não é culpa minha.

Senhor Iván Gil: Bueno. Muchas gracias, después tendremos la oportunidad de responder algunas preguntas.

Senhora Ana Paula Padrão: Muita gentileza. Muito obrigada. Por gentileza, gostaria de passar a palavra ao Ministro da Agricultura da Argentina, Senhor Norberto Yahuar.

Senhor Norberto Yahuar: Muy buenos días. Primero, y ante todo, agradecer la posibilidad que se realice este tipo de paneles, de debate, de discusión, donde podamos ir mostrando el trabajo que se viene realizando en el marco de las relaciones que tenemos los países que vivimos y convivimos dentro del MERCOSUR. Agradecerle a Jorge, mi amigo Jorge, el ministro anfitrión. Gracias por generar estos espacios. Son necesarios.

Sin duda, la crisis por la que atraviesa el mundo nos obliga a actuar con ingenio y con sabiduría, sobre todo los países que hemos sido vistos como productores primarios durante muchísimos años. Hoy, la gran oportunidad, el gran salto de calidad que podemos dar, en demostrarle al mundo que realmente podemos ser quienes podemos generar la cantidad de alimento suficiente que va a necesitar este mundo nuevo que empieza a reconstruirse con nuevos socios comerciales, con nuevos socios políticos.

Hay tres ejes que entendemos son fundamentales en esta relación que es la ciencia, la tecnología y la capacidad que tengamos para desarrollarla y compartirla dentro de los países del MERCOSUR. Con el gran desafió que significa la solución en materia energética. Comparto plenamente lo que decía Jorge al principio de su interlocución, cuando decía que cuesta más producir. Es cierto, cuesta más producir.

Por lo tanto, estas variables nuevas que se plantean en este nuevo mundo ya no son las variables financieras con las que se veían los alimentos. Hemos vuelo y hemos retomado la palabra comercio, la palabra negocio. Entonces, desaparecen y se limpian, en el medio de estas situaciones, aquellos grupos económicos que en el mundo les sobraba dinero, hacían apuestas en los alimentos, generaban abundancia en algunos productos. Cuando ya no era negocio desaparecían rápidamente y generaban un vacío importante donde los gobiernos teníamos que salir corriendo rápidamente para tapar estos agujeros. Me parece que ahora la responsabilidad con la que

hemos empezado a diseñar las políticas del gobierno, del sector público, que van absolutamente de la mano con el sector privado.

No hay duda de que los gobiernos y los sectores privados tenemos la obligación de trabajar en los desafíos de esta nueva época. Esta nueva época es real, no estamos ante cambios que se producen en alguna situación. No, es una época nueva, lo que significan reglas de juego nuevas que tenemos que ir fijando. A partir de ahí, creo que discutir la integración, creo que es un tema del pasado. Estamos discutiendo el orden que tenemos que darnos para poder trabajar en conjunto y para poder ser eficientes. Tener, sin duda, una visión distinta a la que hemos venido teniendo cuando éramos países productores primarios.

Toda esta tecnología que hemos sido capaces de desarrollar los países de América Latina, estamos compartiendo. Bien lo señalaba el compañero de Venezuela o el compañero de Uruguay. Estamos compartiendo eso porque sabemos que esto es una unidad. América Latina es una unidad, y no podemos trabajar afuera de este esquema, si no nos entendemos como una unidad de acción. Unidad de acción significa que el mundo tiene dos ejes para nosotros: puertas adentro, donde tenemos las obligaciones – todos los países que integramos América Latina y el MERCOSUR deseamos calidad de vida a nuestros pueblos, fundamentalmente. Esto se hace con equidad y con mejor distribución de la riqueza, sin duda.

Pero eso también nos obliga que, hacia afuera, cuando nos plantamos de cara a este nuevo mundo, seamos muy duros al momento de discutir los precios de lo que producimos. Entonces, a veces, este mundo financiero que administró alimentos durante muchos años y que entró en crisis y colapsó, donde nos vendían algunos proyectos enlatados, donde nosotros reiteradamente, durante muchos años fuimos siguiendo sin respuesta a estas soluciones. Entonces, continúan subsidiando sus productos

primarios y nos discuten a nosotros los valores de los *commodities* internacionales. Esto cambió. Somos países capaces de producir el alimento que le va a estar faltando al mundo en los próximos treinta o cuarenta años, que vamos a tener mil millones más de habitantes, con cifras que, indudablemente, ya han cambiado, día a día van cambiando.

Día a día nuestras obligaciones, como Estados y como empresarios, también están cambiando. Creo que este esquema de llevarle la tranquilidad y la seguridad alimentaria tiene que ver con que hemos reflexionado y que nosotros no queremos, al menos desde la visión con la que compartimos en las charlas, que no tenemos la responsabilidad en función de gobierno. No queremos crear una cajita de cristal en América Latina. Porque, indudablemente, esto es lo que ha pasado en algunos países. Nosotros entendemos de que esta integración primaria que se dio y que ha logrado que la América Latina sea una América unida, con la misma concepción, con los mismos objetivos comerciales, con los mismos objetivos políticos, también se lo tenemos que brindar a la África, también se lo tenemos que brindar a los países de Medio Oriente, a los países de Asia. Donde, indudablemente, sí los alimentos, sí el agua son una discusión profunda.

Solo no tenemos que ser egoístas. En esto creo que nos diferenciamos con este viejo modelo que está en retirada. Ahí es donde sí, nosotros tenemos que fortalecer nuestra política pública de crecimiento. Ahí está el esfuerzo de todos los gobiernos, así lo señalaba el compañero de Venezuela, el esfuerzo que están haciendo. Indudablemente, Brasil, Argentina y Uruguay tenemos una relación mucho más estrecha. Hemos venido trabajando en conjunto en eses últimos años por esta integración: cómo eliminar estas cosas, como somos solidarios con el resto de los países, cómo acompañamos a Bolivia y cómo podemos acompañar a Ecuador. Porque, la unidad de negocios es una sola. Cualquier hecho

que se refleje en Brasil, en Uruguay, en Argentina y en Bolivia, automáticamente se refleja en los negocios y en el comercio que pueda realizar el sector empresario de América Latina.

Entonces, ahí es donde tenemos que ser cuidadosos. Por eso, hoy hablábamos y hacíamos algunas reflexiones con los compañeros sobre los teléfonos rojos: rápidamente tenemos que estar atentos a cualquier llamada, porque ya estamos unidos. Ninguno es independiente de lo que pueda pasar en el país vecino. Ya se ha eliminado esta frontera. Hoy, estamos juntos y tenemos que resolver las cuestiones juntos. Creo que los desafíos que tenemos adelante, los hemos asumido cada uno, obviamente, con nuestras formas, con nuestras visiones, que son en conjunto. Pero, puertas adentro nuestros pueblos también tienen formas: formas de ver la agricultura, forma de ver la ganadería.

Nuestro país, nuestra presidenta, nuestro ex presidente, Néstor Kirchner, fueron muy inteligentes en empezar a vislumbrar un plan alimentario con el plan PEA 2020, donde Argentina tiene metas muy claras para el año 2020, que ya lo estamos cumpliendo. Hemos pasado muy buenas etapas. Creo que la primera etapa ha sido una etapa de reconciliación con sectores productivos medios y pequeños. Generalmente, los agronegocios se estaban circunscriptos a las multinacionales y a las grandes empresas. Nos hemos dado cuenta de que puertas adentro teníamos una herramienta fantástica, que eran las economías regionales y, fundamentalmente, la agricultura familiar. Hoy, los alimentos que se producen alrededor de las grandes ciudades son, generalmente, producidos por estos pequeños agricultores familiares, la agricultura periurbana, donde tenemos el alimento fresco al alcance de la mano. Creo que este modelo también es el modelo que tiene Brasil, que tiene Uruguay. El modelo que intenta armar Venezuela y que todos vamos a colaborar para que este modelo también llegue a todos los compañeros de América Latina que así lo requieran.

Este modelo significa apoyar las cooperativas, apoyar el pequeño empresario, ponerle líneas de crédito, poner la tecnología. La tecnología que a veces estaba solamente al alcance de las grandes empresas o de las multinacionales. Hoy, a través de EMBRAPA, de INTA, de los organismos, tiene que estar al alcance del pequeño productor. Es el Estado el que tiene que ponerle a este pequeño productor todo el conocimiento y la capacidad técnica para que este productor también esté en la misma igualdad de condiciones y pueda seguir creciendo.

El grande, sabemos perfectamente bien que tiene herramientas y que, generalmente, tiene espaldas para aguantarse, solo, las crisis. El pequeño productor no, ahí es donde está la obligación del Estado. Nuestra obligación de ayudarle, de estrecharle la mano. Y de incorporarlos al sector. Sacar este pequeño productor, que era un anónimo, que tenga identidad y que se incorpore en un sistema comercial. Creo que esta primera instancia del sector comercial, para que estos pequeños productores, sin duda, el primer paso es el MERCOSUR. Y, de ahí, trabajar en escala para salir al mundo.

¿Qué significa trabajar en el MERCOSUR? Que cuando nos presentamos ante alguna visión distinta, que tiene el mundo, y de cómo generamos reservas alimentarias, seamos los países del MERCOSUR los primeros que discutimos, puertas adentro, cuales son las características que les vamos a dar a estas reservas alimentarias. Sabemos de la necesidad y estamos comprometidos, ante la FAO y los organismos internacionales, a colaborar para garantizarle al mundo de que nosotros vamos a hacer todos los aportes necesarios para que haya seguridad alimentaria. Pero también queremos ser parte de la discusión de cómo se va a dar esta seguridad alimentaria. ¿A qué precio se va a dar esta seguridad alimentaria? Porque en época de bonanza algunos países fijan *commodities* que convienen a ellos. En épocas de sequillas algunos valores, en los países del norte, se disparan y nosotros vamos

atrás. Cuando la sequilla es al revés, intentan fijarnos tótem en los *commodities*. El mejor incentivo que tiene el productor en América Latina, sin duda, es el precio. Porque de este precio es donde, también, los Estados tenemos la posibilidad de llegar con una mejor distribución de la riqueza para nuestros pueblos.

Sin duda, estos tres ejes, que son la ciencia y la tecnología, la energía y los alimentos son lo que van a dominar este siglo que estamos transcurriendo. Es, sin duda, la obligación de quienes tenemos responsabilidades políticas y públicas y de quienes tienen responsabilidades empresariales trabajar fuertemente para que este nuevo orden que tenemos que darnos en el MERCOSUR se llame integración – por lo menos desde mi punto de vista. El nuevo orden de como trabajamos y qué roles tenemos cada uno. Nos conocemos, nos respetamos, somos parte, y esto se transformado en una gran familia. Siempre hay discusiones en una familia. El tema es que cómo nos damos los espacios suficientes para escucharnos, para aceptarnos y para mantener una relación que, indudablemente, nos mantiene unidos por los próximos años. Muchísimas gracias.

Senhora Ana Paula Padrão: Obrigada, Ministro. Foi muito interessante sua colocação sobre os pequenos agricultores e a importância que eles têm nesse processo. Vou passar a palavra para uma pessoa diretamente interessada nisso: o Superintendente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Senhor Renato Nobre. Há um papel e uma expectativa muito importante com relação a esse processo.

Senhor Renato Nobre: Obrigado, Ana Paula. Ministro Mendes, Subsecretário Enzo, Vice-Ministro Ivan, Ministro Norberto, estimados presentes, bom dia. Nosso agradecimento, em nome das cooperativas brasileiras, ao convite feito pelo Ministério das

Relações Exteriores para participar desta bela oportunidade que é o Fórum Empresarial, que, para nós, é o fechamento das comemorações do ano de 2012 como Ano Internacional das Cooperativas. É o reconhecimento, pela Organização das Nações Unidas (ONU), da importância do cooperativismo para o desenvolvimento mundial.

É assim que vemos o reconhecimento do Governo e do parlamento brasileiro à importância das cooperativas para o desenvolvimento do país.

O cooperativismo mundial envolve mais de 1 bilhão de pessoas em mais de cem países, empregando mais de 100 milhões de pessoas. No Brasil, o sistema OCB reúne mais de 6.600 cooperativas, 10 milhões de cooperados e 300 mil funcionários. É um público grande, mas, comparado com o da Argentina, ainda é pequeno. Na Argentina, 22% da população é cooperativada. No Brasil, somos ainda 5%. Na Venezuela, são 3,5%. No Uruguai, 13%. No Brasil, temos ainda muito a crescer em termos de desenvolvimento cooperativista.

Quando o senhor cita a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês), também é importante lembrar que a oportunidade está instalada, porque atualmente há um sul-americano, José Graziano, na direção-geral desse órgão. A FAO também reconheceu a importância do cooperativismo quando nomeou Roberto Rodrigues embaixador especial para o cooperativismo mundial.

Esse é, realmente, um ambiente muito favorável para o desenvolvimento do bloco MERCOSUL. Foi por meio das cooperativas que o MERCOSUL desenvolveu, por intermédio de seu grupo de mercados em 2001, a Reunião Especializada das Cooperativas do MERCOSUL (RECME), cujo principal objetivo foi o desenvolvimento da integração. Isso incluiu a integração comercial, cultural e social das cooperativas; as alianças estratégicas

necessárias ao desenvolvimento das cooperativas do MERCOSUL; e, ainda, o ambiente de harmonização do marco legal necessário para as cooperativas desenvolverem seus negócios e atividades.

A partir de 2001, com o início dos trabalhos da RECME, surgiu o projeto PROCPSUL 1, voltado para a promoção do cooperativismo no MERCOSUL. Nesta semana, tivemos uma boa notícia: durante o desenvolvimento dos trabalhos da RECME em Brasília, levamos ao Grupo de Mercado Comum (GMC) a proposta da minuta do Fundo de Promoção das Cooperativas. Em 5 de dezembro, o GMC aprovou a deliberação do Fundo para Promoção das Cooperativas. Para nós, há grande expectativa de obtermos, com os governos dos países, marcos regulatórios que permitam o desenvolvimento cada vez maior e melhor das relações das cooperativas do bloco, bem como de que as cooperativas constituam a necessária plataforma de exportação para mercados externos que o bloco precisa.

Muito obrigado pela oportunidade. Estamos à disposição para participar dos debates.

Senhora Ana Paula Padrão: Muito obrigada aos senhores por terem me poupado tempo em perguntas. Vou, então, direto ao ponto, para aproveitarmos ao máximo o tempo disponível no painel. Neste momento, parece-me que o essencial para a integração das cadeias produtivas é uma agenda comum, que inclua todos os países e que seja bastante conversada. Isso parece fácil, mas exige que a família esteja muito unida. Gostaria de começar pelo nosso anfitrião, o Ministro da Agricultura brasileiro, a quem peço que comente esse assunto. Por favor, sintam-se à vontade para fazer comentários, para que possamos realmente extrair deste painel uma discussão interessante sobre como será essa agenda comum, incluindo o que já está em perspectiva, o que pode ser desenvolvido e em que período pode ser realizado. Por favor, Ministro Mendes.

Senhor Ministro Jorge Mendes Ribeiro: Vamos contar para a Casa aquilo que o pai e a mãe presenciam os filhos fazerem diariamente. O filho pequeno desce a escada e o pai sabe que precisa dar a mão a ele. O filho grande desce a escada, mas o pai sabe que não precisa dar a mão a ele, porque o menino já cresceu. Mas avisa: "Não corre."

Temos tido essa prudência todo dia, para não perdermos de vista que o arroz plantado no Uruguai e na Argentina é, muitas vezes, plantado por brasileiro; que essa integração envolve safra; que existem períodos para que a safra ocorra; e que a política agrícola deve ter cunho regional. Afinal, se produzirmos as mesmas coisas, vamos competir uns com os outros. Nossos ministros da Argentina e da Venezuela mencionaram a Embrapa. Em termos comparativos, somos a União Europeia, mas Mato Grosso, Goiás e Tocantins são os BRICs, por causa da Embrapa, que teve a capacidade de desenvolver o plantio em clima diferenciado. Mas nós precisamos viver em situações diferentes. A capacidade de vivermos nessas diferenças é que precisa nos unir. Enfrentamos exatamente os mesmos problemas, mas não vamos nos unir, por quê? Vamos conversar. Minha mulher é do Chuí e estuda em Buenos Aires. Conversamos sobre essas diferenças e convivemos com elas.

As questões relativas à saúde, a transporte, à armazenagem e a nossas carreteiras dizem respeito às nossas cooperativas. Nessa área, há tantos desafios, que acredito que esses debates ocorram três ou quatro vezes por ano, no mínimo. Estamos focando nossa cúpula nesse assunto para que nossa assessoria busque soluções.

O que se pode dizer ao MERCOSUL em encontros como este é que estamos extremamente otimistas. Cada dia parece haver menos diferenças e menos reparos que possam prejudicar nosso país, e, em cada encontro, surgem mais soluções.

Senhora Ana Paula Padrão: Muito obrigada, Ministro. Abro a palavra a quem queira comentar a questão da agenda comum para a integração nessa área.

Senhor Norberto Yahuar: Primero, sumarnos. Es muy claro, Jorge, al momento de emitir este tipo de opiniones, que compartimos, mayoritariamente, todos los ministros. MERCOSUR, CAS, todas las organizaciones que tenemos, y cuando permanentemente nos juntamos y nos reunimos, sabemos que son malas cosas que nos unen.

Hoy, el pensamiento el ordenar y ver cómo, en conjunto, salimos a enfrentar y a darle al mundo lo que está necesitando. Eso significa sabiduría, fundamentalmente. Porque creo que el esfuerzo de sentarnos a discutir y a consensuar tiene que ver, también, con la sabiduría que tengamos para saber entender cuáles son los problemas. Que ninguno de nosotros, de forma independiente, tiene posibilidades de triunfo en un mundo difícil, complicado, complejo, grande. Pero espero que sí, en esta unidad que hemos podido construir dentro del MERCOSUR, tenemos todas las posibilidades y todos los desafíos al alcance. O sea, podemos salir tranquilos con el MERCOSUR.

Creo que esta etapa que se viene dando en estos últimos dos años, fundamentalmente, en el MERCOSUR, donde se ha eliminado un montón de situaciones que eran barreras que existían dentro del MERCOSUR, hoy no están. Hoy podemos estar discutiendo un papel más, un papel menos, o una forma. Pero, ya no estamos discutiendo el objetivo, no estamos discutiendo el fondo de la cuestión. Estamos discutiendo cómo hacemos y cómo algunos países que fuimos creciendo –unos más, otros menos– buscamos un equilibrio para avanzar todos juntos, porque no se trata de dejar nadie atrás, se trata de avanzar todos juntos.

Creo que, Jorge, la interpretación es muy clara, cuando habla de desafío, más desafío, más desafío. Todos los días es un

nuevo desafío, un nuevo objetivo y un nuevo paso que tenemos que ir dando en la construcción, puertas adentro y puertas afuera. Yo comparto, plenamente, Jorge, de tus palabras y me parece que ahí nos hemos reflejado, mayoritariamente, todos los países del MERCOSUR.

Senhora Ana Paula Padrão: Por favor, Senhor Benech.

Senhor Enzo Benech: Bueno, vamos a tratar de no repetir lo que los compañeros dicen. Lo que Jorge decía es lo que la realidad impone. Decía la señora de Chuy: estoy en Buenos Aires. Esto de ir a nuestra frontera, hay área donde, del lado uruguayo, hablan portugués, o *portuñol*, y donde muchos gauchos se sienten mucho más uruguayos que brasileros.

Creo que tenemos un proceso de la historia que, la verdad, yo no me había imaginado vivirlo. Este cambio, tan rápido, del mundo. Este papel que toma la región. Me parece que esto nos obliga, fuertemente, a pensar menos como países, y mucho más como región. Creo que este es el gran desafío. Es un cambio difícil, por lo menos cuando tenemos la cabeza blanca. Todos tenemos tendencia a pensar en nuestro conciudadano, en nuestro mercado. Pero, el desafío, hoy, es como enfrentamos el mundo y como aprovechamos las oportunidades que el mundo nos está ofreciendo. Tenemos que ser nosotros capaces de apropiarnos de eso, liderar eso y marcar la agenda nosotros, no que el mundo nos marque la agenda. Eso depende, muchísimo, de nosotros. Creo que algo estamos haciendo. Nos falta muchísimo. Pero, los pueblos nuestros nos vienen marcando el camino. Porque, por más que le pongamos fronteras, la gente elige otra cosa.

Creo que este desafío MERCOSUR, esta América unida, no tiene marcha atrás. Nosotros interpretamos esto y nos ayudamos, o vamos quedar nosotros por el camino, porque la realidad va a ser mucho más fuerte. Gracias.

Senhora Ana Paula Padrão: Por favor, Senhor Norberto.

Senhor Iván Gil: No repetir, igual. Se hablaba, acá, de una agenda común, hemos hablado de ciencia, de tecnología, de desarrollo sustentable, de integración verdadera – que se está realizando. Yo no quería dejar por fuera un tema. Que es la posibilidad y la potencialidad que, como región, nosotros tenemos de producir todos los insumos necesarios que requiere el desarrollo agrícola nuestro. Hemos dado importantes pasos, hasta ahora, lo decía el ministro argentino. Anteriormente la producción agrícola estaba en manos de transnacionales. Hoy en día se desarrolla todo un modelo, digamos, propio, de producción primaria. Pero, yo creo que en la agenda común debíamos colocar ir más allá. La producción de insumos tecnológicos, de semillas, de fertilizantes, de maquinaria, en base a las necesidades propias de la región. Creo que es uno de los temas que también debemos colocar en la agenda común, en los próximos años. No solo para MERCOSUR, sino para toda la región latinoamericana.

Senhora Ana Paula Padrão: Senhor Renato, além, da agenda comum, eu queria que o senhor dissesse exatamente qual a expectativa dos cooperados com relação aos benefícios que a agenda comum pode trazer à potencialização dos negócios deles, inclusive para exportação. Acho que isso resolve uma questão social importante para todos os países do MERCOSUL, pois são muitos os cooperados, e traz uma agenda muito positiva para todos os países. Por gentileza.

Senhor Renato Nobre: Cito duas ações nesse sentido. Uma delas, que diz respeito à nossa integração, depende do parlamento brasileiro: criar o ambiente constitucional e legal para internalizar as decisões do Parlasul. O Parlasul 2009 deliberou

sobre a constituição do estatuto das cooperativas do MERCOSUL, caracterizando as cooperativas da região e a região fronteiriça como cooperativas do MERCOSUL. A OCB está trabalhando no Congresso Nacional para internalizar essas deliberações em nível de MERCOSUL, constitucional e legalmente, para contar com mais esse marco legal que reconhece internamente o estatuto das cooperativas do MERCOSUL.

Uma segunda ação, que cito como exemplo de potencial para nossas cooperativas, é a cadeia de lácteos, que cria grande oportunidade pela sazonalidade da produção. No Brasil, o pico de produção concentra-se no fim do ano, mas, nos países mais ao sul, o pico ocorre no meio do ano.

Se conseguirmos harmonizar a questão da produção com base na sazonalidade, teremos uma grande expectativa de desenvolver terceiros mercados por meio da produção da cadeia de lácteos integrada do MERCOSUL.

Senhora Ana Paula Padrão: Muito obrigada. É claro que percebemos, tanto neste evento como diariamente nas ações de cada um dos senhores e dos governos dos países envolvidos no MERCOSUL, a boa vontade, inclusive política, de solucionar, de trazer soluções criativas para os problemas comuns e, de fato, de ter uma agenda comum que seja uma alavanca importante para o setor agrícola. Mas é claro que temos entraves. Logística é um entrave que requer mais do que boa vontade para ser resolvido. Existe o projeto da CNI com seus *partners* nos outros países sobre o desenvolvimento de estradas e de carreteiras para escoamento de produção, o que é muito importante. Sem isso, não se resolve o problema de logística. Como bem disse o Ministro Mendes, já existe uma produção que, por uma questão tecnológica e de demanda, é a mais cara atualmente, e ela se torna muito mais cara quando há um problema logístico por resolver.

Queria que os senhores comentassem a questão da logística, incluindo os planos comuns para resolvê-la e os passos que já foram dados. Vamos começar com o anfitrião, mais uma vez.

Senhor Ministro Jorge Mendes Ribeiro: Há de se ter coragem para enfrentar os problemas. A questão do armazenamento, no Brasil, é impressionante.

Há muito tempo, sabemos que os caminhões que percorrem nossas estradas perdem produtos, aumentando os preços e gerando prejuízos extraordinários. Queremos definir a política nacional de armazenamento até o fim deste ano, incluindo construção de armazéns necessários e parceria com a iniciativa privada em determinados pontos, de forma que, no próximo ano, tenhamos outra realidade. A questão do milho, no Brasil, é inexplicável e não pode ocorrer. O Ministro tem de dizer isso.

Sobre a questão dos portos, ontem a Presidenta lançou um programa extremamente audacioso, que contempla todas as regiões do país. Ela mencionou de que forma gostaria de contar com a parceria da iniciativa privada, o volume de dinheiro público a ser investido como alavancagem e as ações que precisam ser desenvolvidas. O mesmo ocorreu no setor de estradas. Em outras palavras, o Brasil está fazendo sua parte. No setor cooperativo, tomei conhecimento dos percentuais de representação cooperativa em cada país. Não fazemos as coisas de uma só vez; precisamos nos preparar para construir o que temos de construir, de acordo com nossa idade.

Eu jamais poderei ter a sabedoria do Ministro do Uruguai, que afirmou, de maneira mais compreensível, tudo que eu disse. A sabedoria, os cabelos brancos. Ele recebe minha mensagem e a transmite de outra maneira, porque sabe exatamente que é necessário ter vivência maior do que simplesmente nascer no Chuí ou estudar em Buenos Aires, e que é necessário conviver com a história das terras e dos povos.

Atualmente, posso dizer que conhecemos exatamente nossas deficiências. Estamos estimulados a enfrentá-las e a buscar solução para o escoamento de produção e para a infraestrutura. O Brasil sempre teve política de crédito, mas nunca teve política agrícola.

Não digo isso para atingir quem veio antes de nós. Preciso estender a mão para o produtor. Ele precisa sentir o Estado ao lado dele, para sentir segurança. Ele só vai sentir menos medo se sentir a presença da autoridade ao seu lado. Isso é presença do Estado. Ele precisar sentir que há irrigação, estrada, transporte, armazém e que, não importa o tempo para plantar, o Estado vai estar ao seu lado, para ajudar a produzir. Somente isso.

Senhora Ana Paula Padrão: Muito obrigada, Ministro. Por favor.

Senhor Ministro Fernando Lorenzo: Muchas gracias, ministro, por el reconocimiento de la cabeza blanca. Esto tiene algunas ventajas, pero, varias desventajas. Eso significa que nos vamos poniendo viejos, y la biología también juega.

Nos parece que tuvo un proyecto arriba de la mesa, un tema tremendamente importante, la logística. Este auge, en tan poco tiempo, de nuestras economías nos ha sorprendido. Pero, además, hemos recibido, y creo que no es solo en Uruguay, un desinterés por nuestra logística de caminería, de puertos. Hoy tenemos incrementos, en Uruguay, importantes, de productividad. Lamentablemente, nuestra necesidad de transportar esta mercadería, de sacarla y de llevarla al mundo hace que sea más rápida la capacidad de usar y de romper. Pero no porque la gente la quiere romper, se rompe por el uso – que es la capacidad de construir.

Yo creo que eso nos pone un gran desafío. Y de vuelta, aquí juega, yo creo, el MERCOSUR y nuestro eje común. Uruguay tiene

una posición en el mapa de América Latina, y no es casualidad que los portugueses pelearon con los españoles y los ingleses andaban jugando también, a ver como se acomodaban en este negociado. Yo creo que también esto lo tenemos que ver con cabeza grande.

Nosotros necesitamos vías férreas. Necesitamos caminos, necesitamos puertos. Pero, no lo necesitamos solo para nosotros. Miremos al mapa. Lo necesitamos junto con Brasil, junto con Argentina, junto con los países de la región. Creo que eso debe de ser el enfoque. Creo que debemos trabajar mucho en este sentido. De nada vamos a avanzar si somos capaces de producir alimentos, pero no somos capaces de que lleguen, en forma eficiente y económica, adonde tienen que llegar. Para eso, la logística es lo básico. Creo – a mí me preocupa – que en este marco crece más la productividad que la logística. Nosotros en Uruguay, hoy, tenemos problemas. Esto está en la agenda de todos los días. Pero, insisto una vez más: de vuelta, con cabeza MERCOSUR, tratando de respetar la frontera, pero que eso no sea un impedimento para hacer las cosas que tenemos que hacer como región. Seguramente, con algunos puertos, con algunas rutas, se van a beneficiar ciudadanos brasileros, ciudadanos argentinos, ciudadanos de la región. Me parece que esto es tremendamente importante. Tan importante como incrementar la productividad. Una cosa sola no sirve. Esto es un conjunto. Gracias.

Senhora Ana Paula Padrão: Obrigada. Senhores, o tempo está esgotado. Se quiserem, por gentileza, fazer o comentário final sobre essa questão... Preciso encerrar o painel.

Senhor Norberto Yahuar: Un comentario muy breve porque, indudablemente, la coincidencia es plena en el tema de logística. Tan esencial que, justamente, lo que se planteó dentro del Plan Agroalimentario en Argentina es como recomponemos el sistema logístico argentino.

Argentina es un país que hace sesenta años atrás tenía una red ferroviaria fantástica, que nos permitía movernos de punta a punta de la Argentina – si bien era radial. Pero, nos permitía llegar con un transporte ferroviario. Durante años, distintos procesos, mayoritariamente neoliberales, fueron abandonando toda esta inversión que se había hecho en el Estado, en Argentina, en mantenimiento. Hoy lo estamos retomando. Hoy, retomar políticas que llevan adelante mi compañero Julio de Vido, nuestro ministro de planificación, el ministro de interior, a cargo del área de transporte, de reactivar el grano carga, mejorar la hidrovía del Río Paraná que, sin duda, va a permitir una gran movilidad de toda la producción del sur de Brasil, de Paraguay, de Argentina. Trabajar en la seguridad portuaria y trabajar en el mejoramiento del intercambio que tenemos con Uruguay, permanentemente, en manejar los dos puertos que están fretados en el Río de la Plata - sin duda, es uno de los grandes desafíos que tenemos. Mejorar, obviamente, toda una red caminera en los lugares en donde nuestros países se tocan, porque, sin duda, ese intercambio es fenomenal y va a seguir creciendo. Tenemos que acompañarlo con este desarrollo en infraestructura. Retomar, en muchísimos casos, nuestra flota nacional, la flota marítima, que es, hoy, fundamental para llegar a cualquier lugar.

No hay posibilidades de establecer estas plataformas comerciales, que tanto anhelamos. Porque, hay que fijarse como, de hecho, funciona el MERCOSUR. Como, de hecho, afuera nuestras embajadas en China o en Emiratos Árabes, intercambian información, permanentemente, nuestros agregados agrícolas para decirnos cuales son las oportunidades de negocio para que, rápidamente, el sector empresario uruguayo, brasileño, argentino, esté con algún tipo de respuesta y utilizando esta posibilidad. Entonces, de hecho, esto está funcionando. Pero, sin duda,

la logística, la infraestructura de nuestros países tiene que estar a la altura de las circunstancias para la demanda que vamos a tener. Nosotros, en Argentina, somos un país que ha venido produciendo, en promedio, en los últimos años, noventa millones de toneladas de granos. Nos enfrentamos a un año en que vamos a estar por encima de los cinto cinco millones de toneladas. Esto significa puertos y rutas para mover, combustible para mover, para cosechar y para sacarlo al mundo.

Bueno, estos son los desafíos de lo que habla Jorge, de lo que habla el compañero de Uruguay. Estos son los desafíos que tenemos todos los días. Este es el desafío fundamental en lo que ya estamos trabajando. Pero, sin duda, es donde vamos a tener que sostenernos mutuamente, entre todos los países.

Senhora Ana Paula Padrão: Acho que o Senhor Renato quer falar.

Senhor Renato Nobre: Gostaria de concluir mencionando as cooperativas do segmento de transportes. É importante destravar alguns gargalos legais com relação à operação das cooperativas de transporte na linha fronteiriça. Nossas cooperativas dão suporte logístico fundamental nas operações comerciais dos países. Temos também o desafio de superar alguns entraves legais, para que elas possam dar apoio logístico nas operações comerciais no bloco de forma mais desembaraçada. Aproveito para dizer que nós representantes do setor produtivo das cooperativas esperamos que o MERCOSUL atue como preconiza o nosso sétimo princípio universal do cooperativismo. O cooperativismo universal tem sete princípios; o sexto princípio é o da intercooperação. Esperamos que consigamos, cada vez mais, praticar o sexto princípio universal do cooperativismo, que diz respeito à intercooperação entre os países do MERCOSUL. Muito obrigado pela oportunidade.

Senhora Ana Paula Padrão: Muito obrigada. O senhor gostaria de fazer um último pronunciamento?

Senhor Iván Gil: Sí, yo quiero. El tema de la logística, se ha dicho. Acá, solamente, puntualizar. Yo creo que los Estados, los países, tenemos el desafío de encontrar fórmulas que nos permitan incrementar la inversión pública en materia de apoyo logístico para la producción agrícola: vialidad, puertos, almacenamiento, todo lo que se ha hablado acá.

Bajo el modelo neoliberal, fracasó. Yo creo que el desafío de esta región es encontrar una fórmula sustentable para que los Estados puedan tener programas a largo, mediano y corto plazo, para la inversión pública en materia de logística y agrosoporte.

Senhora Ana Paula Padrão: Muito obrigada aos senhores. Foi muito produtiva a discussão. Começamos bem esse dia de debates. Gostaria de agradecer a participação de cada um dos senhores. Queria, também, agradecer ao Itamaraty o convite, parabenizá-lo pela iniciativa e registrar minha torcida para que a agenda comum seja feita o mais breve possível, porque a família toda será beneficiada. Muito obrigada.

Mestre de cerimônias: Agradecemos a todos os painelistas. Haverá intervalo e, em quinze minutos, retornaremos com o painel sobre energia e integração energética no espaço regional.

Painel 2

Energia – Petróleo e gás – Integração energética no espaço regional

- *Paulo César Amaro Aquino, Gerente Executivo da Diretoria Internacional da Petrobrás*
- *Raúl Sendic, Presidente da Administração Nacional de Combustíveis, Álcool e Portos (ANCAP) do Uruguai*
- *Daniel Cameron, Secretário de Energia do Ministério do Planejamento da Argentina*
- *Otávio Silveira, Presidente da Galvão Energia*

Mestre de cerimônias: A jornalista Ana Paula Padrão vai moderar a discussão. Para participar do painel, convidamos o Gerente-Executivo da Diretoria Internacional da Petrobras, Senhor Paulo Cesar Amaro Aquino; o Presidente da Administração Nacional de Combustíveis, Álcool e Portland do Uruguai (ANCAP), Senhor Raúl Sendic; o Secretário de Energia do Ministério do Planejamento da Argentina, Senhor Daniel Camerón; e o Presidente da Galvão Energia, Senhor Otávio Silveira.

Senhora Ana Paula Padrão: Muito obrigada a todos por estarem de volta. Sei que o coquetel é um momento importantíssimo para o *network* entre vocês, mas, em breve, teremos o almoço e, à tarde, haverá outro intervalo. Como estamos com cerca de uma hora de atraso, precisamos realmente reiniciar os trabalhos.

Iniciaremos o painel sobre energia, que traz um desafio novo e muito importante para o MERCOSUL: estabelecer uma matriz energética ágil, moderna, capaz de atender a todas as necessidades das indústrias desses países. Há, ainda, um desafio adicional: o de que essa exploração seja sustentável. A preocupação com a sustentabilidade na exploração é fundamental para o desenvolvimento regional e para que o MERCOSUL se estabeleça como um bloco forte e importante em termos globais.

Começarei o painel da mesma maneira que o anterior, dando a palavra a cada um dos senhores para uma rápida introdução. Vamos começar, por gentileza, com o Gerente-Executivo da Diretoria Internacional da Petrobras, Senhor Paulo Cesar Amaro Aquino. Muito obrigada.

Senhor Paulo Cesar Amaro Aquino: Bom dia, ministros, todos os presentes e Ana Paula. É uma satisfação muito grande para a Petrobras estar presente neste painel do MERCOSUL, além de ser uma excelente oportunidade para se discutir algumas ideias sobre a questão energética, principalmente a respeito do MERCOSUL.

A Petrobras é uma empresa relativamente jovem em relação à exploração e à produção de petróleo. Completou 59 anos em 2012, enquanto as grandes empresas internacionais de petróleo já superam cem anos nessa atividade. Mas a Petrobras se confunde com a história do petróleo do Brasil. Ela é a empresa mais importante no Brasil no que diz respeito a essa atividade. É uma empresa integrada, que trabalha desde a exploração de petróleo até a distribuição de derivados, a petroquímica e a geração de energia.

Isso nos mostra o benefício da integração da cadeia, mas traz também o grande desafio de atuar em toda a cadeia integrada. Eu diria que integrar uma empresa grande como a Petrobras não é uma tarefa difícil, mas requer atenção a todo momento. Mais do que isso, além da integração, considerando-se somente a América Latina, a Petrobras também é jovem em termos internacionais, pois completa quarenta anos de atividade nessa área em 2012. Sua atuação internacional, que começou na América Latina, na Colômbia, em 1972, tem sido um grande aprendizado até hoje.

Ela traz o benefício da convivência com outras empresas, bem como a disputa saudável da competição pelo melhor emprego de tecnologias, pelos menores custos de produção e pela atuação integrada, a qual também se reflete, atualmente, na vivência internacional. O exemplo maior, só para citar um deles, é o da Argentina, onde atualmente atuamos como se fôssemos a Petrobras no Brasil. Estamos integrados em toda a cadeia de produção de produtos petroquímicos, derivados, distribuição e exploração de petróleo.

Atuar dessa forma traz um grande benefício e é uma grande responsabilidade. Acho que o maior desafio da Petrobras é a oportunidade que ela tem, no Brasil, de descobrir reservas de significado importantíssimo. Para se ter ideia, em escala, estamos dobrando nossas reservas de petróleo. Certamente passaríamos de 15 bilhões de barris de reserva para 30 bilhões. Esse é o maior desafio da história da Petrobras, que está exigindo nossa atenção, principalmente o plano de investimentos, que é, também, o maior da história da empresa. O plano de investimentos de 2012 a 2016 contempla investimentos da ordem de 236 bilhões de dólares. Isso exige disciplina de capital e foco absolutamente preciso naquilo que temos de executar. É um desafio tecnológico muito grande encontrar soluções econômicas factíveis nas quais se possam empregar essas reservas, monetizá-las por meio da produção do refino do petróleo. Mas há um fator que está chamando a atenção da empresa: onde empregar os 236 bilhões, dos quais 60% direcionados à exploração e à produção. Vinte e oito por cento desse valor destina-se à área de refino e à de logística de petróleo; o restante é dirigido às demais ações, incluindo a atividade internacional.

Esse é um desafio enorme, não só para nossa empresa e para nós que fazemos parte da empresa, mas também para nossas empresas no exterior, que precisam manter disciplinados o foco e o portfólio de investimentos. O benefício ao longo desse tempo e a utilização desse desenvolvimento tecnológico, desse desafio tecnológico nas nossas empresas e nas nossas atividades internacionais.

Sem dúvida, o compartilhamento trará o benefício da integração com nossas empresas e a integração com a visão externa. Esta introdução mostra a importância de um painel dessa natureza no MERCOSUL, bem como a possibilidade que a Petrobras terá com seus vizinhos em relação ao compartilhamento de informações e, principalmente, ao desafio de pôr em produção e monetizar a riqueza que temos no MERCOSUL, juntamente com o Brasil e com as empresas pelas quais atuamos. Obrigado.

Senhora Ana Paula Padrão: Muito obrigada pelo painel inicial de Petrobras. Em breve, abordaremos a agenda comum com outros países. Antes, gostaria de ouvir o Presidente da Administração Nacional de Combustíveis, Álcool e Portland do Uruguai (ANCAP) – o *partner* da Petrobras no Uruguai –, Senhor Raúl Sendic Por gentileza, a visão do Uruguai neste momento.

Senhor Raúl Sendic: Muchas gracias. Felicitaciones a ustedes, a los organizadores de este evento, que a pesar de que no se ha hecho en estos cuantos años que tenemos de MERCOSUR, evidentemente es muy necesario.

Hoy, se habló del crecimiento que ha tenido, el desarrollo que han tenido nuestras economías. En particular, la economía de Uruguay, en lo que va de este siglo, duplicó su producto bruto interno, en estos doce años. El producto per cápita del país pasó de US$ 8 mil a unos US$ 15,5 mil, en estos doce años que llevamos del siglo. La perspectiva, tanto para nuestro país como para nuestro continente, es que ese crecimiento se mantenga a lo largo de los próximos años. Para que eso sea posible, es imprescindible que nosotros pongamos la vista sobre – yo considero – tres elementos: la infraestructura de nuestros países, la energía y la generación de capacidades y de conocimiento a nuestra gente. Son estos tres elementos principales que van a asegurar la sustentabilidad del crecimiento de nuestras economías.

Desde los que estamos en el área de energía, eso implica un desafío enorme. Creo, todos sabemos, que la posibilidad de montaje de infraestructura del punto de vista energético requiere planeamiento de largo plazo. O sea, es imposible montar una refinería o una determinada infraestructura logística en dos o tres años. Se requiere, siempre, planeamiento a largo plazo. Se requiere, a su vez, que ese planeamiento, del punto de vista energético, como del punto de vista de la infraestructura, como del

punto de vista de la generación de conocimiento – pero estamos hablando de la energía –, que ese planeamiento esté en manos de nuestros gobernantes de nuestros Estados. O sea, el Estado tiene que jugar un papel central en el planeamiento del desarrollo de la infraestructura de energía en nuestros países.

Nosotros consideramos que el desarrollo de ese plan de energía tiene que estar sustentado en tres elementos que son muy importantes: soberanía, diversificación e integración. Estos son los tres elementos principales que le dan sostén a un plan de largo plazo del punto de vista energético. En el Uruguay hemos hecho un plan de largo plazo a partir del año 2005. Hemos hecho un plan que está basado, fundamentalmente, en estos tres elementos. El relación a la soberanía, cuando hablamos de soberanía, hablamos de elementos que para nuestros países son muy importantes. Por ejemplo, reducir la dependencia del petróleo. O sea, el Uruguay se propuso bajar la dependencia del petróleo. Hay año en que Uruguay ha tenido un consumo de petróleo importado que ha estado en un 62% a un 70%. El Uruguay se propuso reducir la dependencia del petróleo. Esto tiene que ver con las políticas de diversificación, a la que voy a mencionar después.

Por otro lado, asegurar materia-prima propia. O sea, ir a la búsqueda de materia-prima, de petróleo, de gas, que nos permita bajar la dependencia de la importación – de lo que viene del exterior – y asegurar, para nuestras refinerías, para nuestros procesos, a través del fortalecimiento del proceso de extracción petrolera y de exploración de gas, la búsqueda de materias-primas propias. En el Uruguay, particularmente, durante muchos años, no se había hecho una inversión importante en la búsqueda de hidrocarburos. Desde el año 2006, lanzamos un plan de exploración, que ha permitido que llegue al Uruguay una importantísima inversión en las áreas relacionadas tanto a plataformas marítimas, como a tierra firme. Después podemos hacer alguna referencia con mayores

detalles sobre esto. Pero, efectivamente, estamos tremendamente satisfechos con los resultados que hemos tenido en las convocatorias internacionales para traer inversión en plataformas marítimas.

Otros elementos que tienen que ver con la disminución de la dependencia y de asegurar nuestra soberanía es fortalecer nuestra infraestructura de refinación y también nuestra capacidad logística. Es imprescindible que nuestros países tengan cada vez mayores capacidades, desde el punto de vista de la refinación y de la logística de los hidrocarburos y de los combustibles. En ese sentido, hemos invertido en mejorar nuestra capacidad de refinación, en modernizar la refinería, en asegurar mayores capacidades logísticas y mayores capacidades de almacenaje. Teniendo en cuenta, por ejemplo, que ese crecimiento económico que mencionábamos ha generado que, en los últimos siete años, prácticamente se duplicó el consumo de combustibles en nuestro país. O sea, se multiplicó por dos, y eso es una exigencia tremenda para cualquier empresa que se ocupa en refinar y distribuir combustible, como es el caso de la nuestra.

En el terreno de la diversificación, el Uruguay se propuso un objetivo que es muy ambicioso: en el año 2015, el 50% de la matriz energética va a ser de energías renovables. Por lo tanto, eso implica un desafío enorme para la integración de parques eólicos. Es este momento estamos con un plan de instalar mil megavatios de energía eólica. Hay ochocientos cincuenta megavatios que ya han sido asignados y están en construcción en este momento. Hay distintas compañías con inversión privada importante. Por otro lado, la generación de energía a partir de biomasa, utilizando la enorme cantidad y disponibilidad de biomasa que hay en Uruguay: la cáscara de arroz, el bagazo, los resultados de la industria forestal – que también en Uruguay se ha desarrollado. Por lo tanto, la biomasa como elemento importante de la matriz energética empieza a cobrar cada vez mayor valor.

El otro elemento ha sido la producción de biocombustibles. En Uruguay, iniciamos, en el año 2006, ese proceso que nos ha permitido, hoy tener una mescla de biodiesel con todo el gasoil que se distribuye en el país, y de etanol con toda la gasolina que se vende en el país. Este proceso de producción de biocombustibles nos ha permitido, también, tener una altísima cantidad de producción de alimento. O sea, la producción para el Uruguay, no ha habido contracción entre producir biocombustibles y producir alimentos, sino que la producción de biocombustibles favoreció la producción de alimento, favoreció la producción de azúcar, la producción de proteína, la producción de fibra para alimento del ganado.

También, otro elemento importante en la diversificación, es la integración de una planta regasificadora que, efectivamente, ahora hicimos la convocatoria internacional y cuatro consorcios están participando de este proceso para instalar una planta regasificadora en la proximidad del puerto de Montevideo.

Integración. Cuando hablamos del otro elemento, porque hablábamos de soberanía, diversificación e integración. La integración la concebimos – quizás en el área de la energía es donde este continente está más integrado. Tenemos gasoductos comunes con Argentina. Argentina ha tenido, a lo largo de los años, por su propio crecimiento y desarrollo, dificultades para la exportación de gas. Sin embargo, se ha hecho un esfuerzo importante por parte del gobierno para mantener un nivel de abastecimiento de gas a Uruguay a lo largo de estos años. Siempre lo tengo que reconocer, porque sé que esto requiere, implica un sacrificio interno de la República Argentina que se ha mantenido. Tenemos gasoductos que nos unen con la República Argentina. Estamos instalando la planta regasificadora que, en buena medida, va a servir para que Argentina pueda utilizar parte de ese gas que va a llegar de la planta regasificadora, y que va a permitir un cierto abastecimiento a Buenos Aires.

Por otro lado, la interconexión eléctrica con Brasil, que se está construyendo y que nos va a permitir una exportación o importación de quinientos megavatios de energía a lo largo de las líneas que se están construyendo entre Uruguay y Brasil.

Esto está relacionado, íntimamente – para terminar –, a la necesidad de avanzar, como decían, a la generación de conocimiento. Todo este proceso tiene que estar aliado, estrictamente, con la academia, con la investigación científica, con la búsqueda de desarrollo, del desarrollo de capacidad, de nuevas tecnologías, de la incorporación de valor. De las generaciones, alrededor de la industria del petróleo, del gas, de los biocombustibles y de las energías alternativas, de una enorme cadena de valor que hay alrededor que, sin duda, genera una distribución enorme, también de recursos y de generación de capacidades en cada uno de nuestros países.

Creo – para terminar – que estamos en un continente privilegiado. América Latina, en este contexto mundial, al que hoy se hacía referencia, con esta nueva situación en los términos de intercambio en el mundo, es un continente privilegiado. Privilegiado por dos elementos fundamentales. Porque nosotros tenemos, en los elementos que más se han valorizado en el mundo en este tiempo, estamos muy bien posicionados: tanto en la producción de alimentos, como nuestra capacidad de energía. Tenemos, entonces, una enorme responsabilidad en este nuevo mundo. Somos dueños de la energía y somos dueños de una enorme cantidad de producción de alimentos. Aseguremos la sustentabilidad de estos procesos. Aseguremos que no nos pase como ha pasado en otros continentes, que a veces la producción irresponsable de la energía ha generado saqueos verdaderos a países enteros.

Entonces, aseguremos que hagamos una producción racional, una extracción racional sustentable, tanto en la producción de

energía, del uso de la tierra, del uso del agua y de la extracción de los recursos minerales que nos permita asegurar la sustentabilidad por mucho tiempo, teniendo en cuenta que tenemos que asegurar el desarrollo de este continente. Muchas gracias.

Senhora Ana Paula Padrão: Muito obrigada. Passo a palavra ao Secretário de Energia do Ministério do Planejamento da Argentina, Senhor Daniel Camerón, para uma explanação inicial.

Daniel Camerón: Hola. En principios, buenos días. Ana Paula, gracias por ayudarnos en esta conversación. Agradecer a Brasil la oportunidad de tener un evento como este, donde tengamos, también, a nuestros empresarios.

Para ser global, realmente nosotros tenemos la responsabilidad y la seguridad de suministro. Esa gran palabra que en el mundo está en todo momento actualizada y discutida. Fundamentalmente, tenemos la seguridad de suministro. En la charla que tenemos con los empresarios, tenemos que evitar el costo de la energía no suministrada, que verdaderamente mostraría un sistema de suministro poco competitivo para la industria.

También somos responsables, por el lado de la demanda, de la eficiencia, también otro vocablo de los últimos diez años. Que hemos tomado con severidad desde hace cuatro años, cuando en el inicio de su primer período la presidenta generó un marco y declaró interés público la mejora de la eficiencia. También colabora en una parte de un tema relevante para el mundo, que es disminuir la intensidad energética. Tenemos, en un solo país del mundo, que es el 5% de los habitantes, el consumo del 25% de la energía del mundo. Si le sumamos Europa, estamos en el 38% a 40%. Si sumamos Japón, estamos en el 50%. El consumo de energía no más del 10% a 12% de los habitantes.

También, tenemos la responsabilidad – del punto de vista global – de los treinta y cinco millones de latinoamericanos que no

tienen energía, todavía. Como mirada general y global. También tenemos la necesidad de optimización. Fundamentalmente, la optimización en nuestros grandes sistemas obedece a avanzar, definitivamente, en integración. Argentina ha tenido esta primera década, que ha sido la década del crecimiento más importante de sus doscientos años de vida. Sin embargo, empezó de la peor manera. Es decir, empezó con un default, empezó – a partir del año 2003 – con un crecimiento del 9% anual, o mayores. Lo que nos obligó doblemente, porque lo tuvimos que hacer solos. Fundamentalmente, nos dotó de la fortaleza de poder ejecutar las cosas, que hacerlas, aún, con recursos propios, cuando no teníamos respuestas del mundo, por cuestiones naturales cuando se estaban en estas circunstancias.

Lo hicimos pensando en la integración. Nosotros no hemos hecho cinco mil kilómetros de líneas de quinientos quilovatios, que si bien han sido para poner cada rincón de nuestro país en valor. Lo han sido, también, mirando fronteras afuera, porque nuestra tercer línea, de Yaciretá a Buenos Aires, permite vincular Brasil, Argentina y Uruguay, con quienes tenemos servicios de respaldo. En donde, ante una determinada emergencia, los operadores del sistema, directamente deciden como se respaldan y ayudan. Tenemos, entre la costa este y oeste de nuestro continente, casi ocho fusos horarios, con los cuales tenemos complementariedades. Esta optimización vendría del punto de vista que, de los doscientos treinta mil o doscientos cuarenta mil megavatios que tiene de potencia nuestro continente, el pico de carga debe tener aproximadamente mucho más de ciento cuarenta o ciento cincuenta, con lo cual este mecanismo de intercambio que se permite a partir de la integración, obviamente optimizan mucho el costo de capital. Eso también nos hace más competitivos.

Avanzamos en este crecimiento, que ha sido más importante en esta década de toda nuestra historia, hecho con recursos propios.

Nos ha permitido que nuestros habitantes tengan una mejor calidad de vida, cosa que está ocurriendo en toda Latinoamérica. Producto este del efecto ingreso, que nos está obligando más todavía, desde el punto de vista de la energía.

Creo que en el ámbito de una mayor integración, no deberíamos avanzar en esquema de simetrías de norma regulatoria en el mercado minorista, porque eso nos ha llevado, todavía, a no dar el último paso. Creo que tenemos que vincularnos en el mercado mayorista, en el intercambio de oportunidad. En lo que podemos optimizar nuestros costos. Fundamentalmente, avanzar hacia el futuro. Creo que es muy importante, desde el punto de vista de la integración, ese ámbito mayor que nos nuclea, que es el tratado energético, que definitivamente va a escribir las bases de como habrá que manejar eso. Y dejo para particularidades, porque, en realidad, en estos nueve años de crecimiento hemos perdido nuestra autosuficiencia y nuestro autoabastecimiento en hidrocarburos. Bueno, ahora está en gran paradigma del pre-sal para Brasil, de los no convencionales para nosotros.

Quiero decirles que en estos últimos tres años, prácticamente, el 30% de los pozos exploratorios de nuestro país han estado enfocados en los no convencionales. Tenemos, prácticamente, unos cincuenta y nueve pozos de exploración, veintinueve determinados, tenemos bien definidas las zonas de donde esos no convencionales van a los líquidos, donde van exclusivamente a gas. Creo que a partir del estudio que nosotros hemos realizado en estos tres años, lo ha confirmado estudios do los últimos dos años, tenemos recursos por setecientos cuarenta TCF. La reserva de Argentina son trece TCF para nueve años. La realidad es que estas setecientas cuarenta TCF son técnicamente explotables. La realidad es que los números a lo que estamos importando productos nos están diciendo que estos recursos tienen mucha capacidad de convertirse en reservas, es solo una cuestión de tiempo.

Creo, que como decía mi colega de Uruguay, América del Sur – y particularmente MERCOSUR– tiene alimentos, tiene energía suficiente, tiene agua. La mejora tecnológica es una responsabilidad concreta de nosotros, que tenemos que asumir y que tenemos que hacer. Esto nos convierte en una continentalización obligada del mundo y de bloques – que ya es inevitable. Bueno, nos pone una condición que, más allá de las circunstancias coyunturales, no tienen que enderezar a un camino común. Hemos tenido la suerte de estos últimos diez años de tener presidentes en nuestros distintos países que han, claramente, marcado ese camino. Obviamente el sector energético, como factor de costos y desarrollo de todo el resto, es el que, probablemente, haya que cuidar más en cuanto en una planificación, no solo cerrada a cada país, sino en una planificación más global, que nos haga optimizar a todos. Gracias.

Senhora Ana Paula Padrão: Muito obrigada. Vamos ouvir a avaliação do setor privado, representado pelo Presidente da Galvão Energia, Senhor Otávio Silveira.

Senhor Otávio Silveira: Obrigado, Ana Paula. Gostaria de cumprimentar meus colegas de painel e o público. Agradeço à organização do evento o convite e a oportunidade de participar deste evento e debater o futuro energético do MERCOSUL. De fato, é um grande desafio, precisamos estar preparados para isso. A Galvão Energia pertence ao Grupo Galvão, que é dedicado ao desenvolvimento da infraestrutura do Brasil e da América Latina como um todo. Também atuamos na área de engenharia e construção, saneamento básico, na própria área de geração de energia elétrica e, ainda, na de óleo e gás. Iniciamos a internacionalização há cerca de dois anos, pela América do Sul. É um grupo focado em contribuir para o desenvolvimento da infraestrutura do MERCOSUL.

Especificamente na área de energia, alguns números do Brasil certamente podem ser estratemados em muitas situações se parecem aos números do MERCOSUL. O desafio é muito grande. Em termos de geração de energia elétrica, em uma década o Brasil vai praticamente dobrar o índice. O Brasil passará de cento e poucos megawatts de potência instalada em 2010 para mais de 170 mil megawatts de potência instalada em 2020. O desafio é atingir quase o dobro.

Na área de combustíveis – também um número parecido –, no Brasil o crescimento no setor de combustível tem sido da ordem de 7% ao ano, nos últimos cinco anos. Estratemando isso para uma década também é dobrar. Mas, na outra ponta, contamos com muitos recursos. O Brasil e o MERCOSUL, como um todo, são uma região com grande potencial energético a ser explorado.

Para se ter ideia, o Brasil tem cerca de "1 Brasil a 1,5 Brasis" para explorar em energia elétrica. O Brasil tem quase "3 Brasis" a explorar em energia eólica, tem biomassa, as pequenas centrais hidrelétricas que entraram na conta da energia hidrelétrica. Tem sol, que é uma nova fronteira ainda não dimensionada devidamente, mas que é, certamente, uma fronteira em termos de recursos energéticos. Na outra ponta de combustíveis, o Brasil, além de ter sido um dos propulsores do uso do biocombustível no mundo, é o país que tem uma nova fronteira – o pré-sal –, que vai trazer grande quantidade de recursos energéticos, seja petróleo, seja gás natural.

Portanto, recurso não vai faltar. O grande desafio é como planejar isso para que tenhamos uma matriz capaz de atender às necessidades de crescimento e conciliar a exploração desses recursos com a construção de uma sociedade sustentável e de longo prazo.

Também temos, no MERCOSUL, um continente com nível de geração de energia renovável muito alto. O grande desafio é como

manter isso. No Brasil, particularmente, a grande dificuldade é: se considerarmos o ano de 2012, por exemplo, talvez tenhamos iniciado o ano com o recorde histórico em termos de armazenamento de energia em nossos reservatórios. Está tudo cheio, mas vamos terminar o ano com recorde histórico de baixa. O que significa isso? Significa que o reservatório está pequeno para guardar água por mais de um ano. Antes, conseguíamos guardar água por dois, três, quatro ou cinco anos; atualmente, isso não é mais possível. Precisamos encontrar outra solução que tenha o atributo da segurança energética. Se não conseguimos guardar água no reservatório, precisamos guardar energia de outra forma. Certamente haverá crescimento da participação das fontes térmicas, que trazem essa segurança, porque a única forma renovável de se guardar energia são as águas nos reservatórios. Infelizmente, fazer reservatório na Amazônia é difícil; por isso, precisaremos usar um pouco de térmica.

Para compensar, precisamos também de integração energética, porque, quando falta em um lugar, às vezes sobra em outro. A integração propicia o intercâmbio. Num momento, trocamos e, depois, quando a situação se inverter, desfaremos a troca. Esse é o grande desafio que o MERCOSUL precisa encarar de forma objetiva para a próxima década.

Para construir uma matriz sustentável com cada vez menos capacidade de armazenar água, precisamos usar energia térmica, ela é fundamental. É como se fosse o gerador no fundo da garagem, que ninguém quer ligar, mas que precisa ser acionado quando todo o resto falta. Precisa funcionar, não pode deixar de funcionar; por isso, a integração energética é tão importante para complementar o sistema.

Na área de combustíveis, o desafio é o mesmo. Precisamos estar completamente integrados e usar todos os recursos para explorar o grande potencial do MERCOSUL na área de petróleo,

seja no pré-sal, seja na exploração de outros países, para fazer bom uso desse recurso, que é abundante, e conciliar sua exploração com a construção de uma matriz sustentável.

A construção da matriz sustentável não é importante apenas no aspecto da limpeza, da baixa emissão de carbono. Quando há uma matriz mais sustentável, ela é menos suscetível à variação de preço de combustível. Não se sabe qual será o preço dos combustíveis em dez ou em quinze anos. Assim, à medida que o bloco criar uma matriz limpa – cuja geração está baseada em combustíveis extraídos da natureza, que, portanto, não precisam ser pagos –, não sentirá tanto possíveis variações de preços de combustíveis. Isso também é sustentabilidade econômica, com o qual precisamos nos preocupar.

O grande desafio é como aliar tudo isso à necessidade de dobrar e, posteriormente, dobrar novamente, e continuar a crescer como um bloco e como sociedade. Obrigado.

Senhora Ana Paula Padrão: Muito obrigada. Pelo início do debate, percebemos que a América Latina tem recursos abundantes. Cada um dos países que compõe o MERCOSUL tem sua vocação para exploração de energia. Nosso desafio é fazer um planejamento de longo prazo, para integração e para sustentabilidade nos dois sentidos: gerar energias limpas e ter geração de energia de longo prazo também sustentável. Gostaria de abordar esse planejamento. A Petrobras é uma gigante na América Latina e, certamente, no MERCOSUL. Qual é a visão da Petrobras em relação ao planejamento de longo prazo para exploração de energia, para atender às demandas do bloco de maneira coesa, com a mesma agenda?

Senhor Paulo Cesar Amaro Aquino: Como eu disse no início da exposição, por ser integrada, a Petrobras é uma empresa

focada atualmente no negócio energia. Antigamente, dizia-se que o negócio era somente petróleo. Atualmente, esse quadro mudou, e a Petrobras, além de atuar também na área de geração eólica, tem uma empresa de biocombustíveis, a Petrobras Biocombustíveis (PBIO). Certamente, o maior negócio é a pesquisa, a condição de se avaliar o potencial geológico brasileiro e de descobrir mais reservas. Tudo isto forma a grande visão de futuro da empresa: onde e como ela atua, de forma integrada, no negócio energia. Onde ela está, ela quer desenvolver conhecimento e competência e atuar voltada para o futuro.

Hoje, nosso programa para biocombustível é extremamente forte, além de possuir um aspecto muito interessante: a distribuição de renda. Usamos algumas plantas oleoginosas, cultivadas por pequenos agricultores no Nordeste, que fornecem condições de fazer biocombustíveis, biodiesel, etc. Isso é uma cadeia de desenvolvimento.

Numa visão de longo prazo, percebemos o MERCOSUL totalmente integrado. Como afirmaram meu colega do Uruguai e da Argentina neste evento, já temos atuações concretas no que diz respeito à transmissão de energia elétrica. Temos também gasodutos, como o da Bolívia-Brasil, que, no fim dos 90 e no início dos anos 2000, foi um desafio enorme. Construímos esse gasoduto com certo risco geológico de as reservas serem efetivamente descobertas. Isso demonstra a confiança e a visão integrada da Petrobras em relação à América Latina.

A atuação de longo prazo resulta da constante busca de eficiência energética. A Petrobras vê a eficiência energética como um programa tecnológico, estratégico. Quando dizemos "eficiência energética", nós nos referimos somente ao uso do derivado internamente, como, por exemplo, nos novos motores, etc.

Nossas refinarias demandam enorme quantidade de energia, gás natural, principalmente energia elétrica e até recursos

hídricos, porque uma refinaria de petróleo precisa de muita água. Atualmente, temos usado as tecnologias mais avançadas possíveis para diminuir a utilização energética, de forma a melhorar o uso intensivo de água e a tornar esse ciclo o mais fechado possível nas refinarias. Todo esse processo é movido por um pilar extremamente importante para a Petrobras: o conhecimento tecnológico. Nosso centro de pesquisas é parte integrante do nosso desafio do futuro, que é o da sustentabilidade de longo prazo.

A visão de uso energético da Petrobras tem focado a eficiência de energia. É muito importante ressaltar a capilaridade da indústria do petróleo no que diz respeito à indústria como um todo, dos fornecedores, da cadeia produtiva para a indústria do petróleo e para o desenvolvimento de todos. Em relação ao MERCOSUL, isso abre grande possibilidade de intercâmbio no que diz respeito ao desenvolvimento industrial de nossos países. Um exemplo é a utilização intensiva de materiais, de máquinas e de equipamentos em projetos como o pré-sal. Ele é um alavancador da indústria e de nossas economias. Esse intercâmbio deve ser explorado de forma inteligente, com visão de futuro. No momento em que conseguimos ter uma indústria forte, temos um desenvolvimento social atrelado, bastante importante e forte. Para que nossa indústria seja tão competitiva quanto a indústria no exterior, principalmente a indústria americana de petróleo, não posso deixar de considerar que é necessário ter conhecimento tecnológico e desenvolvimento de nossa sociedade. A educação é, hoje, um bem que possibilita isso.

A condição de bem energético – bem da tecnologia, do petróleo, das energias alternativas – traz o benefício do desenvolvimento para a população. Esse plano associa desenvolvimento econômico, dos empresários, da indústria como um todo, a um pilar, uma sustentabilidade, por meio de projetos de Governo. Um exemplo desse crescimento é o MERCOSUL, que possibilita a integração de

mais países ao bloco e o desenvolvimento quase sem fronteiras, de forma que o que se faz no Brasil, na Argentina, no Uruguai, na Venezuela – ou seja, em todos os países integrantes do bloco – possa circular sem fronteiras, numa visão conjunta de desenvolvimento industrial.

Essa é a grande mensagem de nossa visão de longo prazo. Atualmente, a Petrobras está trabalhando em seu planejamento com visão em 2030. Lembro-me de que a Presidente Maria das Graças questionou todos nós por que não estamos vendo 2040/2050, pois 2030 já está próximo. Esse desenvolvimento é instigante e extremamente desafiador a todos nós.

Senhora Ana Paula Padrão: Muito obrigada. Vou perguntar a nosso colega do Uruguai exatamente a mesma coisa. De um ponto de vista inteiramente diferente, para a Petrobras, na condição de gigante do setor, o planejamento de longo prazo inclui planejamento interno e estratégico muito grande. Mas, para a integração dos países do MERCOSUL em torno de um plano comum de exploração e utilização de energia, qual o ponto de vista do Uruguai?

Senhor Raúl Sendic: Sí. En la introducción, hice referencia a cuáles son los ejes principales sobre que nos estamos posicionando del punto de vista estratégico.

En la búsqueda de soberanía, a través de exploración petrolera, a través del fortalecimiento de nuestras propia infraestructura, del punto de vista de la refinación, desde el punto de vista de la logística, la diversificación y la integración.

Quiero hacer algunas referencias sobre estos temas. Por ejemplo: hoy mencionaba Otávio la única manera de avanzar en la diversificación y en las energías renovables, en la generación eólica – por ejemplo –, lo primero es asegurar la generación térmica. Si no avanzamos en la generación térmica, no podemos darnos el lujo de

invertir en la generación eólica. Por lo tanto, es muy importante asegurar un avance de infraestructura para la generación térmica.

Yo creo que hay dos elementos que son claves en el posicionamiento estratégico. Uno es el mantenimiento permanente de la inversión. Durante muchos años – hace unas décadas atrás – en nuestros países se consideraba que la inversión era un gasto. Hoy, todos hemos recuperado el verdadero concepto de inversión. Porque nos damos cuenta de que si no mantenemos un volumen de inversión permanente, es muy difícil que nosotros aseguremos el desarrollo del crecimiento que necesita este continente. La única manera en que Petrobras llegó al pre-sal fue cuando mantuvo una inversión permanente en la búsqueda de petróleo, aún sin éxito. En muchos años solamente una visión estratégica de mantener esa inversión, a pesar de que en ese momento no había éxito, es lo que permitió llegar a que un día se encontrara. Ese es un elemento muy importante. Asegurar una inversión permanente en infraestructura energética en nuestro continente.

El otro elemento importante es la generación de capacidades alrededor de esto. Formar a nuestra gente. Nosotros, ahora que estamos iniciando la exploración petrolera con una enorme inversión que viene del exterior, con las empresas número uno del mundo trabajando en nuestro país: está British Gas, British Petroleum, Total, Petrobras, YPF. Tenemos, en nuestra plataforma, a empresas número uno del mundo, que tienen enormes capacidades técnicas. Nosotros necesitamos tener, y generar rápidamente, capacidades locales que hagan, de contraparte efectiva, para la defensa de los intereses nacionales también. Entonces, es importantísima la generación de capacidades locales.

El otro elemento que se mencionó – hoy lo mencioné y quiero profundizar – es lo que tiene que ver con la integración. Nosotros tenemos ejemplos múltiples sobre esto. Con Petrobras tenemos una serie de alianzas en nuestro territorio. Somos socios en la

planta de gas. Tenemos, por ejemplo, la situación donde Ancap y Petrobras son socias en exploración de gas. Ancap tiene inversiones en Venezuela, estamos en la faja del Orinoco. Tenemos, ahora, dos áreas de campos maduros en producción en Venezuela. Creo que el hecho relevante que se produce hoy con la solicitud de ingreso de Bolivia al MERCOSUR es una excelente noticia desde el punto de vista de la energía. Tenemos muchos proyectos en común con Venezuela.

No nos podemos olvidar de Paraguay. Paraguay, hoy por una determinada circunstancia política, no está participando, no es parte. Pero, sin duda, Paraguay va a recuperar y va a tener su lugar dentro de esta integración. Desde el punto de vista energético es muy importante, también. La enorme cantidad de proyectos en común que tenemos con Paraguay. Tenemos alianzas con YPF en Argentina, recuperada, que ha sido un elemento importante. Estamos desarrollando proyectos en común. Por lo tanto, pongo un ejemplo muy concreto: estamos desarrollando una planta de cal en Uruguay para abastecer a Candiota para los filtros que se utilizan en Candiota, en un acuerdo que tenemos con Electrobras. Por lo tanto, hay una diversidad de elementos de integración en nuestro continente que nos aseguran eso.

Nuestras empresas, muchas veces, son empresas muy grandes para sus economías. Yo digo siempre que son una especie de elefante dentro de un bazar, como pasa con Petrobras adentro de Brasil, como nos pasa a nosotros en Uruguay. Es necesario, muchas veces, excedente de refinería, la comercialización en la región y el abastecimiento común. La búsqueda de oportunidades de abastecimiento desde el punto de vista de nuestra región es muy importante. A veces nosotros compramos determinados productos que nos permiten abastecer a Paraguay, o que nos permiten abastecer a Bolivia, teniendo en cuenta que estamos a la entrada del Río de la Plata, a la entrada del Paraná. A veces

instalamos allí determinados flotantes que nos permiten el abastecimiento a la región.

Por lo tanto, considero que esa visión integradora y esa visión de largo plazo es lo único que va a sustentar el crecimiento que nuestros países están encarando. No puede la energía convertirse en un freno para el desarrollo de la economía. Hay que invertir para que eso no ocurra.

Senhora Ana Paula Padrão: Muito obrigada. Vou passar a palavra ao Senhor Daniel Camerón, para que possamos ter a visão da Argentina sobre planejamento de longo prazo. Há gargalo no planejamento comum de longo prazo no setor de energia, ou a manutenção do investimento atual nos países do MERCOSUL atenderá ao crescimento previsto e necessário para a região nos próximos anos?

Daniel Camerón: Bueno, en principio, debo decirles que cuando nos hicimos cargo la cuestión, hace unos nueve años, aproximadamente, Argentina miraba el futuro con metodología predeterminística. Los precios en el mundo andaban por allá, los nuestros andaban ubicados en esta relación. En un mecanismo, a veces, muy economicista, que no siempre nos da el mejor resultado. Esto hizo que Argentina quedara colgada – por decirle en una manera – de un combustible como el gas. Por supuesto, Argentina es un país que tiene petróleo, pero no es un país hidrocarburífero. Es más: en su momento, creo yo, que tenía lo suficiente para exportar, y la realidad mostró que no era así.

Creo que hay que utilizar metodologías probadas. Es decir, hay, hoy, *softwares* suficientes con modelos económicos que tienen que tener en cuenta la diversificación. Nosotros, hace aproximadamente unos seis años, hemos empezado una metodología para planificar al 2030. Hemos propiciado, primero, una serie de leyes que tienen

que ver con el uso de energías renovables, con los biocombustibles, con el hidrógeno, que nos dan un marco de condiciones sobre las bases que uno empieza a planificar a mediano y largo plazo.

¿Qué es lo que tenemos como prioridad? Bueno, tenemos como prioridad principal salir, un poco, de los hidrocarburos. No solo por el hecho de las emisiones y de lo que podamos o debamos, como ciudadanos del mundo, colaborar al medio ambiente global. Sino, también, avanzar en una diversificación. Nosotros no hablamos más de energía renovable, hablamos de energía limpia. Por todo es sabido que Argentina, al igual que Brasil, dentro de sus planificaciones, el sector nuclear tiene su espacio. La realidad es que, si bien en el pasado, lo mejor tenía dos puntos donde el humano había sido un poco audaz, que tenía que ver con ese factor de multiplicación, que se podría convertir en una bomba atómica un reactor. O esa disposición de residuos de alta radiación y de larga vida, que eran dos incógnitas. Bueno, tecnológicamente eso, hoy, está absolutamente resuelto. Por supuesto es caro, pero está absolutamente resuelto.

Estamos mirando una matriz, en Argentina, donde, de 2% - allá por el año 2003 – de renovables, va a estar en un 10% allá por el 2030. De una matriz de aproximadamente 3% de energía nuclear, va a estar en el orden del 18% o 20%. Un tercer elemento – que hemos caído en esta última década – es en la parte de energía hidráulica, donde supimos tener el 42% y ahora estaremos en el 32% o 33%. También, en el 2030, estaremos nuevamente emparejando, dejando las energías, fundamentalmente, de fósiles, en no mucho más de un 30% o 32% – es decir, en la matriz eléctrica. Por supuesto, en esto Brasil nos lleva larga ventaja, una matriz más del 80% en agua.

A veces uno cuando planifica a largo plazo y habla de cuánto va a ahorrar por eficiencia, cómo va a correr las distintas fuentes, y demás, empujar el lapide es fácil. Pero, la realidad es que si uno

quiere ser serio, claramente, cuando habla de eficiencia, tiene un primer tramo – a eficiencia – que uno se pregunta por qué no hizo eso antes. Es decir, se compra, por evitar el consumo, a lo mejor, mil megavatios con US$ 300,00 el megavatio. Es decir, ¿cómo no se hizo antes? Pero, en la medida en que va entrando en un uso razonable de la energía, esa eficiencia cuesta más plata. Pero, creo que es algo que también tiene que estar en la ecuación energética. Fundamentalmente, porque vivimos en la misma casa, aunque a veces no todos lo reconocemos de la misma manera. Y aunque, desde nuestro continente, no tengamos obligaciones respecto a las emisiones, claro está que nuestros planes tienen que estar orientados a ser partícipes de esa casa y a hacer los deberes según como nos corresponda.

Creo muy importante – cosas que se están dando ya en nuestros organismos supra, como MERCOSUR, Unasur – estamos mirando de una manera conjunta la situación. Hoy, desde el punto de vista de técnicos de la ALADI, donde estamos mirando el sector energético, la eficiencia, con una mirada común. Son ámbitos donde tenemos que ir perfilando no solo nuestra planificación individual, sino compartiéndola con nuestros vecinos. Porque, en definitiva, los sobrecostos no son relevantes y hacen a una mirada común que, en el largo plazo, va a generar optimizaciones importantes, por complementariedad o por estacionalidad. Porque los picos de carga no los tenemos a las mismas horas. No solo no los tenemos a las mismas horas, sino a veces no los tenemos en la mismas estacionalidades. Es decir, que si nosotros habitualmente tenemos la última hora de la tarde el pico de carga, Brasil lo tiene al mediodía, las dos de la tarde. A su vez tenemos este ciclo horario que nos corre otras tres o cuatro horas. Fundamentalmente, Brasil tiene el pico en verano, nosotros en invierno. Ahora con los aires acondicionados y con la mejora de la calidad de vida, nos estamos viendo para el verano también.

Bueno, creo que tenemos que hacer el esfuerzo. Por supuesto, hoy en día Argentina, a pesar de estar en un mal momento su infraestructura de vinculación eléctrica. Tanto por la línea que yo decía antes, de Yaciretá a Buenos Aires, o de NEA-NOA están vinculando todo el Cono Sur, de Chile, Bolivia, Paraguay, Brasil y Uruguay, en una factibilidad de intercambio, de unos mil quinientos megavatios. Pueden no ser mucho para Brasil, y tal vez no tanto para Argentina – cuando uno ve los volúmenes de energía de Bolivia, Chile, Paraguay y del mismo Uruguay. Es un intercambio que nos ha permitido, en algunos momentos que estábamos y nos caíamos – porque el crecimiento nos apretaba –, estar ayudando a Uruguay, cuando nosotros no podíamos más dejar la aposta a Brasil, que también corría por nuestros sistemas para ayudar a Uruguay. Yo creo que esta es meta de solidaridad mínima que tiene que tener el continente cuando elige un camino único. Gracias.

Senhora Ana Paula Padrão: Muito obrigada. Otávio, em sua primeira exposição, você falou bastante de planejamento de longo prazo, dos desafios e dos gargalos em termos de energia no Brasil e na integração dos países do MERCOSUL. Você mencionou rapidamente as térmicas, que são uma reserva estratégica e nas quais precisamos investir. Gostaria que você abordasse as energias alternativas, outras energias não convencionais, novas fronteiras, o que é possível fazer no Brasil e por que ainda não o fazemos. Quanto isso beneficiaria a região como um todo? Não apenas porque estamos falando de energia limpa, mas também de energias a longo prazo e sustentáveis.

Senhor Otávio Silveira: Em primeiro lugar, eu diria que, especificamente na área de energia elétrica, já estamos fazendo o que você me perguntou. O Brasil deixa de ser um país de fonte única de energia – hidrelétrica – para ser um país diversificado em

termos de recursos energéticos. Isso requer, de fato, mudança no planejamento. Precisamos deixar de ser maestro da orquestra de um só instrumento para ser maestro de uma orquestra diversificada. Dá mais trabalho, é necessário sintonizar todos os instrumentos. Mais do que isso, integrar é como pôr no mesmo palco algumas orquestras diferenciadas, para tocarem juntas. Certamente, isso dá muito trabalho em termos de planejamento.

Um dos passos que o Brasil deu no sentido de diversificação da matriz é a introdução de fluxos complementares, basicamente pequenas centrais hidrelétricas, como a de biomassa e a eólica.

A eólica tem crescido muito. Em 2002, o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) contratou 1.400 megawatts como programa experimental e, em 2009, estabeleceu os leilões de mercado regulado. O Brasil sai de zero megawatt para quase 8 mil megawatts de energia eólica, já instalados, que geram energia ou estão em processo de instalação até 2016. Em relação especificamente a essa fonte, o desafio de planejamento é diferente, porque os instrumentos são diferentes. Estávamos habituados a planejar hidrelétrica, que tem duas características: rigidez locacional, ou seja, o recurso está onde há água e queda. Basta juntar água e queda, para gerar hidrelétrica. Mas são empreendimentos grandes, que requerem uma década de planejamento ou mais. É possível planejar a infraestrutura de transmissão associada a esses empreendimentos dentro de ambiente de longo prazo.

Na outra ponta, a térmica não tem rigidez locacional. Posso levar a térmica para onde há infraestrutura, linha de transmissão ou logística de transporte de combustível. Portanto, o desafio é menor em termos de planejamento de transmissão. Estávamos muito habituados a inserir essas duas fontes na matriz, mas não a inseri-las na fonte eólica. A eólica tem a rigidez locacional da hidrelétrica, não dá para tirar o vento do local onde venta. Mas ela

tem a rapidez de implantação de uma térmica, tanto que, em 2009 o Brasil contratou quase 2 gigas, em 2010 quase 2 gigas e em 2011 quase 3 gigas de eólica. São quase 7 gigas contratados em três anos, e até 2016 tudo estará pronto.

O desafio de planejar a transmissão para essa fonte – que tem rigidez locacional, mas que é rápida – é diferente. Não estamos acostumados a isso. Estamos aprendendo a fazer. Esse é o grande desafio. Mas vamos chegar lá. Vamos ter alguns tropeços, algumas dificuldades, mas vamos vencer isso.

Vamos precisar criar planejamento de longo prazo para o recurso eólico, que é abundante no país, além de extremamente competitivo. A fonte eólica é a segunda fonte mais barata, só perde para a hidrelétrica, e não traz o risco de longo prazo, porque vento não tem preço, diferente do gás. Vamos ajustar ao planejamento de longo prazo linhas de transmissão para os principais passivos de eólica do país.

Outro grande desafio da diversidade é explorar a complementaridade dessas fontes. Nesse ponto, o Brasil tem uma situação muito privilegiada, porque existe grande complementariedade entre o regime de chuvas e o regime de ventos. Quando chove, não venta, e, quando venta, não chove.

O ano de 2012 é um grande exemplo desse fato. Tivemos um ano seco. Abrimos o ano com as caixas d'água cheias, os reservatórios lotados, mas vamos fechar o ano com os reservatórios vazios. Coincidentemente, foi um ano abundante em relação a ventos, principalmente no Nordeste, a ponto de as instalações e as conexões ao *grid* terem gerado resultados acima da média anual prevista. Essa complementariedade foi fundamental. Ela ajuda a encher os reservatórios com água e a diminuir a dependência térmica e de combustíveis fósseis. Mas isso exige planejamento em estruturas de transmissão frontais que permitam intercâmbio de energia entre as regiões, de forma que, se ventar mais no Nordeste,

traremos energia de lá para cá, ou, se sobrar água no Sudeste, levaremos a energia daqui para lá.

Isso vale para o Brasil, que tem dimensão continental. Se considerarmos todo o nosso *grid*, ele é quase do tamanho da Europa, mas também alcança o MERCOSUL, quando estendemos esse limite para toda a região e fazemos as interconexões necessárias. Na condição de sociedade, não estamos atentos ao fato de que precisamos ter uma matriz sustentável e integrar, cada vez mais, as novas fontes energéticas. Mas estamos aprendendo. Infelizmente, esse aprendizado ocorre ao longo do percurso. Não dá para parar a máquina, reformar e refazer. Erramos em um momento, acertamos em outro e, assim, avançamos no caminho de uma matriz diversificada, cada vez mais sustentável e menos dependente de combustível fóssil. Não vivemos sem energia, por mais que consigamos agregar energia eólica, biomassa, TCH num futuro solar, o que quer que seja. Vamos precisar de uma base que dê segurança, porque, na hora que parar de ventar ou de chover, precisamos ter energia.

A diversidade é fundamental, e o planejamento da diversidade é o grande desafio.

Senhora Ana Paula Padrão: Muito obrigada. Muito clara, a explicação. Para encerrar, gostaria de fazer uma última pergunta – que tenho certeza de que todo mundo gostaria de fazer – especialmente para a Petrobras. Como aliar a exploração, principalmente de energia de petróleo, com sustentabilidade, com garantia de segurança?

Senhor Paulo Cesar Amaro Aquino: Esse é o grande desafio. Atualmente, a Petrobras incorpora essa ideia de tal forma que ela já faz parte do executar de cada uma de nossas atividades. Principalmente o cuidado ambiental, a educação e a incorporação

desse valor à companhia é o grande mérito que temos e que nos habilita para o desafio de usar o pré-sal de forma bastante robusta e muito sólida. A Petrobras investe maciçamente no desenvolvimento de tecnologias que estejam totalmente alinhadas com segurança. Os projetos de segurança da Petrobras não são realizados à parte, não desenvolvemos um projeto e depois implantamos um processo de segurança. O processo de segurança é desenvolvido junto com o projeto. Ele é um pilar, um item basilar de nossas operações. Em caso de qualquer condição insegura, não atuamos. Qualquer desenvolvimento de projeto novo precisa conter condições de segurança e de sustentabilidade.

Para citar um exemplo, no pré-sal, há locais a serem explorados que distam 300 km da costa. Para se estar a 300 km da costa e trazer a produção a uma unidade de refino ou ao continente, é necessário que haja segurança. As pessoas e os equipamentos têm de estar em condições de absoluta integridade e segurança. Esse grande desafio é completamente incorporado ao processo produtivo da Petrobras.

A sustentabilidade de nossas operações prevê, em primeiro lugar, a segurança do indivíduo e a do meio ambiente. Quando digo "indivíduo", não excluo o meio ambiente. Para nós, operar num ambiente, seja ele em alto-mar, seja ele na Amazônia, é igual no que diz respeito às condições de cuidado e de segurança.

Nesse ponto, destaco um aspecto que já mencionei relativo ao centro de pesquisa, no qual a Petrobras investe maciçamente. O centro gera ideias de projetos de eficiência energética, que, além de tudo, incluem o que há de mais moderno em segurança de operações e do indivíduo.

A Petrobras também é líder nessa área, o que muito nos orgulha. Hoje somos uma companhia que efetivamente aprendeu lições com erros no passado, para evitar que eles ocorram novamente. Quando a Petrobras atua, ela opera nessas condições, sendo reconhecida por isso, e ela faz questão de preservar esses valores. Trabalhar nessas condições tem um grande valor.

Quando ocorreu o acidente no Golfo do México há dois ou três anos, fomos solicitados a ajudar. Foi muito bom. Foi como uma lição que incorporamos aos nossos processos. Esse é um valor para a empresa. Na Petrobras, não há tolerância quanto ao risco.

Senhora Ana Paula Padrão: Muito obrigada. Esse assunto é tão vasto que poderíamos passar o dia inteiro falando sobre ele. Infelizmente, há outros painéis e estamos atrasados. Então, vou encerrar este painel agradecendo a cada um dos senhores e ressaltando a importância deste painel. Afinal, não é possível falar de crescimento, de integração no MERCOSUL, sem mencionar energia, que é a base de todo esse crescimento, de todas as indústrias integradas. Muito obrigada e boa sorte no cumprimento de seus deveres em seus países. Muito obrigada a todos vocês.

Mestre de cerimônias: Agradecemos a todos os painelistas e a nossa mediadora, a jornalista Ana Paula Padrão. Faremos uma pausa. Convidamos todos a se dirigir ao salão localizado no andar superior, onde será servido o almoço e proferida apresentação pelo Presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Senhor Luiz Eduardo Pereira Barreto.

Após o almoço, convidamos todos a regressar a este auditório, onde daremos seguimento ao programa do Fórum Empresarial do MERCOSUL. Obrigado.

Palestra

As pequenas e médias empresas na formação de cadeias produtivas regionais

Luiz Eduardo Pereira Barretto Filho,
Presidente do SEBRAE

Mestre de cerimônias: Senhoras e senhores, queiram ocupar seus assentos. Senhoras e senhores, com a palavra, o Diretor do Departamento de Promoção Comercial e de Investimentos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Ministro Rubens Gama.

Ministro Rubens Gama: Boa tarde. Em nome do Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, gostaria muito de agradecer a presença das senhoras e dos senhores no I Fórum Empresarial do MERCOSUL. Como já foi dito aqui outras vezes, esta é a primeira vez, em vinte anos de história do bloco, que se realiza um evento empresarial, de cunho oficial e do mais alto nível, envolvendo representantes de todos os países no âmbito da cúpula do MERCOSUL. Este fórum é uma clara e definitiva demonstração dada pela Presidenta Dilma Rousseff – e, igualmente, pelos demais mandatários do bloco, a Presidenta Cristina Kirchner, o Presidente Hugo Chávez, o Presidente José Alberto Mujica – da importância conferida à dimensão empresarial no contexto do MERCOSUL e do papel fundamental que se espera que os homens e as mulheres de negócio e as entidades que representam venham a desempenhar no processo de integração.

Nesse sentido, os ministros das Relações Exteriores dos países membros, reunidos ontem no Conselho do Mercado Comum, tomaram a decisão nº 62, histórica, acredito eu, de fazer do Fórum Empresarial um evento permanente, que se realizará a cada seis meses, sempre em paralelo à cúpula do MERCOSUL.

O propósito que nos traz aqui é, justamente, o de identificar temas e possíveis novos mecanismos que permita ao empresariado compartilhar da liderança do bloco em torno de uma agenda positiva, composta por projetos concretos.

Nesta manhã, tivemos oportunidade de debater, lado a lado, com grandes especialistas e autoridades em sua área de atuação, dois temas centrais para o futuro do MERCOSUL, o agronegócio e a energia. Hoje à tarde, as discussões continuam sobre os temas inovação e infraestrutura, igualmente vitais para o processo de integração.

Proponho que aproveitemos a hora do almoço para debater outros dois temas transversais que perpassam os quatro painéis do Fórum: pequenas e médias empresas, integração produtiva, espaço regional e, particularmente nas regiões transfronteiriças, as chamadas PMS, agentes fundamentais na promoção da integração produtiva, na medida em que contribuem, com seus negócios, para a geração de emprego e riqueza e para a circulação de pessoas. A região constitui um espaço natural que oferece oportunidades reais – em razão das proximidades geográfica, de mercado e de cultura – para a internacionalização de pequenas e médias empresas.

Para falar sobre o tema "pequenas e médias empresas e integração produtiva", tenho a honra de contar com o Diretor-Presidente do SEBRAE, Doutor Luiz Barretto. Ele é sociólogo por formação e, como as senhoras e os senhores sabem, foi Ministro do Turismo no segundo mandato do Presidente Lula. Antes de passar a palavra ao Presidente do SEBRAE, gostaria de concluir transmitindo os nossos agradecimentos a todos os colaboradores e às instituições parceiras que permitiram a realização deste evento. Quero destacar a excelente coordenação, na organização do Fórum, que o Itamaraty manteve com a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG); com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e com a Agência Brasileira de

Promoção de Exportações e Investimentos. Ressalto, ainda, o apoio generoso recebido da Confederação Nacional da Indústria. Gostaria, também, de anunciar que pretendemos publicar, com a FUNAG, um livro sobre os resultados deste encontro, até o fim deste semestre. Muito obrigado.

Senhor Luiz Barretto: Boa tarde a todos e a todas que participam deste evento. É um imenso prazer debater e dialogar com vocês, senhoras e senhores. Quero cumprimentar o Itamaraty e o Ministro Rubens Gama, que me antecedeu, pelo convite, agradecer a oportunidade de conversar sobre um assunto tão importante que são os segmentos das empresas de pequeno porte. Quero cumprimentar, também, a CNI, na palavra do Doutor Paulo Tigre, que representa a Confederação Nacional da Indústria, na vice-presidência. Quero cumprimentar os empresários, as empresárias e os representantes de todos os países que compõem o MERCOSUL e toda a diretoria do CNI e do Itamaraty, a quem louvo essa iniciativa.

Ao mesmo tempo, peço desculpas, porque vou atrasar um pouco. Espero que atrase muito pouco o almoço de vocês. Todos estão ansiosos, já tiveram uma manhã bastante produtiva sobre os temas "agricultura" e "energia". Certamente precisam de combustível para renovar as energias. Prometo a vocês que serei breve na fala e não atrasarei o almoço de todos nós, pois vocês têm um dia intenso de trabalho.

Quero cumprimentar, portanto, todos os amigos e amigas aqui presentes.

Quero falar rapidamente sobre um tema que considero fundamental: o papel das empresas de pequeno porte no contexto da integração e do fortalecimento político-econômico do MERCOSUL. Para nós, esse tema é fundamental. Não se pode excluir as pequenas empresas desse debate empresarial e político-econômico que

realizamos no nosso bloco. Portanto, precisamos trazer a presença importante das micro e pequenas empresas para a agenda cotidiana de nossas conversas, debates e diálogos.

Um primeiro quadro importante é o que elas representam no Brasil. Na Argentina, no Uruguai e na Venezuela, certamente o perfil não varia muito. As micro e pequenas empresas representam 99% das empresas no Brasil. Geram mais de 70% dos empregos formais, correspondem a mais de 40% da massa salarial, e 25% do PIB brasileiro está fundamentado nesse segmento. Nesse ponto, há um *gap* importante, que é o nosso tema e o nosso desafio para uma agenda futura: elas têm pequena participação nas exportações. De tudo que o Brasil exporta, quase 1,5% provém de empresas de pequeno porte. Portanto, aqui há um desafio. A Apex-Brasil, ora presente, certamente abordará esse tema.

Uma segunda questão importante é como isso se processa nos outros países do bloco. Elas são imensa maioria na Argentina, no Paraguai, no Uruguai e na Venezuela. Tal como no Brasil, elas são as maiores geradoras de emprego nesses países, com pequena variação percentual, e aqui há a primeira diferença. Elas ainda têm um grande desafio de produtividade, de agregação de valor. O desafio de reduzir as diferenças de produtividade entre as grandes, as pequenas e as médias empresas é imenso. Nos números de participação no PIB, há diferença.

Vale salientar que um tema a ser debatido no futuro seria unificar as metodologias de classificação do que se considera ME. Esse é um tema importante, tendo em vista que queremos trabalhar de maneira cada vez mais unificada. Em cada país que compõe nosso bloco, há muitas diferenças metodológicas conceituais de enquadramento do que se classifica como micro, pequena e média empresa: por faturamento, por número de empregados, enfim, uma série de quesitos sobre os quais teríamos de refletir, sem interferir na autonomia de cada país, para tentar unifica conceitos e metodologias e, assim, facilitar um pouco nosso trabalho.

Compartilhamos, porém, um mesmo desafio, independentemente das diferenças de classificação: o desafio da produtividade, da capacitação, para diminuir a diferença entre a produção da grande empresa e a da pequena empresa e o valor agregado, para aumentar a participação nos PIBs e nas economias locais.

Gostaria de reforçar, na presença tão ilustre de vocês neste evento, seis assuntos que considero os principais desafios dos pequenos negócios no MERCOSUL. O primeiro tema, que talvez seja o mais importante, é a articulação nas cadeias produtivas: o funcionamento da relação das grandes e pequenas empresas nas grandes cadeias produtivas de nossos países, um dado muito marcante na atualidade.

Para situá-lo sobre o assunto, vou falar sobre encadeamento produtivo e sobre como se melhora essa articulação. Nesse ponto, é fundamental que haja o ganha-ganha, de forma que a grande empresa ganhe, a pequena empresa ganhe e essa linha de encadeamento produtivo seja fortalecida. Portanto, deve haver um bom casamento e, para isso, ambas as partes precisam estar envolvidas e vislumbrar possibilidades positivas.

Nesse ponto, a experiência brasileira do trabalho do SEBRAE pode ajudar. O SEBRAE, que completou quarenta anos em 2012, observou que, quando se trabalha o encadeamento produtivo, são muito importantes, para a grande empresa, os arranjos produtivos locais com essa perspectiva. Melhoram os preços e há garantia de fornecedores com maior competitividade e com preços mais baixos. Há flexibilidade e agilidade para o fornecedor; portanto, ele melhora a capacidade de entrega. Há visibilidade maior. Nos grandes investimentos das grandes empresas, é muito ruim a importação, seja importação de fora do ambiente regional, seja importação de fora do país. Não é uma boa política empresarial importar se há problemas de logística e de custos muito altos.

Então, é fundamental criar uma rede de fornecedores no ambiente local.

Não estamos falando de política social, mas de política de negócios. Há que melhorar muito a capacidade de integração de fornecedores nas cadeias produtivas. Mais do que isso, é fundamental que a grande empresa, no âmbito de sua cadeia, diga exatamente à pequena empresa o que pode – e não pode – ser comprado e vendido, quais são seus ramos, atividades, bens, serviços e, ainda, se precisa ou não de escala. Esse primeiro contato é fundamental para deixar claro o que é – e não é – possível fazer na cadeia produtiva.

A partir desse ponto, pode-se otimizar. É claro que participar desses mecanismos melhora a qualidade da pequena empresa e aumenta sua possibilidade de mercado. Ela se desenvolve de maneira mais sustentável, gera mais emprego e tem capacidade de inovação muito melhor. Porque ela é exigida pela grande empresa – que é a principal compradora –, ela se moderniza, aumenta sua produtividade e tem crescimento notável.

O Brasil já tem algumas experiências nesse sentido. Um exemplo é o Projeto ME Sem Fronteiras, em Mato Grosso do Sul, que envolve parceiros da Bolívia e do Paraguai, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), num acordo com a Vale, uma das maiores mineradoras do mundo. O projeto pretende melhorar a capacidade de fornecimento dos fornecedores fronteiriços para a própria Vale.

Destaco alguns exemplos brasileiros ao longo dos quarenta anos de trabalho do SEBRAE. Temos mais de uma década de trabalho com a Petrobras, aumentando significativamente o número de seus fornecedores de pequeno porte. Aumentamos o volume de negócios e o mercado, bem como melhoramos a capacitação, a tecnologia e a inovação dessas empresas, com muito êxito. Começamos no Rio de Janeiro e hoje estamos em todos os

Estados brasileiros em que a Petrobras tem presença. Isso vale também para a Vale, para a Gerdau, para a Odebrecht e para outras grandes empresas brasileiras. O SEBRAE identifica âncoras em cada cadeia produtiva e estabelece parceria de estímulo à melhoria dos fornecedores, por meio de muita capacitação, muito treinamento e inovação. O melhor de tudo é que o subsídio é alto, em alguns casos chega a 90% e, em outros, a 80%, já que uma grande empresa resolve seus problemas de P&D comprando no mercado. Nesse ponto, há uma política pública importante na área de inovação e de melhoria de empresas e de sua competitividade, que tem de ser financiada. O SEBRAE tem financiado esse valor, em conjunto com grandes empresas. Geralmente, o SEBRAE arca com metade do custo e a grande empresa, com o restante, porque ela tem interesse em melhorar sua rede de fornecedores. Essa iniciativa tem sido muito exitosa.

Na área de serviços, temos o Governo brasileiro, que está fazendo concessões na área aeroportuária. Um exemplo é uma parceria no aeroporto de Guarulhos, que é o maior aeroporto brasileiro e que obteve a concessão recentemente. A empresa que ganhou a concessão iniciou, em novembro, sua implementação no aeroporto de Guarulhos, que também conta com encadeamento produtivo. Estamos treinando a cadeia de fornecedores do aeroporto para fora, no entorno do aeroporto e do aeroporto para dentro. É como se fosse uma grande obra num território. Precisamos pensar na relação da cadeia de fornecedores com o território e em tudo que a grande obra impacta no território. Também podemos usar a mesma metodologia. Temos feito um grande esforço nessa direção.

Um segundo aspecto importante são as oportunidades de investimento. Nesse item, é necessário cooperar, pois grandes empresas brasileiras, argentinas e do bloco como um todo estão fazendo grandes investimentos em alguns territórios e fora dele. É necessário fazer um mapeamento dos investimentos e de como eles estão sendo processados, não apenas do que o Brasil está

fazendo. Há um conjunto enorme de empresas brasileiras que estão no encadeamento produtivo no exterior. Isso transfere metodologia. Uma grande empresa brasileira que realize uma grande obra na Argentina, no Chile, no Uruguai, no Paraguai ou na Venezuela pode ter uma rede de fornecedores locais. Então, não é apenas do ponto de vista brasileiro que isso é importante. Grandes investimentos de grandes empresas brasileiras fora do Brasil podem ter uma gama de fornecedores argentinos, venezuelanos, paraguaios, no âmbito do bloco e, até mesmo, de nossos parceiros da América do Sul. Portanto, esta é uma necessidade importante atualmente: mapear grandes investimentos e trabalhar de forma coordenada, com parceria, incluindo oportunidades de mercado para empresas locais, no sentido de serem fornecedoras do mesmo mecanismo anteriormente citado.

Um terceiro tema importante é o fomento do desenvolvimento regional. Há um estudo feito e cedido por nossos amigos argentinos que comprova que a densidade empresarial está diretamente relacionada a desenvolvimento. Quanto mais empresas, quanto maior a densidade regional em algum território, mais condições, maior valor agregado e maior possibilidade de ampliação de mercado haverá nesse local. O desafio não é apenas concentrar, mas pensar o desenvolvimento de forma desconcentrada e mapeada no interior do bloco. Neste ponto, cito o exemplo do estudo argentino, muito interessante, que certamente se reproduz no Brasil e nos outros países do bloco.

Um quarto tema que considero importante é o alinhamento das chamadas políticas públicas. Temos o dever de aprender com as melhores práticas que se realizam em nosso bloco. Como conheço muito bem a experiência brasileira, vou fazer um comercial dessa experiência. Um dos nossos desafios é o de entender como os vários governos do bloco dão tratamento especial, diferenciado, para o segmento de empresa de pequeno porte e como podemos aprender com as várias experiências que se desenvolvem.

O Brasil tem tido uma experiência muito exitosa nos últimos anos. O Presidente Lula melhorou muito o ambiente legal para a micro e a pequena empresa, aprovando o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, a lei geral das micro e pequenas empresas no Brasil. Esse documento legal dá tratamento tributário muito interessante àquelas empresas, diminuindo em torno de 40% os tributos para as empresas de pequeno porte. Também diminui muito a burocracia em relação à abertura e ao fechamento de empresa. Os mecanismos de diminuição de burocracia estimulam as compras governamentais. O capítulo especial sobre o estímulo de compras governamentais até certo teto também é muito interessante e abre o mercado público para as micro e pequenas empresas. Atualmente, esse é um mercado muito grande no mundo todo, assim como nos nossos países.

Cito um exemplo para ilustrar esse fato: há cinco anos, o Governo Federal comprava em torno de 1 bilhão de dólares de pequenas empresas; hoje, compra 8 bilhões de dólares ou 9 bilhões de dólares dessas empresas, com base no mecanismo da lei que estimula esse mercado. Há, também, o combate à informalidade. A informalidade é um tema que perpassa toda a América do Sul e o MERCOSUL. E nós queremos a figura do micro e pequeno empreendedor individual que tem um faturamento até 30 dólares ano. Que permite aí a gente combater a informalidade. O Brasil formalizou 3 milhões de empresas em três anos. Tiramos da informalidade, da ilegalidade, 3 milhões de pequenos negócios, o que nos dá muito orgulho, com base numa indução legislativa que melhorou muito a competitividade e o ambiente legal de negócios. Cito outros dados: o regime diferenciado para a pequena empresa alcançava 2 milhões de empresas há cinco anos; atualmente, contempla 7 milhões de empresas brasileiras, que usufruem do regime diferenciado especial criado pelo Governo brasileiro. Considero esse fato muito positivo por dar uma alavancagem

importante no desenvolvimento do empreendedorismo e dos negócios de pequeno porte.

A projeção do número de empresas no Brasil é exponencial, a partir do ambiente legal e da melhoria do mercado interno brasileiro. Como já se sabe, o Brasil inseriu 40 milhões de novos brasileiros no mercado interno consumidor. Em outras palavras, uma Argentina inteira entrou no nosso mercado, o que repercutiu na evolução do número de pequenos negócios no Brasil associado à melhoria da escolaridade e do ambiente legal, que prosperou muito no Brasil nos últimos anos.

Neste ponto, faço um destaque especial para o caso brasileiro, que certamente ocorre de maneira similar nos outros países. Diferentemente da Europa, o empreendedorismo no Brasil não é de alta renda. A maioria das empresas abertas no mercado europeu é oriunda das classes A e B. No caso brasileiro, 55% de todas as empresas abertas no país têm origem na chamada classe C. Além de ser um fenômeno empresarial de negócios, há a importante política de inclusão produtiva, fundamentada em pesquisas que demonstram que a maioria do crescimento empresarial brasileiro se processa por meio do fenômeno muito importante da inclusão produtiva e tem a ver com a diminuição de diferenças regionais. Isso certamente melhora muito o ambiente de negócios e as possibilidades de expansão econômica do Brasil.

Para finalizar, há uma questão importante, que é a do Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do MERCOSUL (FOCEM). Esse Fundo tem duas experiências interessantes: a cadeia automotiva de autopeças e a cadeia do petróleo e gás. Isso pode e deve ser trabalhado e dinamizado, pois há linhas disponíveis para essas duas cadeias. É uma questão de estudar o assunto.

Chegamos a um tema muito importante para todos: o crédito. É claro que todos os mecanismos que mencionei precisam de uma política de crédito do sistema financeiro e de facilitação de crédito,

como, por exemplo, o esforço que o Governo brasileiro tem feito relativamente a empresas de pequeno porte.

Em uma década, dobrou a capacidade dos bancos públicos brasileiros para fomentar o crédito. O Brasil tem sorte de ter bancos públicos e de ter o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Cito a parceria com a Caixa Econômica, com o Banco do Brasil, com bancos regionais e, em especial com o BNDES, que é um instrumento muito importante, inclusive para enfrentar momentos de crise. O Brasil tem aumentado o crédito e feito uma busca ativa ao tema.

Mas não basta ter linhas de crédito, mesmo com boas condições de financiamento. Precisa haver garantias. Precisamos brigar com nossos bancos para que eles facilitem os mecanismos de garantia. Atualmente, um dos papéis do SEBRAE é operar um fundo de aval para micro e pequenas empresa, que facilita até 80% as garantias para que as empresas obtenham financiamento no sistema público e privado de acesso ao crédito. O SEBRAE possui uma experiência rica nessa área. São quase 3 bilhões de dólares nos últimos anos, além de um esforço grande. Mais de 210 mil empresas brasileiras usaram o fundo de aval da micro e pequena empresa operado pelo SEBRAE.

Para finalizar, o último tema que gostaria de abordar é capacitação, treinamento, educação e gestão empresarial, que considero o mais importante e o maior desafio que o SEBRAE tem no Brasil.

De um lado, temos um grande desafio de qualificação de mão de obra. De outro, também é necessário qualificar a gestão empresarial. O índice de sobrevivência no Brasil tem melhorado muito. A mortalidade das empresas até o segundo ano tem diminuído. Hoje, 70% das empresas brasileiras sobrevivem até o segundo ano, mas há um grande trabalho de capacitação, de treinamento, para que possamos superar gargalos que certamente são similares aos de nossos vizinhos.

Há, também, desafios muito diferentes. Na agenda da pequena e da média empresa, há internacionalização, produtividade e competitividade. É uma agenda de inovação. Há uma agenda na base da pirâmide, que é a de inclusão produtiva, de mecanismos básicos e de outras questões. Portanto, precisamos entender que, para cada tipo de público, existe um desafio específico de determinados produtos, e todos eles são importantes.

É claro que a pequena empresa medida agrega valor tem um trabalho fundamental em relação à inovação e a mudanças tecnológicas, mas é muito importante dar atenção à base da pirâmide, na qual estão micro empresas, que também tem um trabalho muito importante.

Também temos parcerias importantes com órgãos similares ao SEBRAE, como a comunidade NIPIME, que se desenvolve no âmbito da América do Sul, e alguns eixos de cooperação internacional, nos quais temos feito um grande trabalho, com a ajuda do Itamaraty e do Governo brasileiro. Para finalizar, gostaria de dizer que qualquer política de integração não pode deixar de lado as pequenas empresas. Sei que nem sempre é fácil incluir esse tema na agenda cotidiana, mas qualquer assunto sobre o qual possamos dialogar no âmbito deste Fórum tem de levar em conta a importância da micro, da pequena e da média empresa. Isso só pode ser feito em conjunto, considerando-se não apenas nossas diferenças, mas principalmente nossas proximidades.

Muito obrigado.

Participante não identificado: Gostaria de agradecer ao presidente do SEBRAE e convidar todos os amigos e amigas para desfrutarem do almoço. À tarde, continuaremos a sessão, de volta ao teatro. Muito obrigado.

Painel 3

Inovação – O papel da inovação no fortalecimento da competitividade regional

- *Jorge Mario Campagnolo, Coordenador-Geral do Serviço de Tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil*
- *Enio Duarte Pinto, Gerente da Unidade de Inovação do SEBRAE*
- *Rodolfo Silveira, Presidente da Agência Nacional de Investigação e Inovação (ANII) do Uruguai*
- *Graciela Titier, Diretora de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico do Grupo Insuda da Argentina*
- *Marco Stefanini, Presidente da Stefanini Solutions*

Mestre de cerimônias: Senhoras e senhores, dentro de instantes daremos início à segunda parte desta sessão, com o painel "Energia – Integração Energética no Espaço Regional". Solicitamos a todos que ocupem seus lugares.

Senhora Christina Lemos: Senhoras e, principalmente, senhores que ainda estão no *foyer*, não é gentil deixar uma dama esperando. Por favor, tomem seus lugares para o próximo painel.

Mestre de cerimônias: Damos início ao painel "O Papel da Inovação no Fortalecimento da Competitividade Regional". Convidamos para mediar as discussões a jornalista Senhora Christina Lemos. Para participar do painel, convidamos o Coordenador-Geral do Serviço de Tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil, Senhor Jorge Mario Campagnolo; o Gerente da Unidade de Inovação do SEBRAE, Senhor Enio Duarte Pinto; o Presidente da Agência Nacional de Investigação e Inovação (ANII) do Uruguai, Senhor Rodolfo Silveira; a Diretora de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico do Grupo Insuda da Argentina, Senhora Graciela Titier; e o Presidente da Empresa Stefanini Solutions, Senhor Marco Stefanini.

Senhora Christina Lemos: Boa tarde a todos. É com imenso prazer que vou moderar esse diálogo entre personalidades de altíssimo nível. Confessei ao pessoal da CNI e do Itamaraty que fiquei muitíssimo impressionada com o currículo de alguns deles.

Pensei em como é possível, num tempo de vida de 50 ou 60 anos, alguém fazer tanto. Essa pessoa deve ter começado aos cinco anos como cientista, por exemplo. É o caso do Professor Silveira e da Doutora Titier, nossos convidados, que certamente terão grande contribuição a dar para este evento, que é fundamental para a proposta do MERCOSUL de ampliar sua influência no comércio mundial. Hoje, a Presidenta Dilma fez um pronunciamento muito importante sobre isso, destacando que, neste momento de crise mundial, precisamos aproveitar essa janela que se abre. Os países do MERCOSUL precisam ainda mais de ampliação, de integração, de ação afinada, para disputar o papel de *global player* que tanto ambicionamos.

Este é o momento de aproveitar a janela aberta pela crise, como bem destacou a Presidenta Dilma e, também, o Presidente José Mujica.

Vou começar nossa conversa informando como será a dinâmica do painel. Vou pedir aos nossos painelistas que façam uma exposição inicial entre 5 e 7 minutos e, depois, que intercambiem perguntas, incluindo as que eu eventualmente fizer para intermediar um diálogo interessante. Lembro que os objetivos do evento são encurtar distâncias; tornar nossa vizinhança muito mais do que geográfica, principalmente mais eficiente; criar oportunidades de negócios; e ampliar e estimular o comércio. Para isso, contamos com as salas deste espaço, para promover eventuais trocas de ideias e oportunidades de negócio.

Vou começar convidando o representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Senhor Jorge Mario Campagnolo, para sua exposição inicial. Vou pedir que ele nos conte como se cria um ambiente favorável para inovação no país e no MERCOSUL. Por favor.

Senhor Jorge Mario Campagnolo: Boa tarde a todos. Eu queria agradecer o convite para participar deste belíssimo evento.

É importante a questão da integração, principalmente quando se fala em ciência e tecnologia. Hoje, falar em ciência e tecnologia não é mais pensar num laboratório, numa universidade ou numa pesquisadora em uma universidade. É uma rede de pesquisadores em diversos países e continentes, colaborando entre si o uso compartilhado de infraestrutura de pesquisa. Este evento é maravilhoso. Sou da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do MCTI. Nossa grande preocupação é a questão da inovação, pois sabemos que inovação é negócio.

Podemos dizer que conhecimento tem de ser transformado em produto. Então, o que é inovação? É transformar o conhecimento em dinheiro. Mas, para fazer inovação, é necessário ter um ambiente favorável. Hoje, no país, há alguns programas e instrumentos que realmente tentam fazer a ponte entre o conhecimento gerado nas instituições de ensino e pesquisa e as empresas, que, em última análise, fazem a inovação. A inovação, basicamente, é empresarial.

A cultura de inovação ainda não é muito bem percebida pelos nossos empresários. Por isso, precisamos de apoio, de instrumentos, de estímulo para que se chegue a um ambiente favorável na inovação. É um papel do MCTI oferecer muitos instrumentos para uso dos interessados.

Senhora Christina Lemos: Vou convidar o Presidente da Stefanini Solutions, Senhor Marco Stefanini, para comentar alguns aspectos. Gostaria que você comentasse, por gentileza, a inclusão digital, que é um desafio para o setor público e que representa, muitas vezes, uma barreira no mercado de trabalho. Quais metas você consideraria importantes que os setores público e privado cumprissem para promover a inclusão digital? E biodiversidade, é possível transformá-la em *business?* Por favor.

Senhor Marco Stefanini: Boa tarde. Você me pegou de surpresa, pois eu pensei que seria o último a palestrar. Inicialmente,

acho que a questão da tecnologia para nós – países latino-americanos, emergentes – é uma grande oportunidade para diminuir o espaço em relação aos países desenvolvidos. Porém, por um lado, estamos numa encruzilhada. Se não fizermos uma boa lição de casa, esse *gap* vai aumentar ao invés de reduzir. A base disso é a inclusão digital. Acho que os governos estão relativamente cientes disso, e sabemos que isso não ocorre somente em nosso país, mas no mundo em geral. Mas há certa distância entre o Governo pensar e agir. Isso não é uma crítica apenas ao nosso Governo, mas geral, até pelo próprio modelo. Sendo bem breve, acho que é a estrutura base que devemos trabalhar, para depois trabalhar a questão de conteúdo, de educação e uma série de itens que viriam *a posteriori*. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto refere-se à tecnologia. Dos quatro países do MERCOSUL, minha empresa (Stefanini Solutions) está presente em três: no Uruguai, na Argentina e no Brasil. Em geral, temos boa mão de obra, bem qualificada em termos de tecnologia. Não ficamos nada aquém dos países desenvolvidos; ao contrário, em muitos casos, nossa mão de obra é melhor. Apesar de certa deficiência na educação básica – que depende do país e da região – e de não sermos considerados países de educação de ponta, é interessante conseguirmos ter boa qualificação em termos de mão de obra. O que pode significar uma grande oportunidade de negócio é os países do MERCOSUL serem mais proativos. Já fazemos isso, mas poderíamos fazer muito mais se vendêssemos a imagem de um grande país, principalmente na área de serviços. Assim como a Índia fez, teríamos alguns espaços de nichos nos quais trabalhar.

Por último, a biodiversidade, sem dúvida, é um grande espaço, no qual provavelmente o Brasil tem um espaço maior. É uma grande oportunidade darmos um salto de tecnologia nessa área, em inovação e em tecnologia em geral. Essa é outra grande frente. Além de tecnologia voltada para TI, a biotecnologia é uma grande

oportunidade, principalmente para o Brasil, pela característica do país. Essas eram as minhas palavras.

Senhora Christina Lemos: Vou convidar o Professor Silveira para fazer uma breve exposição sobre a questão da biodiversidade e da biotecnologia. Professor, como esse setor pode agregar as ações de integração do MERCOSUL?

Professor Silveira: Bueno. Iba a hablar en *portuñol*, pero no. En primer lugar, muchas gracias por la invitación, buenas tardes a todas y a todos, a los compañeros del panel.

Creo que, primero, esto que se ha hecho, tal vez, acá, es de las cosas más interesantes que he visto en el MERCOSUR en los últimos quince años. Yo no soy muy político para el discurso. Voy a ser bastante práctico y bastante pragmático, también.

Venimos hablando de la biotecnología, la innovación, la ciencia, la tecnología verde, de todas esas cosas, hace unos quince años, en todos nuestros países, de manera más o menos igual. Todos tenemos algo que desde gobiernos hemos hecho – desde distintos gobiernos – más o menos bien, que fue darle primero, estando la voluntad política del gobierno – creo que ya está, porque va más allá de los periodos de gobierno. Todos los gobiernos han ratificado la ciencia, la tecnología y la innovación dentro de su programa de gobierno. Hay una institucionalidad en todos los países que también es cierto y funciona. Hay un plan estratégico que, más o menos, funciona de diferentes maneras en cada uno de nuestros países. Hay, también, recursos asignados. Brasil ha asignado, claramente, una enorme cantidad de recursos, fundamentalmente, con el último sistema de becas al exterior.

Pero, yo voy a aterrizar ideas. Eso es en el discurso. Después, hay algunas cosas que son casi como anecdóticas. Por ejemplo, tenemos algunos problemas. Tenemos muchísimas universidades

en Latinoamérica, pero muy pocas – yo diría que una o dos, según quien haga las calificaciones – que estén entre las doscientas mejores universidades del mundo. Ahí tenemos un problemita que no es menor. Porque, no va a haber – en el caso de la biotecnología en particular que, además, es por si un tema complejo – innovación y creación de conocimiento si no tenemos educación. Entonces, la innovación se va a tener que apoyar, sin duda, en el agregado de conocimiento. El agregado de conocimiento se forma en el sector académico. Después, precisamos trasladar ese conocimiento, como decía el compañero recién, al sector productivo. Porque, en definitiva, el principal destinatario de la innovación, él que la hace, realmente, es el sector productivo. Son ustedes, los empresarios. ¿Con quién? Con la ayuda de quienes, en algún momento, tengamos algo que ver con poder tratar de materializar ese tipo de cosas.

Pero, es la innovación, en la definición más simple: son estas ideas frescas, creadoras de valor. Esto es innovar. La biotecnología, en particular, es transversal a todas las áreas de las que hablábamos hoy por la mañana. Por ejemplo: se habló de agro. La biotecnología en agro tiene múltiples facetas de aplicación. ¿Qué tenemos en nuestros países? Bueno, tenemos una escasa masa crítica de biotecnólogos, tenemos una educación que, en esa área, produce, sí, pero que también necesita ser apoyada. Yo no les cargo tanto en la tinta a los empresarios, porque creo que, sí, los empresarios son reacios. Pero, yo creo que el humano es medio reacio al riesgo. Eso de que somos propensos al riesgo – más o menos. Porque cuando la situación está buena, todo el mundo se queda quieto. Dice: "¿para qué vamos a cambiar si todo está bien?" Eso es lo peor que nos puede pasar.

Si no aprovechamos estos años que ya venimos con viento de cola, pero piloteando más o menos bien, para invertir en este tipo de saltos cualitativos que nos posicionen para el futuro, creo que erramos en mucho. Creo, además, que la biotecnología, en

particular, nos va a ayudar mucho en lo que ya sabemos hacer. Porque no vamos a cambiar sustancialmente de seguir siendo, en parte, productores, fundamentalmente, de alimentos o de trabajar en el sector primario. Pero, en un sector primario que nada tiene que ver con un *commodity*. Porque una soja transgénica, o la forestación, o el arroz no transgénico que produce ocho mil quinientos quilos por hectárea, tiene mucho que ver con la biotecnología, y eso no es un *commodity*. Así que paro por aquí para no ser más largo. Gracias.

Senhora Christina Lemos: Percebo que vou requisitar bastante o senhor, Professor Silveira. Vou convidar nossa querida Graciela Titier, que é uma pesquisadora Argentina, para conversar conosco sobre biotecnologia. A Doutora Graciela recebeu, nos anos de 2010/2011, um prêmio na categoria vinculação e transferência de tecnologia. Por favor, Graciela.

Doutora Graciela Titier: Muchas gracias. Para hacer honor a una promesa. Hoy estaba en el almuerzo y yo dije que nos tocaba un momento difícil hablar después de comer. No voy a hablar de tecnología, ni de innovación, ni de desarrollo. Voy a hablar de fútbol. ¿Por qué fútbol? Ustedes deberán haber leído que Messi tenía problemas con el crecimiento y que necesitaba que le dieran hormonas de crecimiento. En ese momento, la hormona de crecimiento era de origen recombinante, biotecnológica. No era producida en Argentina, su precio era altísimo. El equipo donde jugaba Messi no tenía los fondos para poder subsidiar ese medicamento. Uno de los momentos importantes de la vida de Messi fue cuando el club español le prometió financiarle el tratamiento con hormona de crecimiento recombinante. Lástima que Messi no es de este momento, porque hoy podríamos haber tratado a Messi con hormona de crecimiento recombinante y con tantas otras cosas más.

Yo vengo a ser portadora de buenas noticias. En la región está ocurriendo lo que llamamos la segunda ola de la biotecnología. En el caso particular del grupo Insud – al que tengo el orgullo de pertenecer y les mando un saludo muy afectuoso de su presidente que por una otitis aguda no pudo estar acá. Nosotros hemos conformado, como modelo de gestión de la innovación, un consorcio, o varios consorcios – pero en el caso de la salud humana, que es más antiguo – público-privado, de investigación, desarrollo e innovación, que está integrado por cien investigadores y por cuatro empresas nacionales. Entonces, tenemos algunos logros. Por primera vez, hace una semana, se produjo un anticuerpo monoclonal para el tratamiento del cáncer. En Argentina está la primera planta de América Latina para la producción de estas moléculas. Son hitos muy importantes.

Para llevar estos desarrollos al mercado – que era lo que estabas comentando –, o sea, una innovación es un producto o un servicio en el mercado, se necesitan socios estratégicos. Nosotros hemos buscado, también, socios estratégicos en las empresas innovadoras de los países del MERCOSUR. Tenemos licencias con empresas en Brasil, en Uruguay, en toda América Latina. ¿Cuál fue el criterio? ¿Que fueran empresas inversoras? No. El criterio era – estoy hablando de salud humana – que pudieran reclutar en sus países pacientes para poder recibir estos nuevos tratamientos a cambio, obviamente, de la licencia de explotación del producto cuando estuviera en el mercado. Entonces, hoy hay una vacuna terapéutica para el cáncer de pulmón en fase 3, en un estudio multicéntrico con mil pacientes. Están los biosimilares – como los que estamos hablando – también en desarrollo. En salud veterinaria: consorcios BIOTECSUR, en todo el MERCOSUR, para nuevas vacunas para aftosa, para brucelosis.

También, modelos de consorcio privados-privados como – tomando el ejemplo de Brasil – se conformó en Argentina un

consorcio entre dos empresas nacionales y una multinacional para hacer la producción de vacuna de influenza en Argentina. Con la condición – impuesta por el gobierno argentino – de que se hiciera la transferencia de tecnología, que la planta se hiciera en Argentina y el doce de diciembre, a las doce horas, se inaugura Sinergium Biotec para la producción de vacuna de influenza. Así que, portadora de buenas noticias.

Senhora Christina Lemos: Obrigada, Doutora Graciela. Vou convidar o Senhor Enio Duarte Pinto para nos contar da experiência das pequenas empresas e de como a iniciativa de ampliar a integração no âmbito do MERCOSUL pode colaborar para a promoção do comércio, das relações e dos negócios com as pequenas empresas.

Senhor Enio Duarte Pinto: Boa tarde a todos e aos colegas do painel. Minha fala vai se limitar a pequenos empreendimentos, a pequenos negócios e ao SEBRAE. Vou contextualizar a respeito dos números da pequena empresa e da questão da inovação na pequena empresa. Meu foco, naturalmente, recai no Brasil, mas os dados que vou citar se repetem nos países do MERCOSUL como um todo. É um perfil muito semelhante. Há hoje, no Brasil, um *boom* na questão do empreendedorismo. Cerca de 15% da população adulta brasileira está empreendendo em estágio inicial, com negócios de até três anos e meio de vida. Os restantes 12% da população adulta brasileira – de 18 a 64 anos – possuem empreendimentos já estabelecidos. Em outras palavras, 27% dos adultos no Brasil estão à frente de um empreendimento.

O aspecto quantitativo do empreendedorismo está completamente resolvido no Brasil e nos países do MERCOSUL. Em percentuais, a Argentina está à frente do Brasil. Considerando-se o *ranking* do Grupo dos 20 (G20) dos países que mais empreendem

no mundo atualmente, o primeiro colocado é a China, que lidera tudo em aspectos relativos, principalmente em absolutos. Depois, vem a Argentina e, logo após, o Brasil. Entretanto, no aspecto qualitativo, uma característica das pequenas empresas no Brasil e no MERCOSUL é que ainda existe grande número de empreendimentos motivados pela questão da sobrevivência. Em outras palavras, são indivíduos que não conseguem ingresso na sociedade produtiva como funcionário ou como empregado, por falta de experiência ou de qualificação, e resolvem abrir um pequeno empreendimento. Isso representa um terço, e às vezes mais, do total de empreendimentos na região.

Isso traz como consequência um amadorismo muito grande na gestão dos empreendimentos e uma mortalidade excessiva de negócios no Brasil, na Argentina, no Paraguai e no Uruguai, todos esses países seguem mais ou menos a mesma linha. O que entidades congêneres ao SEBRAE fazem no Brasil e em outros países é, inicialmente, viabilizar o negócio, sensibilizando os pequenos empreendimentos de que a solução reside num diferencial: inovar. A inovação, hoje, é uma questão inexorável: ou se inova, ou se morre. Esse é o discurso do SEBRAE para os pequenos empreendimentos, em contraposição a um conjunto muito grande de falsas percepções em relação à inovação por parte do pequeno empreendedor.

Nosso colega do MCTI, o Campagnolo, sinalizou no sentido de que há um esforço muito grande do Ministério para convencer os empresários no Brasil de que eles precisam inovar. Nas pequenas empresas, essa realidade é ainda mais cruel, pois, para esses empreendedores, "inovação é caro", "inovação é para grande empresa", "meu empreendimento é tradicional e não preciso inovar" ou "tenho uma padaria, uma oficina mecânica, isso não é para mim."

O desafio, num primeiro momento, é vencer a resistência do pequeno empreendedor em relação à inovação, sensibilizando-o de

que essa é uma questão importante, de sobrevivência da empresa. Hoje, não há mais alternativa: é inovar, ou sair do mercado a médio prazo. Precisamos viabilizar acesso à inovação. Temos uma boa parceria com várias entidades que trabalham na linha do SEBRAE na região do MERCOSUL, com algumas tecnologias de acesso à inovação. Atualmente, o SEBRAE pratica uma nova plataforma chamada Sebraetec – Serviços em Inovação e Tecnologia, que tem por objetivo aproximar as instituições de ciência e tecnologia dos pequenos empreendimentos.

Espontaneamente, essa aproximação ocorre numa escala mínima. As instituições de ciência e tecnologia não falam a língua da pequena empresa, não praticam preços acessíveis à pequena empresa, não têm produtos customizados para a realidade da pequena empresa. Então, pouco se inova na pequena empresa se não há uma moderação forte, principalmente da questão financeira.

A plataforma Sebraetec que operamos em parceria com o MCTI funciona como o santo casamenteiro, Santo Antonio. Ela identifica as demandas da pequena empresa e os ofertantes das possibilidades tecnológicas e faz a aproximação. O Sebraetec contrata a instituição de ciência e tecnologia e disponibiliza o acesso à inovação ao pequeno empreendimento, pagando até 90% do custo. Dessa maneira, ao longo dos últimos anos, temos incrementado muito o número de pequenos empreendimentos inovadores no Brasil. Os negócios de pequeno porte têm característica de empreendimento de conveniência. O cliente se aproxima da empresa de pequeno porte não por ela oferecer qualquer vantagem competitiva em relação às demais, como conteúdo tecnológico ou outro diferencial, mas, simplesmente, porque, em termos geográficos, seria interessante adquirir produtos daquele empreendimento.

Hoje, o atendimento prestado pelo SEBRAE é relevante. Para se ter ideia do número de beneficiados, o SEBRAE atende a 1 milhão e seiscentas mil empresas todo ano, com CNPJ e cadastro

de empresa formal, em todo o território nacional. Antes, havia cerca de 40 mil atendimentos relativos a soluções de inovação. Triplicamos esse número nos últimos dois anos e estamos atendendo a quase 120 mil empresas. Porém, apesar de os números terem evoluído, atender a apenas 120 mil empresas – num universo de 1 milhão e quinhentas mil empresas que requerem soluções específicas na área de conhecimento de inovação e serviço tecnológico – mostra que há, ainda, um potencial enorme para crescer no segmento de pequenos negócios, na temática de inovação.

Senhora Christina Lemos: Obrigada, Enio. Essa foi a primeira rodada. Vou abrir a palavra a nossos painelistas, para comentários e perguntas. Vou começar pelo Senhor Jorge Campagnolo, pedindo-lhe que comente a declaração do Enio, principalmente a ideia de que ciência e tecnologia não chegam à pequena empresa. Que iniciativas o Senhor pode ressaltar, no âmbito governamental, de promoção da pequena empresa, da biotecnologia e da biodiversidade?

Senhor Jorge Campagnolo: Inicialmente, quero dizer que o SEBRAE é um grande parceiro nosso. Semanalmente, nós nos reunimos para discutir essas questões, porque não queremos fazer o mesmo trabalho em duplicidade. Queremos, realmente, que a ciência e a tecnologia cheguem ao pequeno empresário e ao microempreendedor. Temos programas que parecem semelhantes, como o Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC) e o Sebraetec. O SIBRATEC atende desde micro e pequenas empresas até grandes empresas. O grande objetivo do SIBRATEC é aproximar as instituições de ciência e tecnologia de quem realmente faz a inovação, que é a empresa. Há três redes no SIBRATEC. A rede de extensão tecnológica é muito semelhante ao Sebraetec, que tem por objetivo resolver pequenos gargalos tecnológicos, mesmo que seja na gestão do processo, de micro e pequenos empresários.

Hoje, quando se fala em inovação, não se pode deixar de lembrar que inovação é produto e comércio. Para pôr um produto num determinado mercado, é necessário adaptar-se a determinadas especificações e normas.

A rede de extensão tecnológica também possibilita que uma instituição de ciência e tecnologia adapte determinado produto para que uma pequena empresa o exporte para outros mercados. A área de extensão tecnológica desenvolve um trabalho muito semelhante ao do Sebraetec. Mas somos parceiros, ou seja, uma entidade faz uma parte do trabalho e a outra cuida do restante, porque o objetivo é melhor atender ao micro e ao pequeno empresário.

A outra rede é de serviços tecnológicos. Atualmente, quando se fala em produtos, todos perguntam sobre medidas. Por isso, temos, nas instituições de pesquisa, uma rede de laboratórios que prestam serviços de medição e de avaliação de conformidade, que são disponibilizados aos empresários.

E avançamos mais ainda. Temos, também, as Redes Temáticas de Centros de Inovação. Como há dificuldade de levar o conhecimento das instituições de pesquisa para a empresa, essas redes transformam conhecimento em inovação.

Senhora Christina Lemos: Para ajudar os empresários que participam deste evento, como o empresário pode acessar os serviços do MCTI? Porque as pessoas estão aqui para fazer negócio. É difícil chegar ao Governo?

Senhor Jorge Campagnolo: Não, o Governo está integralmente *on-line*. Pode bater na porta do Campagnolo, que ele está lá para resolver esse problema. Não só no Brasil, mas na América Latina estamos vivendo um momento excepcional, em que podemos trabalhar juntos. Vamos sair juntos dessas dificuldades

momentâneas. Podemos trabalhar no sentido de integrar nossos instrumentos. Como eu disse, são redes, e essas redes têm comitês gestores, que estão *on-line*, no *site* do SIBRATEC. Acesse essas redes e tente contatar as instituições por meio da coordenação de rede.

Senhora Christina Lemos: Esse processo é demorado? Há muita burocracia?

Senhor Jorge Campagnolo: Não. Em relação à rede de extensão tecnológica, os recursos estão nas próprias redes. Assim como o Enio mencionou em relação ao SEBRAE, também financiamos boa parte – 90% – dessas ações.

Senhora Christina Lemos: Portanto, na hora do cafezinho, as pessoas podem procurar o Campagnolo e trocar cartões.

Senhor Jorge Campagnolo: Basta acessar o *site*, sem qualquer problema. A contrapartida é de 10%. Hoje, a ação chega a até 30 mil reais em relação à extensão tecnológica. Queremos que haja inovação no país, para que se possa adaptar um produto ao mercado externo. É um desafio para o qual o Governo tem oferecido instrumentos, mas muitos deles ainda não estão sendo usados. Por isso, precisamos realmente divulgá-los. É o caso, por exemplo, dos incentivos fiscais. Atualmente, poucas empresas usam essa facilidade, a chamada Lei do Bem. Aproximadamente mil empresas usam os benefícios dessa lei. Precisamos dialogar e mostrar esses instrumentos, pois o Brasil precisa inovar.

Senhora Christina Lemos: Muito obrigada. Vou passar a palavra – agora, sem surpresas – para o Stefanini, que foi pego de surpresa e foi muito modesto em sua exposição inicial. Você tem informações sobre a experiência da Índia no que diz respeito à

inclusão digital, bem como dados importantes sobre o intercâmbio entre universidades e empresas. Eu gostaria que relatasse isso para nossa plateia, que está sequiosa por essas questões.

Senhor Marco Stefanini: Inovação e tecnologia é um assunto muito amplo. Vou focar mais em tecnologia da informação, que é a área em que tenho experiência. Faz 25 anos que tenho empresa e trinta anos que trabalho nessa área. A Índia é o grande expoente, apesar de ser um país mais pobre do que o nosso. Teve um sucesso enorme depois de um plano de Governo e de um trabalho de mais de trinta anos. Atualmente, é o líder incontestável do ponto de vista de oferta e de exportação de serviços e tecnologia.

Nesse ponto, é importante saber que, quando se fala em tecnologia da informação, é preciso definir qual frente se vai seguir. Normalmente, a tecnologia da informação é formada por três grandes pilares: *hardware*, *software* e serviços. Há muito anos, alguns de nossos países tentaram trabalhar muito a questão do *hardware*, mas não fomos felizes, porque a escala é fundamental. Isso também ocorre nas empresas de *software*.

Ainda hoje, a grande maioria das empresas é norte-americana. Para países como os nossos, o modelo da Índia, de serviços, seria o mais viável economicamente. Mas, quando se fala em seguir o mesmo modelo, não significa trabalhar os mesmos serviços. A área de serviço é muito ampla. Há características de serviço que agregam muito mais valor, assim como há outros atributos que agregam muito menos valor. Defendo essas ideias para os nossos países até mesmo por causa da qualificação da mão de obra, apesar de a educação ser deficiente. Porém, como a área de tecnologia de informação é muito prática, as próprias pessoas e as empresas conseguem minimizar essa deficiência. O processo é bem interessante e, até por curiosidade, muitas vezes me pergunto como as coisas se resolvem dessa maneira, mas na prática funciona.

Minha visão é a de que nossas empresas deveriam estar fazendo isso – e já estão fazendo. Não estou dizendo nada muito original, mas o ponto principal é que deveríamos fazer isso com maior intensidade, como, por exemplo, vender serviços de maior valor agregado. Onde impacta, por exemplo, o fato de estarmos no mesmo fuso horário dos EUA e de termos mão de obra mais criativa, menos engessada que a indiana, menos processual. Precisaríamos trabalhar que onde é uma mão de obra mais bem remunerada do que o serviço de menor valor agregado.

Deveríamos explorar melhor isso. Mas temos alguns pontos fracos. Um deles, mencionei há pouco, é a educação básica deficiente. O segundo seria a questão do inglês, ainda limitado. Alguns países falam um pouco melhor; outros, um pouco pior. Acho que o Brasil, nesse quesito, está atrás dos outros países do MERCOSUL. Talvez Brasil e Paraguai. Tem esse desafio.

Acho que o principal é fortalecer a própria indústria nacional de serviço, que foi muito abalada nos últimos anos. Numa avaliação, os últimos anos não foram bons para o setor, apesar de terem sido muito bons para a economia em geral dos nossos países. Em relação ao agronegócio, as *commodities* em nossos países estão tendo muito sucesso. Mas, na área de serviços em tecnologia, isso não aconteceu. Na verdade, essa área foi bastante machucada. Para vender serviço, precisamos ter uma indústria local mais forte. Nesses anos, perdemos espaço, houve uma desnacionalização do setor nos últimos anos, acho que na maioria dos países, não só no Brasil. Esse é um ponto importante.

Outro ponto importante é crescermos na curva de valor, agregando valor ao serviço, sermos empresas inovadoras, não necessariamente em relação a produtos, mas também em inovação de negócios, que considero um espaço mais factível para nós. Obviamente, a questão da educação faz falta. O grande investimento e o grande gargalo dos nossos países, a médio e a longo prazo, é a educação, um gargalo pesado.

Um ponto que pode diminuir esse gargalo é aproximar o mundo acadêmico das empresas. Confesso que, com os argentinos e os uruguaios, não tenho muita experiência. Então, nesse quesito, vou me abster, mas, no Brasil, a distância ainda é grande. A Stefanini é uma das poucas empresas que têm centros de serviço dentro da universidade. Essa aproximação vem se intensificando nos últimos anos, mas ela é muito incipiente. Como não temos tantas universidades de ponta, nosso sistema ainda tem uma série de lacunas, que vão demorar anos ou décadas para serem supridas. A forma mais rápida é aproveitarmos melhor o que já temos. Em termos de ensino acadêmico, o ideal seria aproximar, criar mais estímulos, tanto para empresas como para a academia, trabalhar mais próximos. Em outras palavras, seria transformar em riqueza o conhecimento da universidade. Não temos tanto assim, mas poderíamos aproveitar melhor o que temos.

Senhora Christina Lemos: Você poderia dar um exemplo bem-sucedido dessa experiência?

Senhor Marco Stefanini: Em termos de parque de tecnologia dentro de universidades, há, por exemplo, o caso de Córdoba, na Argentina, e o de Montevidéu. No caso, várias empresas trabalham nesse modelo, incluindo uma empresa da qual somos sócios. É bastante interessante. Há incentivos fiscais para exportação. No Brasil, nesse ponto estamos um pouco atrasados, mas há dois casos interessantes. Um deles é na Tecnopuc, no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, que tem um bom parque de tecnologia dentro da universidade. Talvez seja um dos melhores casos. Como não sou um *expert* nesse tema, talvez esqueça algum caso. O outro é Licinas, que está um pouco atrás em relação à Tecnopuc, pois começou suas atividades posteriormente, mas também tem um bom parque. Em termos de inovação, o mais famoso e conhecido no Brasil é o de

Recife, o Cesari. Somos sócios de duas empresas nesse parque. Em outras palavras, temos boa interação com o mundo da inovação, que, em geral, ocorre em pequenas empresas. Nosso modelo, além de aproximar o mundo acadêmico da realidade das empresas, também deve aproximar grandes empresas de empresas menores de inovação, por meio da associação entre gestão, canal comercial e experiência, de forma a não matar a ideia original.

Senhora Christina Lemos: Essa experiência é positiva?

Senhor Enio Duarte Pinto: Há exemplos concretos. A turma do porto digital em Recife é um exemplo ímpar. Porém, realmente nos preocupa o fato de o brasileiro ser conhecido como um povo bastante criativo, culturalmente expansivo, irreverente. Na área de negócios, isso não reverbera na mesma escala que na nossa cultura, por exemplo. Há casos pontuais, ainda não é uma realidade nacional. A resposta é simples: não reverbera, porque, até então, não precisávamos disso. O Brasil vivia, de certa forma, isolado dos mercados globais antes da planificação das economias. Nossa preocupação com a concorrência limitava-se, simplesmente, ao "seu Zé" da esquina. Atualmente, experimentamos a planificação e a internacionalização das economias, os produtos chegam ao Brasil com preços baixos.

Senhora Christina Lemos: Hoje, o "Zé da esquina" é a China.

Senhor Enio Duarte Pinto: Atualmente, experimentamos outra modalidade de internacionalização, pois não é só o produto estrangeiro que chega ao nosso país para competir com o pequeno negócio brasileiro. Quando digo "pequeno negócio brasileiro", me refiro a 99,1% do total de empresas formais e urbanas no Brasil. Apenas 0,9% das empresas no Brasil não são micro e pequenas

empresas. Praticamente, estou me referindo à economia brasileira como um todo. Mas a outra dificuldade que temos tido é a facilidade do brasileiro de ir ao exterior e experimentar o consumo ou serviço em padrões internacionais, em classe mundial. Isso também tem dificultado os empreendimentos no Brasil. Antes, o produto chegava ao Brasil; hoje, o produto continua chegando, mas o brasileiro também vai ao exterior para experimentar a prestação de serviços e, quando retorna ao Brasil, quer consumir com o mesmo padrão de qualidade que experimentou no exterior.

Senhora Christina Lemos: Peço licença para devolver a palavra ao Stefanini.

Senhor Jorge Campagnolo: Gostaria, apenas, de levantar uma questão. Também sou professor universitário e estou há pouco tempo nesse desafio no MCTI. O Brasil tem produzido conhecimento. Atualmente, somos o 13º país em publicações indexadas no mundo, produzindo mais de 2% dessas obras. Temos um sistema de pós-graduação reconhecido mundialmente, muito bem estruturado. Formamos, anualmente, 40 mil mestres e colocamos no mercado 12 mil doutores por ano. Hoje, temos um viés na produção de conhecimento. Nosso grande problema é transformar esse conhecimento em negócios e em inovação. Quanto à questão de parques, está sob a minha responsabilidade o Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e aos Parques Tecnológicos (PNI). Atualmente, o Brasil tem 85 iniciativas de parques tecnológicos e cerca de quatrocentas incubadoras. A questão dos parques é uma prioridade do Governo Federal. Os parques são um instrumento que também faz a ponte entre instituições de ensino e pesquisa e a empresa. Vamos investir em parque e em incubadoras, porque ele é um instrumento para fazer essa ponte.

Senhora Christina Lemos: Obrigada, Campagnolo. Vou passar a palavra para o Stefanini concluir e, depois, para o Professor Silveira.

Senhor Marco Stefanini: A respeito do que você comentou sobre uma produção científica grande, eu participei do fórum no Governo sobre estudarmos mais essa questão. Foi de lá que saiu a ideia do Ciência sem Fronteiras, o modelo do projeto. Um dos problemas no Brasil – mas não apenas em nosso país, pois, à exceção da Ásia, acredito que também exista na América Latina e nos EUA, por incrível que pareça – é a diminuição proporcional dos formandos na área de exatas, em cursos como engenharia e afins. Quando se fala em tecnologia e em inovação, boa parte do problema se refere a essa questão. Nos últimos anos, a proporção de formados na área de exatas diminuiu proporcionalmente. Esse é um grande problema, inclusive nos EUA. Uma vez, um grande CEO afirmou que o congresso americano era formado por advogados, enquanto a China era um país de engenheiros.

A Ásia, atualmente, é a grande produtora de cérebros na área de exatas. Provavelmente, nas próximas décadas, muito da inovação vai vir daquele hemisfério, e não do nosso. O programa Ciências sem Fronteiras surgiu com base nesse problema. Não basta só qualificar e ter mais formados e pós-graduados, se houver deficiência na área de exatas. A carência de engenheiros é enorme.

Senhora Christina Lemos: A Doutora Graciela quer comentar esse aspecto.

Doutora Graciela Titier: Sí, un comentario respecto de la inversión pública en ciencia básica. En nuestros países salta, digamos, cuando uno mira en los porcentajes del PBI, lo que se invierte en ciencia básica: las publicaciones, la formación de

recursos humanos, los doctores; es alto. Lo que es bajo, todavía, es la inversión privada en ciencia y tecnología. Entonces, me parece que un ámbito interesante para el MERCOSUR, así como decimos que tenemos las agencias, es ayudar a las empresas a no tener para innovar. Ayudarlos con subsidios, con inversiones.

Los científicos, en general, encantan usar siglas. Entonces, para los empresarios, cuando entran en las páginas, uno empieza: el PICT, el PID, el Fonarsec, el Fonsec. Uno no entiende de qué está hablando. Dice: "si esto es para pedir un subsidio o un crédito blando, me imagino lo qué será vincularse con un investigador". Entonces, creo que sería un buen ítem aumentar la divulgación, las comunicaciones en idioma de divulgación. Es como cuando uno va al pediatra y le dice: "tu hijo tiene un estreptococo beta hemolítico" y uno le agarra un ataque de pánico y "mira, es una angina roja". Entonces, es lo mismo. O sea, hay perder el miedo, hay que pensar que la innovación puede ser de una empresa pequeña e no solamente para las grandes. Uno puede empezar de a poco. En Argentina hay un programa muy interesante de becas cofinanciadas por empresas: becas doctorales, becas posdoctorales, doctores en empresas.

Yo creo – aunque en contra de mi edad – que cuando ya paso de los cincuenta años y estuvo toda la vida haciendo publicaciones científicas y doctores, digo: "zapatero, a tus zapatos". Hay que apostar a la juventud. Aquel que recién sale. A los ingenieros, a que se doctoren, a que hagan pasantillas de la empresa, a ver casos exitosos. En Argentina, las incubadoras de empresas y los parques no han sido exitosos, lamentablemente. Sobre todo en la parte científica, biológica y biotecnológica. En lo del *software*, sí. Hay un distrito tecnológico en la ciudad de Buenos Aires. Quizás se necesitan menos fierros, como dicen. Bueno, el mensaje es que sería bueno que un empresario pudiera entrar en la FINEP o en FONTAR y tener un idioma común, accesible a todos los países del MERCOSUR.

Senhora Christina Lemos: Está dado o recado tanto para o setor público quanto para o setor privado. Investimentos. Professor Silveira, o senhor foi um pouco prejudicado, porque estão me pressionando para agilizar o painel. Vou lhe fazer uma pergunta com base em seu pronunciamento inicial. O senhor disse que não adianta descansar e se acomodar agora que os ventos estão a nosso favor. É preciso vencer a acomodação. Para o senhor, que tem ampla experiência na área acadêmica, científica e universitária, qual a receita para vencer a acomodação?

Professor Silveira: Ámbitos de confianza. Eso es lo que nos falta. No lo logramos ni siquiera en el MERCOSUR. Los ámbitos de confianza se construyen. Eso es, en definitiva, lo que hace que el investigador se acerque a la empresa. La empresa cree en el investigador. Los empresarios creen en el gobierno y los gobiernos creen en los empresarios. Eso se construye. No hay manera.

El otro es la cultura innovadora. La diferencia entre un país como Finlandia y un país como Brasil, o como Uruguay, o como Argentina, es la cultura innovadora. No es un problema de tamaño de país, no es un problema de desarrollo. Es un problema de cabecita. La cultura innovadora se construye, y se construye entre todos. No hay inclusión social si la gente no cree en lo que nosotros mismos decimos. Jamás vamos a tener innovación.

Senhora Christina Lemos: É com essas belíssimas palavras do Professor Silveira que encerramos este painel. Vamos passar imediatamente para o segundo painel, por causa do adiantado da hora. Peço aos senhores que aguardem um minuto, pois a mesa já vai ser composta. Agradeço a cada um dos participantes. Muitíssimo obrigada pelas verdadeiras lições que vocês deram hoje. Esperamos poder contar com os senhores em outras oportunidades. Muito obrigada.

Painel 4

Infraestrutura e logística – Promoção da eficiência em logística, facilitação do comércio e o futuro da inserção internacional da indústria regional

- *Bernardo Figueiredo, Presidente da Empresa de Planejamento e Logística do Brasil*
- *Beatriz Tabacco, Presidenta do Instituto Nacional de Logística do Uruguai*
- *Rosana Sanchez, Vice-Ministra de Infraestrutura da Venezuela*
- *Francisco Paes Freitas, Presidente do Instituto Nacional de Aviação Civil da Venezuela*
- *Renato Casali Pavan, Presidente da Macrologística*

Mestre de cerimônias: Na sequência, daremos início ao Painel "Infraestrutura e Logística – promoção da eficiência em logística, facilitação do comércio e o futuro da inserção internacional da indústria regional". Pedimos a todos que permaneçam na sala.

Ainda sob a mediação da jornalista Cristina Lemos, convidamos o Presidente da Empresa de Planejamento e Logística do Brasil, Senhor Bernardo Figueiredo; a representante do Instituto Nacional de Logística do Uruguai, Senhora Beatriz Tabacco; a Vice-Ministra de Infraestrutura da Venezuela, Senhora Rosana Sanchez; o Presidente do Instituto Nacional de Aviação Civil da Venezuela, Senhor Francisco Paes Freitas; e o Presidente da Empresa Macro Logística, Senhor Renato Casalli Pavan.

Senhora Christina Lemos: Sem demora, vou passar a palavra ao Senhor Bernardo, por gentileza.

Senhor Bernardo Figueiredo: Boa tarde a todos. É um prazer estar aqui. O Governo brasileiro vive um momento muito rico na área de logística e infraestrutura. A Presidenta Dilma lançou, em agosto, um programa de investimento em logística que está um passo além do Programa de Aceleração do Crescimento, lançado em 2006. Dessa vez, é um programa a ser realizado em parceria com a iniciativa privada. Já estão programados investimentos da ordem de 190 bilhões em ferrovias, em rodovias e em portos. Vamos construir 10 mil km de novas ferrovias no país, ligando todas as regiões e os polos econômicos. Vamos duplicar mais de 5 mil km

de rodovias nos eixos estruturantes. Na área de portos, em toda a costa brasileira, estão sendo programados empreendimentos para dotar os portos de infraestrutura capaz de receber essa logística.

Até o fim deste ano, deve ser lançado o programa de aeroportos, bem como a criação da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), a empresa que eu presido e que veio como símbolo de uma nova etapa que a Presidenta quer implantar na gestão de infraestrutura e logística no país: ter um instrumento de planejamento e empreendimento que mantenha essa atividade como ação continuada.

Como empreendimento, temos o trem de alta velocidade. O edital do primeiro trecho – São Paulo-Rio-Campinas – deverá ser laçado até a próxima semana. A EPL também vai ser investidora, além de ter o papel de planejamento, de programação das próximas ações e de empreendedora do trem de alta velocidade.

Senhora Christina Lemos: Doutor Bernardo, quais são as grandes oportunidades de negócio nessa área? O transporte, a área de logística, ainda representa um gargalo no âmbito do MERCOSUL?

Senhor Bernardo Figueiredo: Com certeza. Esse programa é muito voltado para atender às nossas necessidades internas. Temos um déficit construído, pois passamos trinta anos sem avisar nenhum investimento significativo em infraestrutura. Do ponto de vista do mercado, isso representa uma oportunidade importante, porque todo esse investimento vai ser feito em parceria com a iniciativa privada. Hoje, nós temos um mercado internacional ávido por oportunidade de investimentos e estamos criando boas oportunidades no Brasil. Na questão de integração com os países vizinhos da América do Sul, também precisamos evoluir. Mas há limitações. Em nossa ferrovia, por exemplo, temos

bitolas diferentes com a Argentina e com o Uruguai, mas não com a Bolívia. Temos que criar uma saída do Brasil para o Pacífico e promover a integração entre os países.

Senhora Christina Lemos: O senhor tem notícias de projetos com cidades fronteiriças do MERCOSUL?

Senhor Bernardo Figueiredo: Sobre o projeto na área de logística – não conheço as outras áreas –, o BNDES fez um estudo de viabilidade para conexão do Paraguai por meio de Foz do Iguaçu, integrando o Paraguai à nossa malha ferroviária. Fizemos outros projetos de integração rodoviária com o Peru e, com a Argentina, temos um trabalho conjunto na região sul do país. Mas, na área de logística, há muito pouca coisa. É um lapso que precisamos resolver.

Senhora Christina Lemos: O senhor tem informações sobre os projetos de infraestrutura vial integral do MERCOSUL? E quanto às perspectivas de integração das vias do MERCOSUL?

Senhor Bernardo Figueiredo: O BID desenvolve um programa nesse sentido. Não conheço esse programa profundamente, mas acho que ele é muito focado na ligação com o rodoviário, já possuindo, inclusive, ações importantes de integração nessa área. Temos de cuidar da parte ferroviária, que é o que falta nesse programa, pois não há nenhuma formulação de programa que faça a integração ferroviária entre os países. Esse é ponto crítico do programa.

Senhora Christina Lemos: Obrigada, Doutor Bernardo. Agradeço sua participação inicial e conto com o senhor para uma segunda rodada de debates e de diálogos. Convido o Presidente da

Macro Logística do Brasil, Senhor Renato Casalli Pavan, para fazer seu pronunciamento inicial.

Senhor Renato Casalli Pavan: Boa tarde a todos. Quero agradecer o convite para estar nesta reunião importante e discorrer sobre um tema fundamental para o desenvolvimento dos países, tanto o Brasil como os países do MERCOSUL.

Todos sabem que o grande problema do desenvolvimento, da competitividade, passa pela adequação da infraestrutura de transportes. Para se ter uma ideia, enquanto o Brasil gasta 12,5% do seu PIB em logística, um país que é o nosso *benchmark* – os EUA – gasta 8%. A diferença é muito grande e tira a competitividade dos produtos brasileiros. O Brasil não tinha planejamento nem estratégia. Faz trinta anos que estamos lutando por isso. Mas, com o Bernardo na EPL, felizmente vamos ter esse planejamento.

A CNI, [*inaudível*] junto com nove federações de agricultura da Amazônia Legal, contratou a Macro Logística para fazer o planejamento estratégico da Amazônia Legal, com o objetivo de diminuir custos e o que se gasta em infraestrutura. Esse projeto teve um sucesso muito grande, pois conseguiu economizar 4 bilhões por ano, com investimento de 15 bilhões. Esse investimento vai retornar em três anos, aproximadamente. Devido ao sucesso do Norte Competitivo, as federações do Sul do país nos contrataram para fazer o mesmo trabalho. No Norte – não apenas no Brasil –, verificamos toda a infraestrutura e as cadeias logísticas de oito países, incluindo Venezuela, Bolívia, Peru, enfim todos os países vizinhos. Também identificamos 35 eixos de ligação, ou seja, estudamos a possibilidade de integração do Norte do país com esses países vizinhos, bem como a realidade de cada um.

Com relação ao Sul, nós fizemos a mesma coisa. Levantamos todos os eixos de transporte, que é outra questão estratégica no

nosso trabalho. O eixo de transporte vai da origem do produto até o destino final, no Brasil ou no exterior. Não são pedaços de rodovia ou ferrovia, como tem sido feito até hoje no Brasil e no âmbito do MERCOSUL. Verificamos que existem muitos fóruns de discussão, que não evoluem porque não há consenso sobre onde investir. Há um trabalho que gostaria de mencionar. Acessem, por favor, o *site* da CNI, no qual há uma complementação do trabalho que foi distribuído hoje mostrando que, na análise competitiva dos diversos eixos de transporte – que são oito, com investimento de 12 bilhões –, conseguimos economizar 4,5 bilhões, ou seja, um quociente de devolução para amortizar o investimento de cerca de dois anos e meio, altamente viável.

Por ser um projeto econômico, ele não leva em consideração questões políticas. Quando estudamos, consideramos a área do Sul e os países vizinhos como uma área homogênea, sem fronteiras geopolíticas. Agimos assim para evitar distorções que podem ocorrer se tivermos uma visão política do processo.

A partir de agora, precisamos de um projeto econômico para saber quanto cada país vai investir para resolver o problema. Há outro fator importante: a questão da prioridade. Um exemplo: a ligação de Paranaguá até Alto Fogaça, por ferrovia, custa 9 bilhões e gera economia de 200 milhões por ano. A rodovia custa 2 bilhões e gera economia de 172 milhões anualmente. Então, muito embora seja um modal com valor mais alto do que o ferroviário, deve ser o primeiro a ser implantado, porque gera diminuição de custo e tem um investimento com retorno previsto para três ou quatro anos.

Também usamos esse critério de planejamento no Nordeste. Essa Região, porém, não tem países vizinhos, fazendo fronteira com o Oceano Atlântico. Estamos trabalhando no Centro-Oeste e, em 2013, vamos começar a fazer o Sudeste Competitivo. Tenho certeza de que, nessa fase, comandado pelo Bernardo, o Brasil

Competitivo finalmente vai possibilitar que a competitividade do Brasil e dos países do MERCOSUL se iguale à do nível internacional.

Senhora Christina Lemos: Obrigada, Presidente. Vou convidar a Presidente do Instituto Nacional de Logística do Uruguai, Beatriz Tabacco, para fazer seu pronunciamento inicial.

Senhora Beatriz Tabacco: Buenas tardes a todos. Primero que nada agradecer a invitación. No voy a hablar de cifras, porque si uno habla de cifras, comparando Uruguay con Brasil, por ejemplo... Ni tampoco voy a entrar en la discusión de cuanto tiene que invertir cada país, porque, obviamente, la cantidad que va a tener que invertir Uruguay, por un tema de tamaño, es mucho menor. O, si no, no podría competir.

Me gustaría contar en qué está Uruguay en el tema del desarrollo de la logística. Uruguay ha tenido un desarrollo económico muy fuerte en los últimos años. En particular en sectores asociados con la venta de servicios, como por ejemplo el turismo. El turismo es, en Uruguay, actualmente, un sector muy importante – digamos, no tradicional.

Un segundo sector que está en ese sentido es todo el sector logístico. Concebida la logística como la venta de servicios a la región, en una relación con los países vecinos que sea beneficiosa para ambos. En el sentido de que nosotros podemos ofrecer determinadas ventajas competitivas para determinadas zonas de los países donde, si uno deja de lado lo que son las fronteras geográficas, se dice que puede brindarse determinados servicios logísticos en Uruguay que favorezcan Uruguay, pero favorezcan a las exportaciones del país vecino. En ese sentido, en lo que estamos trabajando fuertemente, se creó recientemente y por unanimidad de los parlamentarios un instituto nacional de logística, que es el que yo presido. Es una figura institucional innovadora porque

reúne actores públicos y privados, vinculados con la logística. Tiene como objetivo identificar los problemas que hay para la oferta de servicios logísticos, solucionar estos problemas y ver cómo se puede lograr aumentar esa venta de servicios logísticos.

En este Instituto está asentado el Ministerio de Relaciones Exteriores, el Ministerio de Economía, el Ministerio de Transportes, la Administración de Puertos y, a su vez, están las Cámaras Empresariales y los operadores logísticos. Es decir, es un ámbito en el cual estamos todos aprendiendo a trabajar en conjunto y tratando de ver que el interés del colectivo es más importante que el interés individual de cada uno. Si trabajamos todos juntos vamos a logar beneficiarnos todos. Entonces, este es un muy breve mensaje que me gustaría destacar en esta primera intervención. Gracias.

Senhora Christina Lemos: Agradeço a senhora. Peço a gentileza de que a Vice-Ministra de Infraestrutura e Viabilidade da Venezuela, Dra. Rosana Sánchez, faça seu pronunciamento inicial.

Senhora Rosana Sánchez: Buenas tardes. De verdad, muchísimas gracias por la invitación. A usted, Christina Lemos, y a todos que se encuentran en este evento, escuchando el último panel del día de hoy.

Bueno, aquí la representación del Ministro de Transporte Terrestre de la República Bolivariana de Venezuela. Tengo unas palabras que primero quisiera decir, antes de la comunicación como tal.

Nuestro ingreso en MERCOSUR implica un redimensionamiento de las relaciones económicas y comerciales. No solo con el resto de los países miembros del bloque, sino con el resto del mundo, como se hablaba en el primer panel. Es nuestro compromiso interno como MERCOSUR el compromiso con África y con otras naciones que también necesitan de nuestro aporte.

El principal desafío pendiente en casi todos los países de América Latina consiste en construir y fortalecer una infraestructura institucional que permita consolidar el orden democrático, promover el desarrollo de economías de mercado dinámicas, competitivas, integradoras y complementarias para alcanzar mayor igualdad y justicia social. Que es lo que nosotros hemos venido implementando.

En este sentido, como miembros del MERCOSUR, nosotros nos sentimos comprometidos en crear un plan coherente y coordinado de reforma institucional, que contribuya a construir la infraestructura estatal fundamental que toda sociedad precisa para poder fortalecer el estado de derecho, la democracia, el desarrollo humano y la integración social. Dentro de la integración – que es lo que hemos venido escuchando desde esta mañana – les diría que no es solamente una palabra, sino que es parte de nuestra responsabilidad, por el momento histórico en que vivimos, cada uno de los que estamos presentes en la posición que nos corresponde.

Debemos tener presentes varios elementos. El primer elemento es la voluntad política, basada sobre una coalición plural e inclusiva que garantice la sustentabilidad de los esfuerzos de reformas institucionales, que por definición requieren mucho tiempo y para lo cual es necesario diseñar una estructura de incentivos a largo plazo. Lo decían en el segundo panel de que no todo puede ser de inmediato, sino que tenemos que planificar a largo plazo y en conjunto. En esta coalición se deben incluir factores políticos, a la representación popular, a la comunidad empresarial y a líderes de opinión, así como a grupos de expertos involucrados en los múltiples aspectos de un proceso de reforma sistemática, como el que necesitan nuestros países.

Un plan de acción que contenga los objetivos específicos, los pasos concretos para su realización y un mecanismo efectivo de

monitoreo y evaluación de resultados. Considero que los resultados deben ser chequeados y evaluados en conjunto. Que no solamente en el interno de cada uno de nuestros países, sino que nosotros podamos tener la capacidad de monitorear y poder aportar a los demás países miembros del MERCOSUR.

El talento humano en conjunto con los recursos financieros es necesario en todos los niveles. Tanto en lo social, en lo logístico y en lo económico. Desde el punto de vista de las ventajas que consideramos nosotros en la incorporación de Venezuela – que podía representar en el MERCOSUR – aparece en primer plano la posibilidad de obtener una dimensión humana en cuanto a lo cultural, a lo social, a lo económico, a lo comercial.

Viendo así el tema específico de la vialidad. Que no es solamente el tema de construir vialidad, sino para quien construimos y en donde construimos. En segundo lugar, también, aporta al MERCOSUR, ampliando su significancia como productor de insumos y alimentos por la diversidad de productos y disminución del hambre en la región – que es nuestra meta en primer lugar.

Los posibles beneficios también tienen la dimensión geopolítica, pues amplifica un bloque económico comercial como una estrategia de inserción mundial definida. Opuesta, en esencia, a la de los países del eje del Pacífico.

Para Venezuela implica un reto de incorporación del acervo normativo del MERCOSUR a su legislación interna, tomando en consideración que el análisis del primero deberá hacerse desde el punto de vista del social, técnico, jurídico y político. Que esta no contravenga los principios constitucionales, ni sus leyes, ni los programas, ni los desarrollos y proyectos de cada quien.

La importancia de la integración física, para América Latina, existen limitaciones importantes en la provisión de servicios de infraestructura de transporte, que pueden condicionar, seriamente, la conectividad de los pueblos fronterizos en primer lugar, y su

desarrollo hacia el futuro. La provisión de servicios y la dotación de infraestructura óptima y la ejecución de políticas públicas en la materia son múltiples, pero no las conocemos ni las compartimos. Lo que hace que no tengamos una relación interna entre todos los países del MERCOSUR.

Los requerimientos de desarrollo de infraestructura que los países de la región tienen actualmente precisan de un abordaje más integral, donde no solo se deben mejorar aspectos regulatorios o de financiamiento, sino que también se debe perfeccionar la forma de cómo se concibe y planifica la infraestructura y los servicios de transporte que hacen uso de ella. Mediante un reforzamiento y mayor coordinación de la actuación de los estados miembros del MERCOSUR, la cooperación e integración de sus economías y una mejor articulación con el sector privado para el concepto de asociaciones público-privadas.

La infraestructura tiene alto impacto, tanto en la esfera social, como en lo económico. En la medida que se mejora el desarrollo de infraestructura y la conectividad de los pueblos de una economía, podrá reducirse más el costo de comercialización, obtener mayor competitividad, estimular nuevas inversiones, brindar mayor nivel de satisfacción de los pueblos clientes del exterior y ganar nuevos mercados. De esta manera, la infraestructura constituye una parte integral de sistema productivo que facilita la distribución de mercancía e impacta, significativamente, tanto el resultado de las empresas de la economía, como en la organización de los territorios y de su dinamismo social y económico.

El impacto social de la infraestructura tiene que ver, justamente, con su potencial como mecanismo de cohesión territorial, social y económica. Dar sus posibilidades de integrar y articular el territorio, proveyendo de accesibilidad desde el exterior y conectividad en el interior. Lo hablaban también, en los paneles anteriores, de lo interno y de lo externo.

Por lo tanto, la infraestructura, no solamente incrementa la productividad y reduce los costos de producción, expandiendo, con ello, la actividad comercial, la inversión privada y la acumulación de capital; sino que también facilita el desarrollo social. Especialmente cuando la infraestructura está inserta en las políticas de conectividad e inclusión social. Cuando estamos orientado a las regiones más excluidas y desamparadas económica y socialmente, contribuyendo, a la vez, a reducir los desequilibrios distributivos y equitativos.

El desarrollo de obras de infraestructura en el marco político de integración regional permite la internalización de la prestación de servicios de infraestructura, favorece la integración económica, política y social entre los países y contribuye a suplir algunos déficits de dotación de determinados productos naturales que algunos países pudieran registrar. Una adecuada distribución de obras de infraestructura de interés regional, así como la prestación eficiente de sus servicios conexos contribuye a que los países de dicha región puedan alcanzar un mayor grado de especialización productiva y desarrollar ventajas competitivas y complementarias en nuestros mercados.

De acuerdo con estas consideraciones, la integración de infraestructura a nivel regional constituye un tema clave para potenciar el crecimiento y alcanzar mejores niveles de desarrollo en la región. Es por ello que América Latina y el Caribe se requieren el desarrollo y profundización de la fórmula que les permitan funcionar como un espacio integrado. Es, en este sentido, que se torna imprescindible disponer de una infraestructura física que conecte a los países de la región – en este caso MERCOSUR y, luego, como hablamos, posteriormente a lo que son las otras regiones – articulando sus vías de comunicación por carretera, ferrocarriles, transporte fluvial y marítimo. Así como, también, integrando a las diferentes formas de energía y telecomunicaciones.

Todo esto – lo digo – era un escrito que traíamos conjunto de todo el ejecutivo con respecto a transporte terrestre. Porque considero que, por ejemplo, Venezuela, nosotros tenemos, actualmente, un gran crecimiento en cuanto a la infraestructura vial, en cuanto a mantenimiento y nuevas vías y todo lo que es infraestructura, por ejemplo, ferroviaria. Nosotros tenemos un sistema de conectividad ferroviaria en construcción, donde en este momento tenemos una aceleración que no habíamos tenido en los últimos años. Eso permite, primero, el crecimiento económico, por todo lo que es el tema de los productos, los insumos, más el tema de la mano de obra de la incrementación que hay de la gente trabajando en este momento.

¿Qué sucede, que nos preocupaba en reuniones anteriormente realizadas? Que notamos el poco desarrollo de nuestros pueblos fronterizos. O sea, nosotros hablamos del MERCOSUR el tema que nos reunimos, lo que es el papel, lo que es el proyecto, pero no estamos enfocando lo real, que es la situación actual entre los países con todo lo que son los pueblos fronterizos. Tenemos casos. En nuestro caso, por ejemplo, lo hablábamos con la gente de Colombia y con la gente de Brasil. Ciudades que conectan los dos países y que de un lado, en país, tiene un nivel de desarrollo tan alto que del otro país no lo teníamos y que lo hace es que la gente de un país se traslada al otro por servicios médicos, servicios hasta de vestimenta. Todo sencillamente: es que utilizas el otro país porque dentro de tu propia ciudad no tienes los beneficios. El desarrollo debería ser equilibrado en el momento en que estamos hablando de un desarrollo como MERCOSUR. Parte de lo que queríamos hablar era el desarrollo fronterizo.

Senhora Christina Lemos: Sem dúvida, essa é a importância da integração. Agradeço seu pronunciamento inicial. Vou convidar o Presidente do Instituto Nacional de Aviação Civil da Venezuela, Senhor Francisco Paes Freitas, para seu pronunciamento.

Francisco Paes Freitas: Muchas gracias. Un saludo, primero, a todos los presentes: empresarios, representantes de las diferentes delegaciones de los países miembros del MERCOSUR.

Yo también me voy a permitir leer unas palabras que las envía la ministra de transporte acuático y aéreo de Venezuela. Un ministerio que recientemente nuestro comandante ya cumplió un año en el mes de noviembre pasado – de su creación. Se ve la importancia que el comandante Hugo Chávez, el presidente de la República, le da al tema de la logística y el transporte, creando un ministerio para que tutele todo lo que es materia de inversión y desarrollo en los puertos y aeropuertos de Venezuela.

En este sentido, voy a leer unas palabras de una inserción posible humana y con identidad suramericana. Son palabras de la ministra.

Me complace llegar a esta cumbre de tal envergadura, ya que ahora, como miembro pleno del MERCOSUR la República Bolivariana de Venezuela está presentando un conjunto de proyectos que incentivan la participación activa de múltiples actores gubernamentales y no gubernamentales de poder popular regional. Creando, con ello, un acercamiento al ejercicio de la ciudadanía suramericana.

Si Bolívar viviese, estaría orgulloso de cada paso que estamos dando a favor de nuestra libertad, de nuestra independencia comercial, productiva y financiera. El ser americano y, en especial, de americanos de América del Sur, está brotando de nuestra piel. Está sintiéndose en nuestra tierra, mientas las voces de sus gobernantes y de población organizada se elevan para intervenir, con entusiasmo, en un acto que da vida a los sueños y a los deseos de prosperar.

Buscamos financiamiento a los proyectos de desarrollo y lo estamos consiguiendo. Estamos dispuestos a controlar el entorno complejo y cambiante del mundo, de los negocios con sentido

humanista. Lo estamos forjando bajo un enfoque de relación ganar-ganar. No de ganar los más fuertes y perder los más débiles, como tradicionalmente ha ocurrido. Queremos lo plural. Con este tipo de reuniones estamos construyendo las vías de una praxiología de gestión conjunta, con muchísima intervención de actores. Con enfoque humanista. Y, no por ello, hemos dejado de tener en cuenta que lo gerencial y lo empresarial no son de gran utilidad cuando se abandona lo social, lo ambiental y lo cultural.

Como se puede observar, hay muchas razones para confiar en el MERCOSUR. Por lo tanto, al ser miembro pleno de este grupo regional, siento que valió la pena vivir este momento en el cual una decisión estratégica nos trajo hasta aquí. Aquí hay un entorno de negocios industriales, de saberes, de participación, de desarrollo, que nos abren nuevas posibilidades en lo que se relaciona con la integración productiva y comercial en la cual nos complementamos. El reto para Venezuela es reforzar su competitividad y, por ello, el tema del transporte aéreo y acuático se encuentra en la palestra de esta reunión. Porque, desde allí, estamos dispuestos a dar muchos aportes.

Gracias al MERCOSUR, en los años por venir, verán las generaciones presentes y futuras, la realización de grandes proyectos. Sobre todo, el llamado Gran Nacional de Logística, para las actividades de importación y exportación, que le ha sido solicitado al Ministerio del Poder Popular para el Transporte Aéreo y Acuático, por parte de la Secretaría Ejecutiva, para la adhesión de Venezuela al MERCOSUR. Sumándose a la propuesta del mecanismo de fortalecimiento productivo.

Con base a la consecución de las metas de estos proyectos, serán muchos los beneficios en Venezuela y los demás países del MERCOSUR. Señores, estamos fomentando la paz. Porque, con ello, habrá mucho más empleo, movilización de carga y pasajeros, conectividad amplia, dinamismo del comercio, del turismo,

reimpulso, desarrollo y fortalecimiento de la industria naval. ¿Cuántas estructuras de poder, de comercio o mercadeo estaremos fomentando para un trabajo en red adecuado a nuestras realidades y a las necesidades de las personas?

En ese contexto, será de gran interés todos los pueblos del poder popular para el desarrollo que construyamos y darnos el sentido para el estado comunal del MERCOSUR, al sentido de la unidad para juntos levantar las vías fluviales, marítimas, aéreas y terrestres. Todo un conjunto de enlaces que darán viabilidad al megaestado del que habla hace un tiempo. Megaestado que se asienta en el sueño de la América toda. Se adquiere al objetivo de un nuevo vivir en libertad, nuevo vivir político y nuevo vivir civil.

Estamos aquí, dice Venezuela, presente para dar cumplimiento al objetivo histórico del tercer plan de la nación, del plan socialista 2013-2019 que impulsa nuestro comandante presidente, relativo a convertir a Venezuela en un país potencia en lo social, lo económico, lo político, dentro de lo que es la gran potencia en América Latina y el Caribe, que garanticen la conformación de una zona de paz en nuestra América.

Ella, como venezolana y como ministra, pide la grandeza para la América del Sur, por su esencia, pertenece a Venezuela y, por lo tanto, a dicha región. Ella tiene dos entidades, dos ciudadanías y, por ello, aquí están sus manos, está su mente y su corazón para entregárselos al MERCOSUR. Muchas gracias. Estas son las palabras de la ministra.

Quería, también, cerrar las palabras con un breve comentario. Nosotros vemos el proceso de MERCOSUR como un proceso de integración productiva que está impulsado, fundamentalmente, por el comercio. El comercio, si no tiene transporte, simplemente no existe. Aquí, influye e incide mucho el transporte marítimo, que mueve más del 90% de la carga a nivel mundial. Para eso nuestro estado está tomando una serie de acciones: tanto como líneas

navieras nuevas, con embarcaciones, control de puertos, con un plan de desarrollo portuario donde hay una importante inversión – inicialmente – en los dos principales puertos de Venezuela.

Hay una serie de hechos – como les comenté – el desarrollo de estos puertos y, también, la activación de una empresa de transporte que se llama Venavega. En las obras de infraestructura también. En materia aeroportuaria hay importante inversión. En materia de reflota, viendo ambos sistemas: el sistema de transporte fluvial y marítimo y el sistema de transporte aéreo como sistemas independientes para lo que, en oportunidades, se complementan. Lo que es la trimodalidad del transporte, donde se conjuga lo terrestre con lo marítimo o lo acuático, para una mayor generalidad entre lo fluvial, el lacustre o marítimo y lo aéreo. Dándole importancia, inclusive, a cada uno de estos subsistemas en la parte de la reflota, también.

Recientemente Venezuela ha comprado de la empresa EMBRAER aeronaves para reflotar su empresa estatal, buscando, exactamente, el apalancamiento para buscar la integración de la región, del MERCOSUR. Con una visión de nuestro comandante presidente para que haya una verdadera integración, siempre con sentido humanista.

Yo estoy a cerrar. Como dijo la amiga, tampoco voy a hablar de cifras – no es la idea. Pero, sí hay una importante inversión, en Venezuela, en materia tanto portuaria como aeroportuaria. Garantizando, inclusive, que en los próximos años tengamos puertos y aeropuertos adecuados a la gran cantidad de embarcaciones y aeronaves que vamos a estar recibiendo de ese mercado común. Yo creo que fortalece nuestra identidad y nuestra posibilidad como región. Gracias.

Senhora Christina Lemos: Gracias. Passo a palavra, novamente, à Doutora Beatriz Tabacco. A senhora chamou a atenção para

um aspecto muito interessante do MERCOSUL: a assimetria entre os países. Temos o Uruguai, um gigante chamado Brasil e um país mediano chamado Argentina. Isso é um grande desafio cotidiano. Em relação à logística, o que o Uruguai tem a proporcionar e que tipo de contribuição pode trazer ao MERCOSUL?

Senhora Beatriz Tabacco: Bueno. Cuando Uruguay piensa en el desarrollo de la logística está pensando más allá de lo que es el desarrollo de la logística para el manejo de sus propias cargas. O sea, cuando uno compara entre distintos países, en un país como Brasil en mover las cargas propias de Brasil, ya es un problema que requiere una solución en sí.

En el caso de Uruguay, se hiciéramos una apuesta solo en la carga uruguaya, sería una apuesta muy pequeña. La apuesta es a tratar de ofrecerle servicios a la región, que le permita no solo mejorar a Uruguay, sus aspectos logísticos para el comercio exterior, sino también que contribuyan con la mejora del comercio exterior de los demás países.

A una determinada región le puede convenir salir – de Brasil –, por ejemplo, salir por el puerto de Montevideo que salir por un puerto brasilero. Porque le queda más cerca, porque tiene menores costos. Entonces, lo que uno tiene es que facilitar que esas operaciones se puedan realizar. De la misma forma, que si a determinada zona de Uruguay le conviene salir por un puerto de Brasil, lo puede hacer.

En ese sentido – un poco atando con lo que se hablaba hoy del desarrollo fronterizo – nosotros estamos trabajando en un proyecto que es un puerto seco en Rivera. Rivera es la ciudad limítrofe con Santana do Livramento. Este puerto que, a parte, está conectado ferroviariamente con Montevideo, pero, a través de Santana-Cacequi, estaría conectado con la red ferroviaria brasilera, uno podía decir que este centro constituye en una especie de

puerto desde el cual se puedan despachar mercaderías. Algunas, de Uruguay hacia los puertos brasileros, otras de Brasil hacia los puertos uruguayos. Entonces, que ya salgan desde ahí con los trámites aduaneros hechos.

Ese tipo de cosa que Uruguay está en condiciones de ofrecer. Nosotros pensamos que es una oferta que es beneficiosa para los países del MERCOSUR.

Uruguay tiene una característica, también, por su tamaño. Como es un país pequeño, que se desarrolló hace mucho tiempo y que no tiene grandes problemas geográficos, nosotros tenemos una buena infraestructura. No tenemos problemas de conectividad. En algunos casos, sí, podemos tener necesidad de mejorar el mantenimiento. Pero, cuando uno mira los proyectos, tanto viales, como ferroviarios uruguayos, tratando de separar los que son de integración de los que no son de integración, todos los proyectos que se hacen en Uruguay son proyectos de integración, por un tema del tamaño del país.

Entonces, tenemos una buena infraestructura, tenemos estabilidad política, jurídica. Tenemos seguridad. Tenemos buen nivel de formación de la gente. Una cosa en la cual estamos trabajando fuertemente es en el tema de gestión y en todo el tema de facilitación aduanera. Trabajamos fuertemente porque pensamos que es de las cosas que hay que ponerle énfasis para poder ofrecer mejores servicios.

Podía hablar mucho más, pero por cargo de tiempo voy a terminar.

Senhora Christina Lemos: Ao contrário, temos muito que aprender com os pequenos países. Estamos acompanhando o Chile, um país que é um filete na fronteira, mas cujos parâmetros já estão se aproximando dos padrões do primeiro mundo. É com os países pequenos que aprendemos muito. Gostaria de perguntar qual lição

bem-sucedida o Uruguai pode dar em matéria de logística que poderia, eventualmente, ser aplicada no Brasil. Um exemplo bem-sucedido de uma experiência que possa vir a ser aproveitada pelos homens de negócio presentes a este evento e que possa trazer ideias para um país gigante como o nosso. Não precisa ser aplicado numa proporção continental, pode ser aplicado numa capital, num Estado menor. Que tipo de exemplo a senhora nos forneceria de uma experiência bem-sucedida?

Senhora Beatriz Tabacco: Primero, creo que el tema, por ejemplo, de desarrollo de un instituto de logística con una mesa en la cual todos se sientan, todos representados a través de sus cámaras – o sea, no es una reunión de empresas, es una reunión de cámaras – con el Estado, creo que es una experiencia que nos está dando buenos resultados. Nos está permitiendo empezar a identificar problemas y soluciones para estos problemas, que faciliten que los empresarios no tengan que recorrer a las distintas ventanillas públicas cuando hay un problema. Se plantean en ese ámbito, y en ese ámbito se buscan soluciones.

Lo mismo en la relación entre los distintos privados. Porque allá está el transportista, está el industrial y está prestador de servicios logísticos o portuarios. Puede haber determinados problemas en los que haya conflictos de intereses. Entonces, el hecho de poder trabajar y sentarnos y discutir, adultamente digamos, yo creo que es una experiencia exitosa.

Senhora Christina Lemos: O diálogo é a melhor receita. Senhor Bernardo, vou pedir ao senhor que comente conosco aspectos relacionados ao MERCOSUL. Sabemos que o bloco MERCOSUL é a quinta economia mundial. Em outras palavra, estamos bem, aparentemente. Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela têm um tremendo mercado de 275 milhões de pessoas. A Presidente

Dilma ressalta, com ênfase, que a grande riqueza desse continente está no seu povo, na capacidade de consumo desse mercado. É um grande desafio ter uma logística de transporte para 275 milhões de pessoas. Doutor Bernardo, esse ainda é um gargalo? Ainda há muito o que fazer? Qual seria o ponto fraco e onde está o ponto forte nessa integração?

Senhor Bernardo Figueiredo: Gostaria de fazer apenas um comentário sobre o Uruguai. Se o Uruguai tivesse também a dimensão dos nossos problemas, talvez ele não tivesse com inveja de nossas cifras. Cada um tem seus problemas por resolver. Nós no Brasil estamos muito voltados para a movimentação interna logística, porque temos deficiências. Acho que todos os países, de certa forma, têm deficiência em sua infraestrutura. Equacionar a logística dos países, de movimentação de pessoas e de mercadorias tem sido feito no âmbito do MERCOSUL, com um esforço muito grande no sentido de uniformizar as regras de trânsito entre os países. Há diferentes regras na Argentina, no Uruguai e no Paraguai sobre questões como transporte de ônibus e de caminhões. Há um grupo que trabalha intensamente nesse aspecto há muitos anos e que acredito ter feito um bom trabalho. Mas acho que falta, para a América do Sul, uma visão mais ousada de futuro. O Brasil está fazendo um programa agressivo de construir uma rede portuária, desde a Amazônia até o Rio Grande do Sul. O Uruguai também tem feito um esforço de investimento em portos em toda a faixa atlântica da América do Sul.

Precisamos olhar também para o Pacífico, porque isso pode gerar racionalidade e competitividade aos países, com a possibilidade de escolher o destino final das exportações, pelo Pacífico ou pelo Atlântico. Falta a conexão em termos competitivos ente o Atlântico e o Pacífico e os países. Temos uma ferrovia que sai do Brasil, passa pela Bolívia, pela Argentina e vai até os

portos do Chile. Mas é uma ferrovia muito antiga, com pouca competitividade, sem capacidade. Precisamos ver a interligação pelos países do Oceano Atlântico com o Oceano Pacífico de forma ousada, com sistemas modernos e de alta capacidade, que permitam a esses países não só melhorar a competitividade do intercâmbio entre eles, mas também oferecer vantagens competitivas de todos em relação aos mercados dos países da Europa e da Ásia.

Senhora Christina Lemos: Esses são os desafios. Vou pedir ao Doutor Pavan para fazer um pronunciamento bem rápido. Peço desculpas aos demais integrantes, porque estamos no limite do horário, e o Presidente do Uruguai está chegando. Pediram-me para concluir rapidamente, para que todos possam acompanhar o pronunciamento do Chefe de Estado, que ocorrerá na cerimônia de encerramento. Doutor Pavan, em breves palavras, seu encerramento.

Senhor Renato Casalli Pavan: Pois não. Queria apenas citar um exemplo na questão da competitividade. Alguns dos eixos mais importantes da integração Brasil-MERCOSUL são os que ligam Buenos Aires a São Paulo e o que liga Montevidéu a São Paulo, porque, nessas áreas, há maior concentração da economia. Se forem investidos 762 milhões de reais nesse eixo, ele vai gerar economia de transporte de 1.750 bilhão por ano. Faltam apenas 30 km na chamada Serra do Cafezal, em São Paulo. Até agora, isso não foi aprovado pelo meio ambiente. É claro que existe a questão da sustentabilidade atrelada a todo o processo, que precisa ser levada em consideração. Mas existe a possibilidade de se diminuir muito o custo, em função de projetos bastante definidos e competitivos.

Senhora Cristina Lemos: Agradeço a presença de todos. Gostaria de agradecer, em particular, a presença dos dois representantes da

Venezuela, muito obrigada pelo comparecimento. Agradecemos aos senhores e esperamos contar com uma próxima oportunidade, com os ensinamentos e as experiências de cada país e de cada um dos especialistas. Muito obrigada, mais uma vez.

Convido todos a participar da cerimônia de encerramento, que ocorrerá no salão ao lado, da qual participarão alguns Chefes de Estado, com pronunciamentos importantes. Muito obrigada a todos pela participação.

Encerramento

Senhor José Alberto Mujica,
Presidente da República Oriental do Uruguai

Após a valorosa discussão nos painéis, o I Fórum Empresarial do MERCOSUL foi encerrado pelo Presidente da República Oriental do Uruguai, Senhor José Mujica. Logo após ter assumido a Presidência Pro Tempore do bloco, o Chefe de Estado proferiu discurso inspirador sobre o futuro da região.

Em seu pronunciamento, o Presidente Mujica defendeu a criação de empresas multinacionais no MERCOSUL, que concedam à região maior capacidade e estrutura para competir no mundo globalizado. "Temos que construir empresas multinacionais latino-americanas para poder competir. O mundo está se organizando em blocos", afirmou, destacando, ainda, a importância da integração e de maior cooperação entre as empresas da região para o progresso de todos.

Diante da atual crise econômica internacional, o Presidente Mujica sustentou a importância de os empresários do MERCOSUL pensarem "nos próximos 30 anos". "Alta política requer adivinhar as diretrizes do mundo e tratar de organizarmos para o que vier. Os países da região chegaram tarde ao desenvolvimento industrial, à capacitação de nossas massas, à multiplicação da capacidade pesquisadora de nossas universidades. Temos que recriar todo esse mundo. Isso não é simples", afirmou, ressaltando que o MERCOSUL só conseguirá superar esse desafio se seus empresários atuarem unidos.

Por fim, o Presidente Mujica reafirmou a necessidade de um pensamento conjunto entre o empresariado do MERCOSUL, já que não será possível prosperar se cada um pensar apenas nos

interesses de seu país. Mesmo o Brasil, de grandes proporções em sua região, representa parcela pequena no comércio mundial e necessita da atuação conjunta dos demais países do MERCOSUL.

Formato	**15,5 x 22,5 cm**
Mancha gráfica	**12 x 18,3cm**
Papel	**pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)**
Fontes	**Gentium Book Basic 14/15 (títulos),**
	Chaparral Pro 11,5/15 (textos)

O I Fórum Empresarial do MERCOSUL, realizado no dia 7 de dezembro de 2012, em Brasília, foi iniciativa pioneira que visou a estimular o envolvimento mais direto das comunidades empresariais dos países do bloco nas discussões sobre a realidade, os desafios e os rumos do processo de integração.

O evento reuniu autoridades de Governo, líderes da indústria e formadores de opinião em torno de uma agenda positiva em comércio e investimentos, que congregou temas de interesse comum e iniciativas conjuntas concretas, relativos a Agronegócio, Energia, Inovação, Infraestrutura e Logística.

O Fórum foi promovido pela Presidência Pro-Tempore Brasileira do MERCOSUL, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores – Departamento de Promoção Comercial e Investimentos (DPR/MRE), com o apoio da Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, da Agência Brasileira de Promoção das Exportações – Apex-Brasil e da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

ISBN 857631432-0
9 788576 314325

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Ministério das Relações Exteriores

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

CNI
Confederação Nacional da Indústria
CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

ApexBrasil
CIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO PORTAÇÕES E INVESTIMENTOS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA